

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Turismo, Cultura e Meio Ambiente:
Estudo de Caso da Lagoa do Abaeté em Salvador - Bahia

Orlando J. R. de Oliveira

Orientador: Roberto Bartholo dos Santos Jr.

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, julho/2009

Oliveira, Orlando José Ribeiro de
Turismo, Cultura e Meio Ambiente: estudo de caso da Lagoa do
Abaeté em Salvador - Bahia. Orlando José Ribeiro de Oliveira.
Brasília, 2009.
136 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Turismo. 2. Cultura. 3. Meio Ambiente. I. Universidade de Brasília.
CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Orlando J. R. de Oliveira

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Turismo, Cultura e Meio Ambiente:
Estudo de Caso da Lagoa do Abaeté em Salvador - Bahia

Orlando J. R. de Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Roberto dos Santos Bartholo Jr., Doutor (Universidade de Erlangen-Nürnberg, Alemanha)
(Orientador)

Marcel Burstyn, Doutor (Economia, Universidade de Paris I, Sorbonne, França)
(Examinador Interno)

Elizabeth Tunes, Doutora (Psicologia, Universidade de São Paulo)
(Examinador Externo)

Brasília, DF, 27 de julho de 2009.

Para Lila, Joaquim e Clara.

AGRADECIMENTOS A

Marília Flores Seixas de Oliveira

Roberto Bartholo

FAPESB

Área de Ciências Sociais / DFCH - UESB

Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB

Elizabeth Tunes

Luciano Flores e família

Marcel Bursztyn

Regina Celeste Affonso de Carvalho

Saulo Rodrigues Filho

UESB

RESUMO

No início da década de 70, a cidade do Salvador - BA, fazendo interagir processos locais e nacionais com o contexto internacional, se inseriu no circuito do turismo nacional como uma destinação cuja natureza turística do lugar assumiu uma configuração singular, em que se associam o mito de um mundo afrobarroco - a *baianidade* - e uma paisagem, a Bahia de Todos os Santos e o litoral atlântico. Ícone da natureza turística baiana e síntese do processo de inserção do patrimônio baiano no mercado turístico globalizado, a Lagoa do Abaeté, em Itapuã, associa a paisagem natural de um ecossistema de dunas e restingas com notável biodiversidade à representação simbólica da *baianidade* - cantada por Caymmi, pintada por Pancetti, fotografada por Verger e cultivada pela política turística do Estado. Tendo como objeto empírico a paisagem da Lagoa do Abaeté, compreendida como patrimônio natural e cultural, testemunho da dinâmica social da população local e portadora de atributos simbólicos expressivos, este trabalho analisa os impactos sócio-ambientais e culturais gerados na paisagem do Abaeté, cuja apropriação pela atividade turística resulta em *despersonalização* e *negação* do lugar, inviabilizando o encontro e o estabelecimento de um diálogo com raízes territoriais e culturais. Enquadrada como *Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté* (Decreto Estadual N.º 351 de 22 de setembro de 1987), sacralizada pelas comunidades religiosas afrobaianas e constituindo um conjunto de elementos naturais e sócio-culturais que conformam num arranjo singular, a Lagoa do Abaeté define um lugar de interação de vários fatores de transformação que são coletivamente percebidos e representados como memória e imaginário. Inserida no contexto da metropolização de Salvador e atingida pelas mazelas da urbanização desigual, a trajetória da Lagoa do Abaeté revela, em escala, os problemas do uso e destinação dos recursos ambientais nas cidades atuais. Articulando turismo, cultura e meio ambiente e elegendo a Lagoa do Abaeté como signo desta articulação, aponta-se, em contraponto à globalização, a emergência de novas dinâmicas de resistência e de reinvenção da vida, nutridas pelas singularidades dos sítios simbólicos de pertencimento e dos vínculos enraizados das identidades culturais locais.

Palavras-chave: Turismo; Cultura; Meio Ambiente; Lagoa do Abaeté.

ABSTRACT

By the beginning of the 1970s, the city of Salvador – BA, generating interactions between national and local processes and the international context, got itself into the national tourism circuit as a destination whose local touristic nature assumed a singular configuration, in which the myth of an afro-baroque world – the “baianidade” – and a landscape, Bahía de Todos os Santos and the Atlantic coast, associate to one another. Being an icon of Bahia’s touristic nature and a synthesis of the insertion process of Bahia’s heritage in the globalized touristic market, Lagoa do Abaeté, in Itapuã, associate the natural landscape of an ecosystem of sand dunes and “restingas” of remarkable biodiversity to the symbolic representation of “baianidade” – as it’s sung by Caymmi, painted by Pancetti, photographed by Verger and cultivated by Estate’s policy on tourism. Framing the landscape of Lagoa do Abaeté as an empiric object, understood both as natural and cultural heritage, as well as a testimony of the social dynamics of local population and the bearer of expressive symbolic attributes, this work analyzes social-environmental and cultural impacts generated in Abaeté’s landscape, whose appropriation by touristic activity results in depersonalization and denial of the site, preventing meetings and establishment of a dialogue with territorial and cultural roots from happening. Declared as an “Environmental Area of Protection of the Lagoons and Dunes of Abaeté” (by Decreto Estadual no. 351, in September 22nd, 1987), made sacred by religious afro-baianas communities and constituting a group of natural and socio-cultural elements which make up an unique arrangement, Lagoa do Abaeté defines a place of interaction of several transformational factors, which are collectively noticed and represented as memory and imaginary heritage. When inserted into the context of Salvador’s metropolization and afflicted by resulting problems of an uneven urban development, Lagoa do Abaeté’s trajectory reveals, in scale, the problems of the use and destination of the environmental resources in contemporary cities. By linking tourism, culture and environment and electing Lagoa do Abaeté as a sign of this link, it points out, contrary to globalization, the urgency of new life resistance and reinvention dynamics, nourished by the singularities of the belonging symbolic sites and rooted ties of local cultural identities.

Keywords: Tourism, Culture, Environment, Lagoa do Abaeté.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

- Fotografia 1 - Detalhe de Imagem de satélite de Salvador, Baía de Todos os Santos, Brasil. Autor: NASA, p. 51.
- Mapa 1 - Planta da Restituição da Bahia. Autor: João Teixeira Albernaz, o Velho, p. 53.
- Mapa 2 - Detalhe do Mapa do litoral da Bahia. Autor: João Teixeira Albernaz, o Velho, p. 54.
- Desenho 1 - Pescadores em Jangada e Canoa. Autor: Maria Graham, p. 56.
- Mapa 3 - Planta do Quilombo do Buraco do Tatu, próximo a Itapuã, em Salvador, Bahia. Autor: Desconhecido, p. 58.
- Desenho 2 - A pesca do xaréu. Autor: Carybé, p. 59.
- Fotografia 2 - Praça da Piedade em Salvador, Bahia. Autor: Desconhecido, p. 62.
- Desenhos 3 e 4 - *Ganhadeiras* vendendo peixe. Autor: Maria Graham, p. 63.
- Desenhos 5 e 6 - *Ganhadeiras* vendendo frutas. Autor: Maria Graham, p. 63.
- Desenho 7 - Detalhe do “Prospecto que pella parte do mar faz a Cidade da Bahia situada na Costa do Brasil [...] Bahia de Todos os Santos”. Autor: Luís dos Santos Vilhena, p. 64.
- Fotografias 3 e 4 - Escravos malês. Autor: Christiano Jr., p. 66.
- Fotografias 5 e 6 - Escravos minas. Autor: Christiano Jr., p. 66.
- Desenhos 8, 9 e 10 - Soldados do Batalhão Provisório e Policial da Bahia. Autor: Maria Graham, p. 68.
- Desenho 11 - Retrato de Maria Quitéria de Jesus. Autor: Maria Graham, p. 69.
- Fotografia 7 - Caboclo do 2 de Julho, Salvador. Autor: Patrícia Carmo, p. 69.
- Fotografia 8 - Porto de Salvador. Autor: J. J. Wild, p. 71.
- Fotografia 9 - Caymmi e amigas em Itapuã. Autor: Arquivo Dorival Caymmi, p. 73.
- Fotografias 10 e 11 - Caymmi à frente da sua turma na praia de Itapuã; Caymmi com Zezinho no veraneio. Autor: Arquivo Dorival Caymmi, p. 74.
- Fotografias 12 e 13 - Coqueiros às margens da estrada de acesso; Nativo subindo no coqueiro em Itapuã. Autor: Desconhecido, p. 75.
- Fotografias 14, 15 e 16 - Largo da Igreja de Itapuã; Pescadores recolhendo a rede de pesca do xaréu; Morada de pescadores. Autor: Pierre Verger, p. 76.
- Fotografias 17, 18 e 19 - Oferenda: Lavadeiras; Pancetti, o pintor de marinas na Lagoa do Abaeté. Autor: Pierre Verger (17); Marcel Gautherot (18 e 19), p. 77.
- Fotografias 20 e 21 - Caymmi (primeiro à esquerda) e amigos praticando naturismo na Lagoa do Abaeté; Lagoa do Abaeté nos anos 1950. Autor: Arquivo Dorival Caymmi (20) e Desconhecido (21), p. 78.
- Fotografias 22 e 23 - Puxada da rede na pesca do xaréu; Pescador artesanal reparando a rede. Autor: Flavio Damm, p. 78.
- Fotografias 24 e 25 - Povo-de-santo; *Ganhadeiras* vendendo na praia. Autor: Flavio Damm, p. 79.
- Fotografias 26 e 27 - Farol de Itapuã com ruínas de abrigo de pescadores; Areia de Itapoã. Autor: Desconhecido, p. 81.
- Desenho 12 - *Lavadeiras do Abaeté*. Autor: José Pancetti, p. 83.
- Fotografias 28 - Sereia de Itapuã de Mario Cravo. Autor: Desconhecido, p. 83.
- Quadro 1 - Legislação Ambiental da Lagoa do Abaeté por Diploma Legal, Data, Assunto e Instância de Poder, p. 84.
- Fotografias 29 e 30 - Intervenções urbanísticas em 1993; Funcionários municipais delimitam o Parque, em meio às invasões. Autores: Desconhecido (29) e Agliberto Lima (30), p. 85.

Fotografia 31 - Detalhe de imagem de satélite em que se vê a região de Itapuã. Autor: NASA, p. 86.

Fotografia 32 - Vista aérea da Lagoa do Abaeté. Autor: Carlos Casaes, p. 87.

Fotografias 33 e 34 - Lagoa do Abaeté. Autores: Reinaldo Brito (33), Desconhecido (34), p. 88.

Fotografias 35 e 36 - Equipamentos turísticos / Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 91.

Fotografias 37, 38 e 39 - Comércio de souvenir no Centro de Atividades do Parque do Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 92.

Fotografia 40 - Casa das Lavadeiras / Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 84.

Fotografia 41 - Bar na Lagoa do Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 84.

Fotografia 42 - Lagoa do Abaeté. Autor: Romildo de Jesus, p. 96.

Desenho 13 - Abaeté. Autor: Carybé, p. 96.

Desenho 14 - Abaeté. Autor: Carybé, p. 96.

Fotografia 42 - Casa das Lavadeiras / Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 97.

Fotografia 43 - Equipamento Turístico / Abaeté. Autor: Orlando J. R. de Oliveira, p. 97.

Gravura 1 - *Warhafftige Abbildung von Einnehmung der stadt S. Salvador in der Baya de Todos los Santos* (Gravura verdadeira da tomada da cidade São Salvador da Baía de Todos os Santos). Autor: Desconhecido, p. 98.

Gravura 2 - Salvador. Autor: Friedrich Salathé, p. 99.

Gravura 3 - Vista da Cidade de S. Salvador. Autor: Friedrich Salathé, p. 99.

Desenho 15 - Fishman's Hut, Bahia. Autor: Maria Graham, p. 100.

Gravura 4 - Église de Bomfim a Bahia. Autor: Hubert Clerget, p. 101.

Gravura 5 - A Barra, Église St. Antonio. Autor: Ernest Jaime, p. 101.

Fotografia 45 - Casas nos Arcos da Ladeira da Montanha. Autor: Pierre Verger, p. 103.

Fotografia 46 - Pelourinho. Autor: Pierre Verger, p. 103.

Fotografia 47 - Cotidiano em bairros negros da periferia de Salvador. Autor: Pierre Verger, p.105.

Fotografia 48 - Cotidiano em bairros negros da periferia de Salvador. Autor: Pierre Verger, p.105.

Fotografias 49 a 54 – Invasão (pobre) nas dunas do Abaeté. Autor: Agliberto Lima, p. 107.

Fotografia 55 - Retirada de barracos de invasão urbana na Lagoa do Abaeté. Autor: Fernando Vivas, p. 109.

Croqui 1 – Lagoas e Dunas do Abaeté até a década de 1930, p.110.

Croqui 2 - Lagoas e Dunas do Abaeté na década de 1940, p. 111.

Croqui 3 - Lagoas e Dunas do Abaeté: década de 1950, p. 112.

Croqui 4 - Lagoas e Dunas do Abaeté: década de 1960, p. 113.

Croqui 5 - Lagoas e Dunas do Abaeté: década de 1970, p. 114.

Diagrama 1 - Turismo, História, Cultura e Natureza, p. 115.

Diagrama 2 - Paisagem x Turismo, p. 115.

Diagrama 3 - Turismo x Conservação Ambiental e Cultura Local, p. 115.

Croqui 6 - Lagoas e Dunas do Abaeté: a partir da década de 1980, p. 116.

Diagrama 4 - Turismo x Cultura Local, p. 117.

Diagrama 5 - Turismo x Conservação Ambiental, p. 117.

Diagrama 6 - Contexto Metropolitano, p. 117.

Diagrama 7 - Ciclo de Retroação Lagoa e Dunas do Abaeté, p. 117.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

INTRODUÇÃO, p. 10.

1 TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA, p. 18.

1.1 TURISMO, p. 18.

1.2 TURISMO E MEIO AMBIENTE, p. 24.

1.3 TURISMO E CULTURA, p. 29.

2 ESTADO E TURISMO: SOBRE O CASO BAIANO, p. 36.

2.1 TURISMO E ESTADO, p. 36.

2.2 O CASO BAIANO, 37.

2.2.1 A pré-história do Turismo Baiano (1930 – 1962), p. 39.

2.2.2 Território em Transe (1963-1971), p. 41.

2.2.3 Estado Interventor, p. 42.

2.2.4 Turistificação Globalizada (anos 1990), p. 45.

2.2.5 Tendências Recentes: *megaresorts*, *villages* e *clusters*, p. 48.

3 ABAETÉ: DE LAGOA ESCURA A PARQUE METROPOLITANO, p. 51.

3.1 ITAPUÃ: ALDEIA, FAZENDA E VILA DE PESCADORES, p. 51.

3.2 ITAPUÃ CAYMMICA, p. 73.

3.3 IMAGENS DO LUGAR E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICAS, p. 87.

3.4 URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E INVASÕES EM SALVADOR E NO ABAETÉ, p.98.

3.5 IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA PAISAGEM: DIAGRAMAS-SÍNTESES, p.110.

CONCLUSÃO, p. 118.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 122.

ANEXO, p. 133.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1970, a cidade da Bahia (Salvador), fazendo interagir processos locais e nacionais com o contexto internacional, se inseriu no circuito do turismo nacional como uma destinação cuja natureza turística¹ do lugar assumiu uma configuração singular, em que se associam o mito de um mundo afrobarroco - a *baianidade*² - e uma paisagem, a Bahia de Todos os Santos, *imenso seio de mar* (Sampaio, 1949). A Lagoa do Abaeté, em Itapuã, é um dos ícones da natureza turística da Bahia: associa a beleza paradisíaca do cenário a uma rica sócio-biodiversidade e à representação simbólica da *baianidade* - cantada por Caymmi, pintada por Pancetti, sacralizada por comunidades afro-baianas, preservada pelo Estado -, sintetiza e simboliza o processo de inserção do patrimônio local no mercado turístico globalizado.

Assim, foi proposta ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília uma pesquisa sobre os impactos sócio-ambientais e culturais gerados na paisagem³ de Salvador (BA) (e da Lagoa do Abaeté, Itapuã) ao ser transformada em lugar turístico - no processo de implantação de um modelo globalizado de economia do turismo -, levantando a hipótese de que essa apropriação resulta em *despersonalização* e *negação* do lugar, inviabilizando o encontro, o estabelecimento de um diálogo com raízes territoriais e culturais. Os resultados desta pesquisa, desenvolvida durante o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, são apresentados nesta dissertação.

Este trabalho teve como objeto empírico a paisagem da Lagoa do Abaeté - Itapuã, compreendida como patrimônio natural e cultural, testemunho da dinâmica social da população local e portadora de atributos simbólicos expressivos. Atualmente enquadrada como *Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté*, a paisagem da Lagoa do Abaeté constitui um conjunto de elementos naturais (geomorfologia, vegetação, sistema hidrográfico etc.) e artificiais (arquitetura, urbanismo, sistema viário, fenômenos sócio-

¹ "A 'natureza turística' da cidade é aqui entendida como uma construção histórica e cultural, não como um dado eterno. Esse processo envolve a criação de um sistema integrado de significados por meio dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada, e tem como resultado o estabelecimento de narrativas a respeito do interesse que a cidade tem como destinação turística. Essas narrativas, que se modificam com o tempo, em alguma medida antecipam o tipo de experiência que o turista deve ter e necessariamente envolvem seleções: enquanto alguns elementos são iluminados, outros permanecem na sombra." (CASTRO, 2002, p. 119).

² "Baiano' é uma categoria histórica gerada na convergência de determinados processos sociais. O que significa que houve um momento, em nossa trajetória histórica, no qual nossos antepassados começaram a sentir, a se perceber e a se pensar como uma gente relativamente específica ou um povo algo singular, em comparação com os demais - isto é: como uma comunidade política e cultural." (RISÉRIO, 2004, p. 424-5).

³ A paisagem é concebida como externalidade resultante da conjugação do que uma sociedade herda e se apropria, com aquilo que suas necessidades praticam, isto é, "o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz (...) não pode ser entendida sem alusão às condições ambientais, com ações e reações dinamicamente recíprocas". Enquanto lugares transformados pelas civilizações, a paisagem não deve ser confundida com ecossistema: "a natureza (assim como o meio) não é paisagem: a primeira existe em si, enquanto a segunda só existe em relação ao homem e segundo sua forma de percebê-la". (YÁZIGI, 2001, p. 34).

culturais etc.) que se agrupam numa forma característica, definindo um lugar de interação de vários fatores de transformação, que são coletivamente percebidos e representados como memória e imaginário⁴.

Os principais objetivos da pesquisa relacionaram-se à análise dos impactos sócio-ambientais e culturais na paisagem transformada em lugar turístico, a partir do estudo de caso sobre a Lagoa do Abaeté, enfocando as várias dimensões deste processo (como a histórica, a sociocultural, a espacial, a político-administrativa, a econômica e a ambiental). Pretendeu-se também discutir o processo de *despersonalização / negação* do lugar no contexto da *turistificação*⁵, contrapondo-o às condições de (re)construção e emergência de culturas enraizadas que possam fazer frente aos efeitos niveladores da globalização.

De acordo com esta perspectiva, buscou-se analisar a (im)possibilidade de acontecimento de encontros genuínos de alteridades, do estabelecimento de diálogos entre visitantes e habitantes que possam (re)fundar a experiência da viagem como instância de construção social das pessoas, de afirmação de individualidades e de socialização, a partir do realinhamento da filosofia do turismo.

Até meados do século XX, a cidade de Salvador e seu Recôncavo conservaram a herança colonial de sua tradicional coesão espacial. É a Bahia das estórias de pescadores, amores mestiços e deuses africanos de Jorge Amado, da antropologia visual de Pierre Verger, das canções praieiras de Dorival Caymmi⁶, do 'enigma baiano' de Pinto de Aguiar⁷. A partir dos anos 50, lentamente a Bahia se insere na expansão nordestina da industrialização brasileira (processo de redefinição espacial da economia sob patrocínio estatal), via política de incentivos fiscais e com os primeiros ensaios de planejamento econômico estadual. Aos múltiplos efeitos da atividade petrolífera na economia baiana (grande volume de investimentos, expansão salarial, crescimento da indústria da construção, desfiguração arquitetônica etc.) se somam modificações geradas pela política de investimento da SUDENE⁸, principalmente no aumento da oferta de empregos nos setores industrial e terciário (Risério, 2004).

A nova realidade baiana teve na Petrobrás, na BR-324, na CHESF e na SUDENE os fatores básicos de transformação. O regime militar consolidou o processo de

⁴ *No Abaeté tem uma lagoa escura / Arrodeada de areia branca / Ô de areia branca / Ô de areia branca / De manhã cedo / Se uma lavadeira / Vai lavar roupa no Abaeté / Vai se benzendo / Porque diz que ouve / Ouve a zoada / Do batucajé* (A Lenda do Abaeté, Dorival Caymmi, 1948).

⁵ Grosso modo, *turistificação* é o processo pelo qual um lugar torna-se turístico (ver Capítulo 1).

⁶ É a Bahia pré-industrial, mítica, do feitiço e da magia, "da vegetação exuberante, das ruas que se espreguiçam sob o sol (...) do terno branco, do porto dos saveiros, dos sobrados coloridos, do pé-de-guiné no vaso de barro" (RISÉRIO, 2004, p. 455, 498).

⁷ Aguiar (1977) discute o imobilismo econômico-financeiro da Bahia no contexto do declínio da economia agro-exportadora e da irrealização do sonho industrialista.

⁸ Segundo Gabrielli (1975), a Bahia absorveu mais de 50% dos investimentos feitos no Nordeste, entre 1960 e 1970, nos setores de metalurgia, mecânica, borracha e química.

desenvolvimento capitalista associando grandes capitais brasileiros e internacionais. Com a implantação do Centro Industrial de Aratu, a Bahia se integra ao conjunto da economia nacional, concentrando o setor industrial no Recôncavo (Spínola, 1977). A atualização histórica da Bahia (anos 1950-1960) resulta da industrialização e da conjunção do processo de reforma urbana (avenidas de vale e túneis fazem a cidade explodir por todos os lados, trazendo novos problemas e tensões) e de modernização cultural (a UFBA, criada por Edgard Santos⁹, projeta-se como geradora de turbulências culturais, mobilizando várias gerações¹⁰).

A efetiva transformação do cenário econômico ocorreu com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari¹¹ - COPEC (1978), que alterou radicalmente a configuração urbano-industrial da capital, acelerou o processo de fragmentação Salvador-Recôncavo (sua região histórica), dissolveu "a noção de uma região de Salvador, exceto como espaço urbano e industrial", sucateou "o patrimônio ambiental, urbano-viário intra-regional e arquitetônico do Recôncavo", liquidou antigas atividades produtivas¹² da rede urbana regional e comprometeu perspectivas de sustentabilidade da industrialização, de valorização ambiental e mesmo de desenvolvimento do turismo em sua orla interior. Salvador voltou-se para o litoral norte, separando-se do Recôncavo, tornando-se "uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido" (BRANDÃO, 2002, p. 192).

Salvador se define, então, 'como um espaço urbano extraindustrial', cuja vida econômica centra-se na economia do lazer, entrelaçando três vertentes: a economia do *turismo*, a economia do *simbólico* (produção / comercialização da cultura) e a economia do *lúdico* (a festa, a diversão), conforme esquema proposto por Risério (2004). Embora a Bahiatursa - órgão oficial de turismo - seja criada em 1968, só na década de 1970 a infraestrutura instalada¹³ favorecerá a fixação de Salvador como pólo turístico nacional, atraindo fluxos crescentes de turistas para os produtos da sua quitanda: praias, história ('aqui começou o Brasil'), culinária típica (dendê, acarajé, vatapá), cultura popular exótica ('terra da magia e do candomblé') e festas ('o ano todo', coroando com o carnaval), ingredientes que

⁹ Para Risério (2004), Edgard Santos foi uma expressão do momento modernista da história política e cultural do Brasil.

¹⁰ "Este é o tempo em que a Cidade da Bahia é marcada, a fogo e brisa, pelas idéias e pelas ações de Koellreutter, Lina Bo Bardi, Yanka Rudzka, Agostinho da Silva, Martim Gonçalves, Pierre Verger, Diógenes Rebouças e outros. Menos imediata, pela distância geográfica, mas nem por isso menos interessante, por Jorge Amado, Dorival Caymmi e João Gilberto. E este é também o tempo em que principia a luzir, em nosso ambiente, a geração de Glauber Rocha e Caetano Veloso" (RISÉRIO, 2004, p. 526).

¹¹ Segundo Suarez (1986), estruturado em modelo tripartite de capital, de novo a Bahia sedia uma associação física e acionária de capitais estatal, privado nacional e multinacional, num arranjo hegemônico do primeiro e de sua tecnoburocracia.

¹² Agricultura alimentar, pesca e produção de materiais de construção eram atividades dependentes do complexo de vias e cidades da região.

¹³ Formação de uma rede hoteleira, implantação do sistema de ferry-boat cruzando a Baía, construção do Centro de Convenções, capacitação de mão-de-obra (SENAC) e o início da recuperação do Pelourinho.

fixaram a visão de capital do prazer¹⁴. Se, por um lado, o tripé turismo-cultura-festa constitui o diferencial mercadológico da Bahia, por outro, os interesses da indústria do turismo e de certas variantes da ideologia da *baianidade* acabam por criar a imagem idílica de eterna festa e prazer, "uma espécie qualquer de ilha da fantasia, imune às questões mais graves que afligem o cotidiano brasileiro" (RISERIO, 2004, p. 592).

Fenômeno social característico do mundo moderno, o turismo implica o deslocamento de contingentes humanos específicos (os turistas¹⁵) que se tornam, temporariamente, habitantes de outros locais, provocando impactos diversos - econômicos, culturais, sociais - nas sociedades receptoras. A vivência da alteridade, em que pesem as divergências sociológicas e/ou antropológicas da análise dos impactos decorrentes, é um fato inegável do intenso contato entre diferentes culturas propiciado pelo turismo, enquanto forma hegemônica da indústria do lazer na sociedade globalizada.

O estabelecimento do turismo como 'indústria' (o *trade* turístico) resultou do contexto histórico e cultural no qual se cruzaram múltiplos processos sociais gerais, "como o desenvolvimento do individualismo, da urbanização, da industrialização e das mudanças nas condições de trabalho" (CASTRO, 2002, p. 118) e de mudanças intelectuais e estéticas generalizadas que fizeram com que o prazer de viajar ganhasse força no imaginário ocidental. Envolvendo um número cada vez maior de pessoas, a atividade do turismo tem se configurado como um fenômeno complexo, fator de produção de divisas na economia de vários países, afetando diversas comunidades, de múltiplas formas e em diversas circunstâncias.

Subordinado aos núcleos decisórios do capitalismo corporativo hegemônico do mundo globalizado ou fruto de iniciativas locais de caráter doméstico-artesanal, o fato é que o turismo se expande numa voracidade por territórios, espaços, paisagens e culturas diversas, no campo e/ou na cidade, no interior e/ou no litoral, em várias formas e escalas. A busca de formas alternativas de turismo, "requerendo menor densidade, tanto de infra-estrutura quanto de serviços, valorizando os ambientes naturais e a cultura de cada lugar" (ROCHA, 2003, p. 15), traz novos elementos à discussão.

Não se pode, entretanto, atribuir apenas ao turismo as conseqüências negativas da interferência na produção da vida cotidiana e na estrutura da cultura local: o processo de modernização deslançado pela globalização da economia capitalista, o modelo de

¹⁴ "Cidade ensolarada, cidade lúdica, cidade exótica, cidade erótica. Paraíso sensual, que se fazia de sol, de som e de sexo". (RISERIO, 2004, p. 581).

¹⁵ "Existem muitos tipos de viajantes e o que os diferencia dos turistas são características como o objetivo da viagem, o tempo de permanência fora de casa e o estado de espírito". (BANDUCCI JR. e BARRETTO, 2002, p. 7).

urbanização com seus efeitos desastrosos¹⁶ e a expansão da mídia nos países não-desenvolvidos também afetam os territórios e as comunidades receptoras, provocando mudanças sociais e culturais.

o território é o lócus dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais de novas estratégias de reapropriação da natureza. (LEFF, 2006, p. 157).

Neste sentido, impõe-se a construção de nova racionalidade, ambiental segundo Leff (2006), apta a reunir a potencialidade do real (ecologia) e o sentido do simbólico (cultura), acolhendo a diferença (alteridade).

Apesar dos estudos do turismo reunirem um conjunto sistematizado de conhecimentos em vários campos (tais como Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Psicologia etc.), como assinala Balestreri (2001a), ainda são conhecimentos compartimentados pelas disciplinas particulares, “deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global” (BENI, 1990, p. 16). Um dos problemas da prática interdisciplinar é a dificuldade de romper os domínios específicos de cada campo de conhecimento, impedindo o alcance de percepções mais complexas, não-reducionistas. Nesta conjuntura, que revela a crise de paradigmas científicos, emergem anseios por reflexões capazes de reconstruir o todo fraturado pela racionalidade científica da modernidade capitalista, em que conhecer é quantificar, dividir, classificar, descobrir causas e efeitos, formular leis, propor modelos.

o objetivo de minha procura de método é não encontrar o princípio unitário de todos os conhecimentos, até porque isso seria uma nova redução, a redução a um princípio-chave, abstrato, que apagaria toda diversidade do real, ignoraria os vazios, as incertezas e aporias provocadas pelo desenvolvimento dos conhecimentos (que preenche vazios, mas abre outros, resolve enigmas, mas revela mistérios). É a comunicação com base num pensamento complexo. (...) É convidar a pensar-se na complexidade. (MORIN, 1998, p. 139-40).

O pensamento ocidental, fundado em idéias universais e de unidade das ciências, tem sido questionado por dissociar o real e o simbólico, separando as Ciências Naturais das Ciências Sociais. Embora remonte à filosofia grega, a separação entre pensamento e realidade (que, historicamente, fomentou a controvérsia materialismo x idealismo) acentuou-se com a dissociação entre idéia e matéria, postulada pelo cartesianismo que fixou séries dicotômicas: mente-corpo, sujeito-objeto, natureza-cultura, razão-sentimento, biologia-antropologia, ciências empíricas-saberes especulativos. Como lembra MORIN (1998, p. 137, grifos do autor), “a dissociação entre o sujeito (*ego cogitans*), remetido à metafísica, e o objeto (*res extensa*), enfatizando a ciência”. No entanto,

¹⁶ Aumento da pobreza e da miséria, poluição e degradação de ambientes naturais, exclusão social, dependência econômica etc.

A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (SOUZA SANTOS, 1988, p. 53).

A interdisciplinaridade se configura, então, como uma possibilidade, desde que, ultrapassando o mero esforço reparador da separação artificial das disciplinas¹⁷, demonstre,

cada vez e de modo mais nítido, a importância de um saber que seja *indisciplinar* [...] em duplo sentido indisciplinar: no de não se submeter à repartição dos domínios, que espelha a sociedade industrial – por um lado – e no de não se curvar, por outro, à disciplina dos métodos científicos oficiais, fundados na oposição sujeito/objeto e nas regras de objetividade e neutralidade, que são a expressão mais cristalina da atitude intelectual desta civilização. (RODRIGUES, 2003, p. 100). (grifo do autor)

No momento atual, de transição entre paradigmas, formula-se um pensamento da complexidade, buscando-se construir epistemologias de caráter multiforme, plural e indeterminada, capazes de “antecipar a formação de uma civilização planetária da diversidade” (ZAOUAL, 2003, p. 21), reunificando natureza e cultura. Novos esquemas de pensamento (complexo, interdisciplinar, transdisciplinar), nos quais se evidenciam *inter-relações, interações e retro-alimentações* entre o material e o simbólico, buscam entender o mundo como conjunto de ordens híbridas entre o orgânico, o simbólico e o tecnológico. Leff e Zaoual coincidem suas análises sobre as tensões do mundo presente:

Em face do processo de globalização regido pela racionalidade econômica e as leis do mercado, está emergindo uma política do lugar, do espaço e do tempo, mobilizada por novos direitos culturais dos povos, legitimando de regras mais plurais e democráticas de convivência social e de reapropriação da natureza. LEFF (2006, p. 157)

Tudo acontece como se a globalização criasse um ‘impulso planetário’, empurrando as populações, excluídas ou não, a buscar demarcações cognitivas, encontrando suas fontes indiferentemente nas religiões, nas crenças, nas identidades locais, ou simplesmente em uma proximidade de pertença, para melhor gerir a incerteza decorrente do reino, que se quer sem partilha, da técnica e da mercantilização do mundo. ZAOUAL (2003, p. 27-8).

Superando os limites dos paradigmas científicos particulares e da razão instrumental, é preciso buscar o conhecimento que possibilite novas abordagens fundadas em princípios éticos e na diversidade cultural, que não estará sistematizado em uma disciplina integradora e de síntese, mas em eixos temáticos¹⁸.

Por outro lado, ZAOUAL (2003, p. 26-7) reafirma a necessidade de prudência “no conhecimento das interações entre as culturas e o desenvolvimento”, face à complexidade

¹⁷ Um dos problemas da prática interdisciplinar é a dificuldade de romper os domínios específicos de cada campo de conhecimento, impedindo o alcance de percepções mais complexas, não-reducionistas.

¹⁸ “Os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros” (SANTOS, 1988, p. 65).

do mundo de “extrema diversidade de situações e de populações cujos sistemas de crenças e práticas são variados e variáveis no tempo e no espaço”. No contexto atual, tal problemática conduz ao forte questionamento das fronteiras resistentes entre as disciplinas, produzindo uma crescente potencialização da diversidade nas práticas locais, face ao colapso do modelo único globalizante. Para este autor, somente uma nova epistemologia, de caráter flexível, “aberta à ampla relatividade das lógicas e racionalidades”¹⁹, pode abordar esses processos de enraizamento²⁰, em que as teorias e as práticas dos novos saberes têm que considerar, de maneira crescente, *as contingências qualitativas de cada meio*: “são, entre outros, o horizonte e a filosofia de base do paradigma pluralista dos sítios simbólicos de pertencimento” (ZAOUAL, 2003, p. xx).

Resumidamente, o sítio simbólico de pertencimento é um marcador imaginário de espaço vivido. Em outros termos, trata-se de uma entidade imaterial (ou intangível) que impregna o conjunto do universo local de atores. Sempre o sítio é singular, aberto ou fechado. Ele contém um código de seleção e de evolução própria: nesse sentido, é dinâmico. Contrariamente ao culturalismo, o estudo dos sítios (*sitologie*) é uma abordagem não estática, pensando no plano de movimento de complexo e de mestiçagem cultural. Conforme essa ótica, oposta à do economicismo, nenhuma dimensão da existência humana pode estar separada das outras. Crenças, conceitos e comportamentos se articulam em torno de um sentido de pertencimento e criam forte relatividade das leis econômicas no mesmo momento em que o mundo parece uniformizar-se. (ZAOUAL, 2003, p. 28-9).

No enfoque reducionista da visão acadêmica compartimentada, há um impedimento de compreensão ampliada sobre as diversidades que impossibilita também abarcar a complexidade da noção de território.

a falta de interatividade dos saberes impede de colocar em destaque as diversidades locais, fonte de riquezas para um território dado e, conseqüentemente, para o país onde se encontra. (ZAOUAL, 2008, p.6).

Trabalhando com a hipótese de que a implantação de modelos globalizados da economia do turismo resulta em *despersonalização* e *negação* do lugar, que, por sua vez, inviabilizam o encontro e o estabelecimento de diálogos genuínos com raízes territoriais e culturais locais, e voltando-se para a análise desse processo por meio de um estudo de caso da Lagoa de Abaeté, buscou-se, nesta pesquisa, compreender as seguintes questões: que elementos do contexto histórico e sócio-econômico geraram o processo de transformação da paisagem da Lagoa do Abaeté em lugar turístico? Que impactos sócio-ambientais e culturais decorrem deste processo? Quais são os elementos simbólicos que, apropriados pelo processo de construção de uma imagem turística da Bahia e da Lagoa do Abaeté, podem ser considerados ainda como pertinentes frente às descaracterizações resultantes pela urbanização e pelas intervenções no lugar?

¹⁹ “O pensamento da complexidade (Morin, 1992) faz parte desse grande movimento de recomposição do saber explodido, oriundo da cultura do Iluminismo, hoje usado pelo produtivismo, a concorrência ‘irrestrita’”. (ZAOUAL, 2003, p. 28).

²⁰ No sentido dado por Karl Polany (2000).

Sob o ponto de vista teórico, considerando o caráter multidimensional e interdisciplinar desta pesquisa, foi proposto um enfoque sócio-antropológico e histórico para a compreensão dos processos de produção e reprodução da vida social e da mudança cultural que permeiam a discussão do turismo e do desenvolvimento sustentável. Para analisar as conseqüências da implementação do complexo turístico na Lagoa do Abaeté, tomou-se como referência as dimensões da sustentabilidade (social, econômica, histórico-cultural, ambiental, espacial e político-institucional) presentes na utilização turística do local (uma área protegida) e as interações entre os diversos atores sociais envolvidos.

Os procedimentos metodológicos compreenderam a realização de revisão bibliográfica, a coleta de dados em fontes diferenciadas, a realização de algumas entrevistas (abertas) com agentes turísticos, ambientais e pessoas da comunidade (realizadas em março de 2008), além da sistematização e da análise dos dados coletados e da redação final desta dissertação. A coleta de dados abrangeu uma pesquisa documental e iconográfica²¹ para reconstrução dos processos (histórico-sociais) de apropriação turística da paisagem do Abaeté.

²¹ Foram utilizadas fontes escritas (documentos produzidos por órgãos e instituições públicas e privadas - planos, programas, projetos, normas, resoluções, legislação, dados estatísticos, índices, indicadores, relatórios etc. -, notícias publicadas na mídia), orais (entrevistas abertas com usuários e pessoas da sociedade civil), além de fontes materiais (iconografia – fotografias, mapas, desenhos, pinturas -, e o próprio sítio e suas configurações que podem ser vistos e analisados).

1. TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

1.1 TURISMO

O turismo tem alguns aspectos de showbiz, alguns do comércio internacional de commodities, é parte diversão inocente, parte devastadora força de modernização. Sendo todas estas coisas ao mesmo tempo, tende a induzir uma análise apenas parcial.
Victor Turner, 1974.

O turismo, complexa atividade humana que coloca em confronto os desejos e as representações de mundo dos sujeitos envolvidos (turistas-visitantes e nativos-residentes), evidencia-se como um fenômeno econômico, político, social e cultural significativo das sociedades contemporâneas. Mobilizando mundialmente grandes fluxos de pessoas e de capital, o turismo tem marcado fisicamente os territórios de forma contundente ao criar e recriar espaços cada vez mais diversificados, produzindo impactos nos contextos socioambientais das localidades onde se estabelece.

Embora suas origens remontem à Europa Ocidental do século XVIII, o termo *turismo* surgiu no século XIX, para nomear a viagem (de lazer) no mundo contemporâneo, que havia sido totalmente redefinida no contexto das transformações provocadas pela Revolução Industrial. Desde os primórdios, a viagem tem provocado contradição e ambigüidade nas representações literárias e científicas (Crick, 1989). Mais tarde, a organização econômica das viagens sob novo formato (o turismo) alterou o espírito da excursão e da relação do viajante com o lugar e suas pessoas, dando origem a preconceitos e a desconfiança quanto ao caráter de autenticidade da experiência.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a intensificação dos processos de industrialização e urbanização, consolidou-se o fenômeno do turismo de massa – elevado número de pessoas viajando para os mesmos lugares turísticos, que aos poucos vão se degradando e perdendo seu atrativo (Zaoual, 2008). Os problemas resultantes do turismo de massa definiram uma visão negativa, que levou Boorstin (*apud* CRICK, 1989, p. 307), a afirmar que "o turismo é uma forma de experiência empacotada que serve para prevenir o contato real com os outros, um modo manufaturado, trivial, inautêntico de ser, uma forma emasculada de viagem, feita segura pelo comercialismo".

A atividade turística implica um deslocamento de pessoas do espaço do trabalho para o espaço do ócio, o que a torna uma das práticas sociais mais caracteristicamente territoriais, comparada a outras (Nicolás, 2001). O deslocamento consiste num momento de transição em que o 'espaço do trabalho' (em suas dimensões sociais, culturais, simbólicas, pessoais e afetivas associadas às rotinas cotidianas e às racionalidades burocráticas

produtivas) vai sendo deixado para trás (até ser reencontrado no retorno), enquanto o 'espaço do ócio' começa a ser acionando simbolicamente. Neste processo, o destino turístico é previamente chamado à cena da imaginação. Enquanto transição, a viagem é o deslocamento fundamental do sujeito-turístico que o permite mudar de 'mundos': o percurso espaço-temporal da viagem dilui progressivamente as práticas de trabalho e evidencia as do ócio. A noção de *periferia do prazer*, segundo Turner e Ash (1991), é concebida para traduzir a imagem de *desenraizamento*, de *diferença* e de *mudança*, mesmo temporária, que é experimentada pelo turista.

O turismo constituiu-se como um fenômeno caracterizado por três fatores, todos eles incidentes sobre os territórios, sempre de maneiras particulares: as *áreas de dispersão* ou *áreas emissoras* da demanda turística, os *fluxos* e os *núcleos receptores*, conforme esquema proposto por Balastrieri (2001a). A demanda turística tem sua origem nas *áreas de dispersão* (*emissoras*), concentradas geralmente nas médias e grandes cidades e nas metrópoles, em que a viagem se torna a saída para enfrentar o estresse urbano e a rotina do trabalho. Assim, as demandas se deslocam através de *fluxos*²² aéreos, terrestres, fluviais e oceânicos, que também incidem sobre os territórios – sistemas viários e equipamentos de embarque / desembarque, como estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos. E, por último, os *núcleos receptores*, os lugares turísticos, os espaços pré-existentes que são apropriados pela atividade turística para que aí se realize o consumo do espaço, o consumo do "atrativo" turístico.

Ao se referir aos fatores que condicionam a seletividade espacial (ontológica) do turismo, que denomina de *fontes de turistificação de lugares e territórios*, Knafou (2001) enumera os *turistas*, o *mercado* e os *planejadores/promotores territoriais* (o Estado e demais agentes). O autor destaca o turista como o instaurador do lugar turístico, uma vez que é a sua prática que dá origem ao processo de *turistificação* dos espaços: são os turistas que estão na origem do turismo. Esta atividade 'inaugural' do turista define o que se chama de 'apropriação primitiva' dos lugares, uma relação estabelecida entre o turista e o espaço:

Inicialmente, uma área é descoberta por pintores, poetas, cineastas, *gourmets*, *restaurateurs*, hoteleiros, *jeunesse dorée* etc., e transforma-se num lugar da moda. Com o tempo ela cresce e se consolida e, a partir daí, passa a ocorrer um deslocamento para novas e remotas periferias, repetindo-se os mecanismos de crescimento e assim sucessivamente. (MELLO E SILVA, 2001, p. 1260). [grifos do autor].

Contudo, o uso turístico do espaço se desenvolve segundo leis espaciais distintas das que regem as atividades de produção-reprodução em geral. Envolvendo os agentes de *turistificação* (os *turistas*, o *mercado* e os *planejadores/promotores territoriais*), o consumo do espaço pelo turismo implica que a produção turística não obedece às leis da produção econômica tradicional: o espaço turístico é criado e recriado como *valor de uso* (e também

²² Balastrieri (2001a) destaca, ainda, os fluxos de capitais e da informação como *fluxos não-visíveis*.

de troca), sem que sua destruição seja obrigatória, ainda que freqüentemente isto ocorra (Nicolás, 2001). Há uma relação intrínseca entre o *turismo* e o *território*, instauradora das especificidades do fenômeno da produção e do consumo de territórios pelo turismo:

Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o *principal objeto de consumo do turismo ser o espaço*, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e de fluxos. Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo e esse é um fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. *É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos.* (CRUZ, 2002, p. 20, grifos nossos).

O espaço não é exclusivamente o componente que possibilita mudar de lógica ou de 'mundo' (do trabalho ao ócio), é também o elemento constitutivo da experiência turística: o turismo é um voraz consumidor de espaços, não só porque o turista busca desfrutar da simples visão do espaço, mas também porque consome os componentes de uma *paisagem* (físicos, naturais, humanos) que pode ser reconhecida como 'turística'. Sabe-se que a paisagem está na base do turismo e que a abordagem clássica dos 'atrativos do turismo' se inicia com o reconhecimento da existência de fatores físicos, naturais ou socialmente construídos considerados como capazes de exercer 'atratividade' para os visitantes.

A *paisagem* é aqui concebida, seguindo Yázigi (2001), como externalidade da conjugação do que uma sociedade herda e se apropria com aquilo que suas necessidades praticam, isto é,

o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz [...] [a paisagem] não pode ser entendida sem alusão às condições ambientais, com ações e reações dinamicamente recíprocas. [...] a natureza (assim como o meio) não é paisagem: a primeira existe em si, enquanto a segunda só existe em relação ao homem e segundo sua forma de percebê-la. (YÁZIGI, 2001, p.34).

Neste sentido, as paisagens turísticas não existem como dados apriorísticos da natureza (Luchiari, 1998), são resultantes da valorização cultural de alguns de seus elementos pelo turista, que é o grande inventor do *lugar turístico*:

a paisagem tem, pois, uma fixidez espacial que é resultado da fixidez espacial das formas-objetos que definem sua existência. [...]

Da fixidez do produto turístico decorre a necessidade de seu consumo *in situ* e, conseqüentemente, dos deslocamentos espaciais de consumidores-turistas. Esses deslocamentos implicam, entre outras coisas, que a prática do turismo tenha repercussões sobre distintas porções do espaço, sobre os espaços emissores de turistas e os espaços de deslocamento e sobre os pólos receptores. (CRUZ, 2002, p. 17).

No caso do mercado como fonte de *turistificação* dos lugares, a genealogia do lugar turístico está na "concepção e na colocação de produtos turísticos, e não mais, diretamente, nas práticas turísticas em si" (KNAFOU, 2001, p. 70). O espaço é o objeto de consumo do turismo e em tempos de expansão do consumo, o mercado é o agente fundamental da apropriação de territórios para uso turístico. Os planejadores/promotores territoriais têm atuação decisiva no processo de re-ordenamento do espaço e na sua transformação em produto turístico, ou seja, na *turistificação* dos lugares. A forma como se dá este processo

de *turistificação* depende, em grande medida, da política pública de turismo praticada no lugar, cabendo ao Estado a definição de metas e diretrizes orientadoras do desenvolvimento (sócio)espacial da atividade turística, seja na esfera pública, seja na esfera privada.

Ao analisar as relações entre o turismo e o território, Knafo (2001) se refere a três tipos de situação. Primeiro, os *territórios sem turismo*, hoje cada vez mais raros, já que desde o século XVIII, quando o turismo é “inventado” na Europa, houve uma corrida rumo à *turistificação* dos lugares generosamente dotados de recursos naturais e culturais. Segundo, a existência de *turismo sem territórios*, em que a *turistificação* não é deslançada pelos turistas, é o mercado que lança produtos turísticos, sem que haja um “território turístico”. É o caso do turismo “fora do solo”, de locais equipados, indiferentes à região em que se inserem, tornando-se um espaço-receptáculo, que cria seu próprio clima e atratividade. Por último, os verdadeiros *territórios turísticos*, criados e produzidos pelos turistas (‘apropriação primitiva’) e depois apropriados pelo sistema do turismo como “destinações”.

Assim, o turismo se configura como “una práctica social colectiva que integra mecanismos distintos de relación al espacio, a la identidad y al Otro” (NICOLÁS, 2001, p. 40), fazendo incidir seus efeitos, progressivamente, em todos os setores da vida coletiva – instituições, mentalidades, concepções de identidade e mesmo a própria idéia que uma sociedade faz de si mesma. Ou seja, “más que una actividad económica, el turismo es una práctica [sociocultural] generadora de actividad económica, en la misma forma que la religión, el deporte o la guerra” (*ibidem*). Compreende, portanto, *sujeitos humanos* (turistas) com *condições materiais* (dinheiro) e *imateriais* (tempo livre) indispensáveis à sua prática e certas *frações do espaço* escolhidas para isto (os lugares turísticos).

Para Urry (2001), todo o processo do turismo está fundamentado no lançamento de um olhar para conjuntos de diferentes cenários, paisagens e cidades que estão fora daquilo que consideramos comum. Neste sentido, o turismo sempre envolveu o *espetáculo*, o *extraordinário*. Urry fala da diversidade do olhar do turista, apontando-o como socialmente organizado e cuja sistematização se vincula às experiências não-turísticas da vida, acumuladas no dia-a-dia e no trabalho remunerado. O olhar turístico é um olhar diferenciado pelo fato de que “o turismo resulta de uma divisão binária básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário” (URRY, 2001, p. 28). O olhar do turista busca, incessantemente, o extraordinário, de maneira a se afastar da convencionalidade de sua vida cotidiana. Por isso busca o diferente, o outro, o exótico (ex-ótico), aquilo que está fora da sua órbita visual rotineira.

Conceituando o olhar do turista como algo diverso de outras atividades sociais e sujeito a acontecer em espaços e tempos apropriados, Urry (2001) analisa duas formas, o “olhar romântico” e o “olhar coletivo”:

Existe, portanto, uma forma “romântica” do olhar do turista, na qual a ênfase é colocada na solidão, na privacidade e em um relacionamento pessoal e semi-espiritual com o objeto do olhar. [...] esse é apenas um tipo de olhar, que denominei “romântico”. (URRY, 2001, p. 69-70).

O olhar coletivo precisa, assim, da presença de um grande número de pessoas [...] Outras pessoas dão uma atmosfera ou um sentido carnavalesco a um lugar. [...] É a presença de outros *turistas*, pessoas como nós, que é necessária para o sucesso de tais lugares, que dependem do olhar coletivo do turista. (URRY, 2001, p. 70). [grifo do autor].

Além da dicotomia ‘olhar romântico’/‘olhar coletivo’, Urry (2001) sugere que os lugares objetos do olhar do turista podem também ser classificados usando-se duas outras dicotomias: ‘autêntico’/‘inautêntico’ e ‘histórico’/‘moderno’. Como será visto adiante, a autenticidade é um elemento vital na experiência turística.

Portanto, pode-se afirmar que aquela ‘apropriação primitiva’ dos espaços tem sua origem no “olhar romântico” do turista que busca a aventura, a alteridade, o diferente. A partir daí, esta ‘apropriação primitiva’ dos lugares pelos turistas pode (ou não) gerar uma futura apropriação ordenada – pelos planejadores-promotores territoriais, pelo mercado -, em que estas localidades são incorporadas aos destinos turísticos oficiais.

As concepções mais recorrentes, quando se trata de analisar a atividade turística, privilegiam sua dimensão econômica, em detrimento das demais, considerando, inclusive, o turismo como uma *indústria*²³ propulsora do ‘desenvolvimento’. A partir dos anos 1960, dissemina-se a idéia do turismo como alternativa ‘limpa’ de desenvolvimento, a chamada ‘indústria sem chaminés’, uma receita prescrita pelos organismos internacionais para retirar os países do subdesenvolvimento. Os exemplos inumeráveis de experiências ‘cenográficas’ de um turismo planejado, como Cancún, Acapulco etc., retificam os propagados ‘efeitos multiplicadores do turismo’, como distribuição eqüitativa da renda, dinamização da economia regional e local, conservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida das comunidades locais etc.

A atual fase de internacionalização do turismo caracteriza-se, segundo Sanchez (1991), por uma dialética entre espaços de matéria-prima (os *lugares turísticos* ou em vias de *turistificação*) e espaços de capacidade de consumo (os países desenvolvidos que centralizam as demandas do ócio). O processo de apropriação e adequação de territórios das localidades ao seu uso pelo turismo massificado e globalizado tem sido conduzido, basicamente, pela ação do mercado e do Estado. Por outro lado, nota-se que, com o crescimento, em escala global, da competitividade entre os atrativos ou lugares turísticos, a transformação do espaço em produto turístico tem demandado uma racionalidade cada vez maior, de maneira a se adequar e conseguir sobreviver ao mercado globalizado.

²³ Trata-se de um equívoco, pois o turismo, enquanto atividade econômica, é constituído por um conjunto de serviços associados: hospedagem, alimentação, transporte, guia etc.

O turismo representa, portanto, uma importante forma de reprodução do capital e de captação de divisas internacionais e, ao mesmo tempo, uma atividade com enorme poder de re-ordenamento territorial. Conforme Cruz (2002), a força do mercado e dos promotores/planejadores territoriais na escolha, criação e delimitação dos lugares turísticos faz com que estes próprios agentes se atribuam superioridade, autonomia e independência em relação à prática daqueles que, realmente, *fazem e aturam* o turismo: os turistas e as comunidades 'receptoras'.

Independente do caráter de sua manifestação (espontânea ou planejada), o turismo se constitui simultaneamente como uma atividade produtiva (integrando a economia) e uma prática social (logo, ligada ao simbólico, à cultura). Em sua essência, o turismo comporta ainda uma outra visão, a ênfase na *aventura* e na *alteridade*, implícita na concepção original do turista, evidenciando a busca e a possibilidade de um *encontro* entre o global e o local, o turista e o lugar, o viajante e o nativo. Os territórios turísticos explicitam, assim, o confronto entre territorialidades diferentes,

a territorialidade sedentária dos que aí vivem freqüentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam. (KNAFOU, 2001, p. 64).

Os espaços turísticos apresentam um paradoxo entre ócio e negócio, segundo abordagem de Nicolás (1989): embora os espaços sejam apropriados pelo turismo para, em sua essência, serem espaços de ócio, não o são na forma pura, pois neles se realiza o confronto de duas lógicas diversas, mas não conflitantes, a lógica do trabalho e a lógica do ócio - o tempo do ócio, "não-trabalho" (improdutividade) está na base da produtividade do turismo.

Tal confronto tem implicações óbvias não só no contexto econômico - aspecto mais comumente (super)valorizado pelo Estado e pelo mercado no discurso midiático do 'turismo como vetor de desenvolvimento', a despeito da dependência e exploração econômica que a atividade tem provocado nas comunidades locais -, mas sobretudo nos paradoxos característicos do uso do território pelo turismo (segregação espacial, processos inflacionários) e na dinâmica sociocultural das interações que se estabelecem entre turistas e nativos:

En la esencia espacial del turismo, se encuentra la posibilidad de ejercer prácticas sociales distintas a las tradicionales, socialmente reconocidas o rechazadas. [...] Las prácticas del turismo son múltiples, [...] Sin embargo, en la esencia del proceso turístico, se encuentra la permisividad de otras prácticas, 'normales' o no, que rompen las que se asocian con la vida diaria, la cotidianidad impuesta en la esfera del trabajo y de su reproducción asociada y reproducen otra cotidianidad, distinta, temporal y en otros contextos espaciales." (NICOLAS, 2001, p. 41).

Os turistas são os agentes de uma modernização cujos impactos têm produzido efeitos de desagregação social e vulgarização cultural, ameaçando a própria autenticidade e identidade do lugar, que é o que está na origem da *turistificação* dos lugares, e é o 'recurso' turístico mais valioso. Apesar de sua presença efêmera e fugidia, os turistas produzem

una fusión progresiva de un modo de vida territorialmente expresado con otro: [...] con escasa capacidad de resistir el cambio, las transformaciones de las sociedades locales son sumamente rápidas, llevando a los 'nativos' a adoptar patrones de comportamiento originados en la lógica del ocio. (NICOLÁS, 2001, p. 48).

A percepção da paisagem, que está no centro da atividade turística, constitui uma experiência subjetiva, decorrência de uma interpretação singular do ambiente. Turistas e nativos, no confronto de territorialidades (e contextos culturais) distintas (nômades e sedentárias) enfocam aspectos diferentes do mesmo ambiente: enquanto o turista vivencia uma experiência fundamentalmente estética, o nativo aprecia seu próprio modo de vida. Assim, segundo Leff (2006), o território é lugar porque nele se assenta uma identidade que é o enlace do real, do imaginário e do simbólico de comunidades nativas. A atividade turística se apropria do conteúdo simbólico da paisagem para produzir os mitos que serão vendidos, disseminando a 'atratividade' do lugar.

Na atualidade, a polêmica sobre o caráter do turismo como pseudo-acontecimento ou como evento autêntico suscita posições polarizadas. Por um lado, o turismo é concebido como escapismo, busca pela autenticidade existente em outras culturas, já que a sociedade encontra-se marcada pela fragmentação da divisão social do trabalho: o turista seria "uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras 'épocas' e em outros 'lugares', distanciados de sua vida cotidiana" (MacCANNELL, apud URRY, 1996: pp.24-5). Contrapondo-se a esta visão, McKEAN (1995, p. 133) compreende o turismo como "um profundo, amplamente compartilhado desejo humano de conhecer 'outros', com a possibilidade recíproca de nós podermos vir a conhecer a nós mesmos". Nesta perspectiva, o turismo exerceria um papel positivo de fomentador de riqueza, trabalho e renda, da preservação do patrimônio cultural e natural dos lugares de visitaçã, satisfazendo uma expectativa de encontro com o diferente, com o outro.

2.2 TURISMO E MEIO AMBIENTE

O meio ambiente é a matéria prima do turismo, havendo uma relação complexa e contraditória entre turismo e meio ambiente. Entendendo o meio ambiente como "a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm" (HOLDER, apud RUSCHMANN, 2005, p. 19), e os ecossistemas como constituídos de elementos bióticos e abióticos, as cidades, os monumentos, as paisagens e as manifestações da diversidade cultural humana – padrões culturais, comportamentos, vestuário, gastronomia, música, folclore etc. – são o objeto da demanda turística.

Sendo extremamente frágil e sensível, o meio ambiente tem sido alterado pela ação humana, ao longo da história, com a expansão de suas atividades econômicas para

satisfação de necessidades, transformando-o profundamente, de maneira irreversível, inclusive com a implantação de equipamentos ‘receptivos’ e pelo intenso fluxo de visitação turística, em períodos mais recentes. Aqui está a principal contradição do turismo: embora necessite de um meio ambiente equilibrado e sadio, o turismo lhe cria sérios problemas, e, conseqüentemente, à paisagem e à cultura das comunidades locais:

Chama-se a atenção, enfim, para a perversa contradição inscrita nos genes mesmos do fenômeno turístico entre, de um lado, as exigências de abertura tão ampla quanto possível dos sítios para uma freqüentação solicitada ativamente e, de outro lado, as exigências de preservação das qualidades originais que fundam e perenizam a atratividade destes sítios. (CAZES, 2001, p. 81).

Evidentemente a progressiva degradação dos modos de vida nos grandes centros urbanos impulsiona uma crescente demanda por ambientes naturais e diferentes, como forma de recuperar o equilíbrio e a harmonia pessoal no tempo livre. Resulta que os impactos dessa massa de turistas, que invadem e consomem esses espaços naturais/culturais, aceleram a degradação do ambiente e, conseqüentemente, a extinção do lugar enquanto ‘atrativo turístico’. Aqui se impõe a necessidade do controle sobre o excessivo crescimento dos fluxos de turistas mundialmente, na medida em que ameaça a própria integridade dos ecossistemas, que, segundo especialistas, têm sua capacidade de carga ultrapassada. Instaure-se, assim, um círculo vicioso: as péssimas condições dos contextos urbanos – poluições, violência, congestionamentos etc. – provocam a ‘busca pelo verde’ em proporções massivas, gerando degradações aos ambientes naturais, que serão substituídos por outros, num consumo autofágico feroz, em que a atratividade inicial dos recursos naturais acaba por tornar-se a causa da sua degradação, ou em outro sentido, a degradação do espaço urbano produzindo a degradação do espaço natural.

O relacionamento conflitante entre o turismo e o meio ambiente é analisado por Ruschmann (2005), que propõe um esquema histórico composto de quatro fases, baseando-se em estudos franceses. A fase pioneira do turismo, quando da sua ‘invenção’ no século XVIII, é marcada pela ‘descoberta da natureza e das comunidades receptoras’, em atividades praticadas por viajantes curiosos sobre os ambientes visitados e suas alteridades exóticas, preferencialmente ainda não alcançados pela industrialização.

A segunda fase, do turismo ‘dirigido’ e elitista do final do século XIX e início do XX, caracteriza-se pela intensificação da demanda e conseqüente *boom* imobiliário que definiu os grandes centros turísticos europeus, sem qualquer preocupação ambiental, num afã de domesticação da natureza – ferrovias nas montanhas, cassinos flutuantes etc.

O turismo de massa corresponde à terceira fase, iniciada nos anos 1950, cujo clímax, entre as décadas de 1970 e de 1980, apresentava o crescimento acelerado da demanda e das localidades turísticas, levando as zonas litorâneas à saturação. Definindo o estágio mais

devastador do turismo sobre o meio ambiente e as comunidades receptoras, os excessos então praticados iam da mediocridade arquitetônica dos equipamentos ao crescimento desordenado e à poluição generalizada.

Contaminação de águas de rios, lagoas e mares, poluição sonora, visual e atmosférica, destruição da cobertura vegetal do solo, devastação de florestas, erosão de encostas, ameaça de extinção de diversas espécies animais e vegetais são alguns dos impactos negativos gerados pela infra-estrutura turística (equipamentos e serviços) requerida para o atendimento do turismo de massa. A realidade desta modalidade disseminou a visão do turismo como o grande depredador do meio ambiente:

O turismo como importante fenômeno global é, sem sombra de dúvida, um dos maiores responsáveis por grandes impactos ambientais, particularmente nas zonas costeiras do mundo intertropical, onde assume características massivas. (BALESTRERI, 2002, p. 10).

A quarta fase tem início após a catástrofe do período anterior, a partir dos anos 1980, quando o setor do turismo começa a levar em conta o problema do meio ambiente, acabando por incorporar a *qualidade ambiental* na oferta do produto turístico. Caracterizado pelas viagens individuais e atividades vinculadas à natureza, a nova modalidade, denominada de turismo *alternativo, ecológico, responsável* e depois *sustentável*, passa a dominar a cena dos 'atrativos' turísticos. Torna-se, então, um nicho seletivo para turistas financeiramente abastados, com tempo disponível para aliar descoberta e aventura (*hard e soft*, à escolha), configurando os ambientes naturais conservados como a grande força mercadológica para esta fase do turismo, sob circunstâncias de agravamento mundial da crise política, econômica e ambiental da época.

Crescendo a taxas em torno de 4 a 5% ao ano, a atividade turística, desde os anos 1950, só tem intensificado seus impactos: ambientais, econômicos e socio-culturais. Para Ruschmann (2005), os impactos do turismo sobre o meio ambiente dizem respeito a uma série de alterações ou ao conjunto de ocorrências produzidas pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, envolvendo variáveis de natureza, amplitude e direção diversificadas.

Os impactos têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como, por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. Eles são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem. (RUSCHMANN, 2005, p. 34).

Os impactos econômicos resultantes da atividade turística concentram-se, sobretudo, nas comunidades locais ('receptoras'), devido à sua fragilidade em relação ao sistema do turismo e à própria facilidade de sua mensuração nos estudos e pesquisas desenvolvidos. Na literatura especializada, os efeitos positivos do turismo são distribuídos em três

categorias. Os efeitos primários dizem respeito às despesas dos turistas visitantes, implicando ingressos de divisas. Os secundários podem ser diretos (comissões) e indiretos (terceirização de serviços). Já os efeitos terciários se referem apenas aos investimentos incitados pela atividade turística. As atividades turísticas também geram empregos diretos (hotéis, restaurantes etc.) e indiretos (serviços de transporte, produção de souvenirs etc.) nas localidades. Aponta-se, também, a contribuição do turismo na criação de renda (o que não significa distribuição de renda) e na melhoria dos níveis cultural e profissional para a população destas localidades.

A especulação imobiliária é um dos principais impactos econômicos negativos da atividade turística nas localidades, inflacionando os preços de venda de terrenos e de aluguel de residências, afetando diretamente o modo de vida dos habitantes e alterando significativamente a estrutura fundiária dessas localidades.

Em geral, o processo inflacionário não se restringe apenas ao mercado imobiliário, provocando também uma elevação geral dos preços dos produtos no comércio local. A sazonalidade da demanda turística, concentrando o aquecimento dos negócios em determinados períodos do ano, com prejuízos para os demais, gera perturbações e resultados negativos que comprometem, de forma considerável, a economia local: a redução drástica dos índices de ocupação de alojamentos, pousadas e hotéis afeta a rentabilidade dos negócios e provoca o desemprego. A total dependência do turismo tem representado uma espécie de 'neocolonialismo' (Ruschmann, 2005) para as localidades que, por contingências do modelo hegemônico, restringem a diversificação de suas atividades econômicas. Outro efeito econômico a ser considerado é a desorganização de certas atividades econômicas tradicionais em função do abandono destas pela comunidade nativa, atraída pelas oportunidades de trabalho nos empreendimentos turísticos.

O freqüente e intenso contato com os turistas produz importantes mudanças socio-culturais nas populações dos lugares turísticos. Em muitas localidades, os turistas estimulam comportamentos até então desconhecidos pelos nativos, que adquirem novos hábitos – importação de produtos alimentares, bebidas e vestuário, prática de jogos e consumo de drogas, entre outros. Transformações nos padrões de moralidade, como prostituição, vícios e criminalidade, têm se intensificado em localidades alcançadas pelo desenvolvimento do turismo. A propósito, a prostituição tem sido associada ao turismo, sendo utilizada como estratégia de *marketing (sun, sand and sex)* para atrair turistas (europeus e norte-americanos) aos países do Terceiro Mundo, a exemplo da situação existente em cidades litorâneas do Nordeste brasileiro (Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Seguro).

Os efeitos do turismo sobre a cultura, embora sejam maiores nos lugares sob intenso fluxo turístico – turismo de massa –, comprometem a autenticidade das manifestações

culturais nativas, na medida em que são transformadas em espetáculos encenados para os turistas. Tradições, costumes, ritos, artesanato e patrimônio histórico tornam-se, então, *atrativos*²⁴, num processo de apropriação turística dos elementos relativos aos aspectos socioculturais das localidades consideradas, similar ao que ocorre com a apropriação das condições naturais para a mesma finalidade.

Portanto, a crítica ao turismo de massa e aos impactos negativos ao meio ambiente e aos padrões socioculturais das comunidades receptoras são os componentes principais da revisão que definiu as novas formas do turismo, como referido anteriormente. Alguns estudos dos anos 1990, questionando a modalidade de turismo que produz efeitos devastadores sobre as comunidades onde opera, apontam para formas alternativas – ecoturismo, turismo de bases comunitárias, turismo cultural, turismo étnico – em tese, com baixo impacto ambiental em relação ao turismo de massa e com maior retorno social para as comunidades receptoras.

Muitos pesquisadores, no entanto, demonstram algum ceticismo sobre a possibilidade de transformação dos hábitos turísticos em benefício da preservação do meio ambiente, como, por exemplo, eliminar as viagens em grupos, os impulsos consumistas e as exigências de conforto. Wheeler (1991) é um dos que acredita na continuação do crescimento mundial do número de turistas, reduzindo, assim, a uma pequena escala o sucesso do turismo ‘controlado’, mesmo porque

A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de, geralmente, ser a base de sua existência, de sua atratividade e de seu destaque no mercado. (RUSCHMANN, 2005, p. 115).

Entretanto, apesar do rótulo de ‘sustentabilidade’ aplicável às modalidades de turismo étnico, cultural e ecológico, o empreendimento turístico impõe padrões de mudanças que mascaram práticas de exploração econômica e desestruturação cultural, mediante a imposição de modelos de modernidade, de difícil assimilação pelas comunidades locais, cujos reconhecidos impactos negativos sobre as paisagens e as culturas locais tornaram-se objeto de estudos.

Caroso e Rodrigues (1998), por exemplo, analisaram os impactos socio-econômicos e culturais do reputado complexo turístico de Sauípe nas comunidades nativas do litoral norte baiano, a despeito da suposta sustentabilidade do empreendimento. Em uma análise das características do turismo recente na Bahia e seus problemas, Mello e Silva (2005) chama a atenção para os problemas dos impactos da atividade, destacando que, ao ‘consumir’ a natureza, o turismo pode gerar terríveis agressões ao meio ambiente, comprometendo o futuro do próprio setor. Aponta, ainda, a necessidade de maior envolvimento do

²⁴ CERRO (1993, p. 52) define *atrativo turístico* como “todo elemento material que tem capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona”.

empreendimento turístico com as exigências da legislação ambiental, sobretudo nas áreas de frágil equilíbrio ecológico:

Assim, por exemplo, um novo e grande hotel de turismo, de padrão internacional, localizado em uma praia no litoral norte, foi flagrado recentemente em uma desconfortável situação por despejar em um rio próximo todo o seu esgoto *in natura*, e isto desde sua inauguração. (MELLO E SILVA, 2001, p. 138).

A busca contínua do turismo por novos ambientes, novas paisagens, novos *atrativos*, faz com que a natureza, principalmente na costa litorânea, seja transformada – e apropriada – como “recurso turístico”, uma tendência mundial da atividade desde o pós-guerra.

No caso brasileiro, a partir dos anos 1990 o modelo ‘sol e praia’ domina os programas de desenvolvimento patrocinados pelo Governo Federal, como o Prodetur-NE (Sudene/Embratur), dedicado ao turismo receptivo internacional no Nordeste e baseado em grandes projetos inspirados no modelo mexicano, com financiamento de capitais estrangeiros e a inquietante tendência a excluir as comunidades locais do processo – espelhando a política econômica neo-liberal daquela época. O turismo é, então, apresentado como a alternativa para a recuperação econômica e divulgado como a atividade econômica que por seu próprio caráter, “preserva” o meio ambiente. Entretanto,

É preocupante que muitos dos pólos turísticos projetados coincidam com áreas de ecossistemas frágeis, como sistemas dunares, lagamares, manguezais que, ao sofrerem intervenção humana, logo são alterados irreversivelmente, como testemunham ações passadas. (BALESTRERI, 2001b, p. 159).

1.3 TURISMO E CULTURA

Como já referido, as idéias de patrimônio cultural, cultura tradicional e autenticidade foram objeto de uma revisão teórica provocada pelo mercado turístico, entre as décadas de 1980 e de 1990, quando surgiu o *turismo alternativo*²⁵. Determinados traços e processos culturais de comunidades empíricas passam a ser transformados em novos ‘produtos’ turísticos. Muitas vezes contribuindo para sua reestruturação, o fenômeno social do turismo historicamente sempre esteve ligado à cultura. Todo sistema social concreto possui, em níveis definidos de integridade e dinamismo, um complexo sistema ‘multifuncional’ (Ascanio, 2003) chamado de sistema cultural, uma diversidade de conjuntos híbridos compostos por pessoas, artefatos, técnicas, interpretações, valores, formas de organização etc., articulado em redes de interação.

²⁵ Conceito que abrange o conjunto de combinações de produtos definidos como “las formas de turismo que son consecuentes con los valores naturales, sociales y comunitarios, que permiten disfrutar positivamente tanto a anfritiones como a invitados y hace que merezca la pena compartir experiencias” (SMITH e EADINGTON, 1992, p. 3). O surgimento destes produtos coincide com um momento mundial de preocupação e de crise ambiental, econômica e ideológica (final dos anos 1980 e começo dos 90), o que impulsionou muitos movimentos coletivos de diferenciação e individualização.

Na sociologia atual, onde ocupa um lugar central nas abordagens da dinâmica das sociedades em tempos de globalização, o conceito de “cultura se refiere a la totalidad del modo de vida de los miembros de una sociedad”, inclusive “los valores que comparten [...], las normas que acatan y los bienes materiales que producen” (GIDDENS, 1994, p. 65). Na antropologia moderna, a cultura estabeleceu-se como um conceito totêmico (Velho e Viveiros de Castro, 1978), global e coeso:

Entendida de una forma integrada, una cultura comprende no sólo capacidades, actividades y realizaciones de carácter simbólico (tales como representaciones y interpretaciones simbólicas, discursivas, artísticas, teóricas, cosmovisivas, valorativas etc., es decir, la *cultura* en su acepción más restringida), sino también técnicas y artefactos materiales (con los que se acostumbra a identificar la técnica *tout court*), formas organizativas de interacción social, económica y política (lo que se entiende corrientemente por sociedad) y prácticas y realizaciones biotécnicas, relacionadas con los seres vivos y el entorno biótico (o naturaleza en sentido general). (MEDINA, s/d, p. 17).

A natureza (meio ambiente físico) e a cultura (meio ambiente patrimonial identitário) continuam sendo as demandas fundamentais do turismo desde a sua origem: até hoje, o convite à experimentação do ‘autêntico’, seja na natureza, seja na cultura, mobiliza as pessoas a se deslocarem até os lugares (turísticos). O cerne da viagem do turista está na possibilidade de participação em novas e intensas experiências sociais e culturais, de caráter estético, intelectual, emocional ou subjetivo, de conhecer a ‘cultura nativa’ como uma forma diferenciada de vida. A alteridade se relaciona com o seu oposto, a identidade. Os bens naturais e culturais têm uma funcionalidade para a população dos lugares porque propiciam coesão ao imaginário do seu passado e à tradição local, fornecendo uma identidade singular àquele contexto, que é o que busca o turista.

Por volta da segunda metade do século XX começaram a surgir mudanças expressivas na estrutura das sociedades, como decorrência também das atividades turísticas, visto que o contato entre sociedades e culturas distintas foi intensificado, na medida em que o desenvolvimento turístico (implantação de vias de acesso e alojamentos, serviços transportes) alcançava determinados lugares, desconhecidos e diferentes. A partir de então, como a sociedade e a economia global têm pressionado fortemente os sistemas locais,

algunos elementos-rasgos de culturas concretas son convertidos en recurso, producto, experiencia y resultado transformados y manufacturados puntualmente para su consumo, non sólo turístico, y su promoción por medio de una imagen facilmente renovable (SANTANA TALAVERA, 2003, p. 42).

Para o autor, não se pode conceber a cultura com um conceito fechado, de conteúdos absolutos, originais e espiritualmente puros. O sistema turístico usa e consome traços culturais e colabora na reconstrução, produção e manutenção das culturas, da mesma forma que a televisão, a população, o contato com as instituições do Estado etc. Transformados

em produtos de representação pelo sistema turístico, os bens e espaços cotidianos de uma comunidade são objeto de reorientação e/ou readaptação sistemática para conseguir a aprovação dos consumidores e corresponder a suas esperanças e expectativas. Resulta daí a tendência do sistema turístico em se envolver na gestão da cultura e transformá-la, para o Estado, num conceito administrativo profundamente dependente de sua rentabilidade.

La cultura misma o una selección no neutral de la misma, es objectivada y despersonalizada, sacada de contexto, a fin de obtener un producto presentable como auténtico, fuera de tiempo, que debe infundir la idea de experiencia inolvidable y única [...] para su consumidor y, por a la vez, ser repetible y estandarizada para el conjunto. (SANTANA TALAVERA, 2003, p. 44).

Esta forma de produção e de consumo turístico da cultura tem como efeito imediato e involuntário a intromissão do sistema turístico no processo de reconstrução das identidades locais, implicando, conseqüentemente, um processo contínuo de criação e recriação do significado de pertencimento, de passado, de lugar, de cultura etc. Novamente o turismo se destaca como um estopim de mudanças, que exigem a releitura do passado e do presente e a adaptação dos significados do juízo que os turistas fazem dos nativos. Em vez de ser considerado um aspecto humilhante e danoso para as culturas locais, tais resultados, integrantes dos processos de mudança cultural²⁶ a que estão sujeitas todas as sociedades humanas, devem, portanto, ser encarados como um *continuum*, um modo de transição de suas ações culturais que, independente do turismo, evoluem, adaptando-se a novos contextos.

Com o início da atividade turística, num primeiro momento os símbolos estereotipados, que representam os sujeitos, se separam da identidade cultural. Novos estereótipos são criados em função das demandas do mercado – as exigências e expectativas dos turistas – e da adaptação produzida pelos nativos. As comunidades locais, capazes de transformar seus artefatos e manifestações culturais em espetáculos consumíveis, encontram uma maneira prática (embora não ideal) de sobreviver economicamente, participando, assim, do processo de globalização.

Definida uma pretensa imagem-símbolo do 'atrativo' turístico, esses novos elementos são adotados em uma identidade transformada. Daí alguns autores concluírem que o sistema turístico perverte as populações onde se desenvolve. A 'comercialização da cultura' (Greenwod, 1977) e as mudanças provocadas nela e na sociedade receptora resultariam numa caricatura destes grupos e de seu acervo tradicional ou num estilo de vida clonado daquele dos visitantes. Como se refere SANTANA TALAVERA (2003, p. 44), "un grupo sumido en la globalización–homogeneización". Deste ponto de vista, as culturas locais são

²⁶ A mudança cultural é qualquer alteração produzida na cultura, em conseqüência de fatores *endógenos* (inovação) ou *exógenos* (empréstimo, aculturação), que podem ocorrer com maior ou menor facilidade e rapidez, por efeito dos contatos diretos e contínuos entre os povos.

consideradas entidades estáticas e seus grupos sociais, sem capacidade de adaptação a mudanças. Ou, ainda pior, a idéia dos grupos e culturas locais prisioneiras de certa tradição, configurando uma espécie de museu vivo, como depósitos de um passado real ou imaginário, disponível para uso lúdico, político e identitário de nacionalidades, estados e governos.

Conceitualmente, a cultura revela um modelo idealizado que é socialmente constituído por um complexo de artefatos materiais e imateriais, que são aprendidos e transmitidos por sucessivas gerações em uma determinada sociedade. Composta como um todo articulado, a cultura condiciona desde os humores e as emoções até os padrões estéticos e morais dos seus agentes, que, enquanto sujeitos da cultura, não são passivos, meros autômatos-consumidores-transmissores. Como afirma Medina (s/d), a ação dos sujeitos e dos vários entornos culturais estão em contínua configuração mútua no contexto dos sistemas e das redes culturais.

Los entornos, como productos culturales que son, representan el resultado de las diversas actividades humanas. Pero, tanto si están integrados por agentes humanos como no humanos, *nunca son puramente pasivos*. El proceso de desarrollo de una cultura viene configurado, precisamente, por la continua interacción transformadora entre humanos y no humanos en los entramados de prácticas y entornos. (MEDINA, s/d, p. 23) [grifo nosso].

Portanto, as experiências e vivências, pequenas e grandes adaptações, estratégias individuais de sobrevivência e a própria biografia dos sujeitos-agentes fazem com que sejam os motores da inovação e da mudança, passando sua contribuição cultural – com maior ou menor modificação – aos continuadores do grupo.

Ninguna cultura es completamente *estable*. En mayor o menor grado, toda cultura o subcultura produce *innovaciones* culturales [...] por la acción de determinados agentes culturales. Las innovaciones pueden surgir en una cultura como el resultado de la producción interna de sus propios agentes innovadores o también mediante la apropiación por parte de dichos agentes de innovaciones procedentes de otras culturas o a través de su imposición debida a agentes culturales externos. Pero, para que innovaciones de cualquier clase se conviertan en parte integrante de la propia cultura, éstas han de *estabilizarse* como prácticas y entornos propios. Es decir, han de estandarizar-se, aceptarse, generalizarse e institucionalizar-se como tales. (MEDINA, s/d, p. 23). [grifos do autor].

Os processos de mudança cultural implicam tanto inovações como a estabilização delas sob a forma de práticas generalizadas de sistemas culturais. Porém, a partir de suas inovações, cada sociedade cria a condição de obter novas competências, mas também novas limitações. Tais limitações surgem com as incompatibilidades (relativas ao sistema cultural dado) dos impactos produzidos pelo meio cultural transformado pelo novos sistemas culturais a partir da estabilização das inovações. Resulta que

Los nuevos entornos pueden actuar como constreñimientos de prácticas y entornos preexistentes y dar lugar a la *desestabilización* de sistemas culturales tradicionales, en cuanto pueden llegar a desplazar sus entornos, cancelando los recursos y las condiciones de posibilidad de dichos sistemas. (MEDINA, s/d, p. 24). [grifo do autor].

Uma vez que os nativos dos lugares turísticos são continuamente submetidos ao contato cultural com os visitantes, por conseguinte, são os mais afetados pelo processo de mudanças. Este processo começa com o *empréstimo* de traços do sistema cultural do turista, depois sua *assimilação*, completando com a *aculturação*, mesmo porque há, nestas circunstâncias do turismo, um caráter impositivo da atividade: os nativos têm a necessidade de se adequar aos níveis de satisfação exigidos pelos turistas quanto aos produtos locais, que é condição *sine qua non* para a continuidade da ‘atratividade’ do lugar.

A autenticidade que o turista procura e que o nativo vivencia não tem necessariamente que coincidir com a materialidade forjada nos lugares turísticos. Para Cohen (1988, *apud* Santana Talavera, 2003) a autenticidade é uma construção sociocultural, elaborada com base nas experiências vivenciadas anteriormente pelos sujeitos turísticos. Reúne, de um lado, estereótipos criados sobre a vida dos nativos e o uso que fazem da cultura material e, de outro, as imagens deles e de seus artefatos culturais vendidas como ‘atrativos’ que serão consumidos pelos turistas.

Desta forma, a autenticidade é estabelecida pelo consumo do produto cultural e pelos processos culturais que envolvem o consumidor, não importando se o produto turístico não é um artefato tradicional para o nativo, embora muitas vezes apareça ao olhar do turista como mais autêntico do que o próprio real. O próprio consumo turístico de produtos culturais influencia a sua produção, em um mecanismo de retro-alimentação, na medida em que o contato, direto ou indireto, dos grupos sociais envolvidos na experiência turística – o Estado, o *trade*, os turistas e os nativos –, fatalmente, deslancha, como mostrado antes, um processo de aculturação.

É no encontro entre culturas diferentes, característico do turismo, que a diversidade e a intensidade dos impactos econômicos e socioculturais são produzidos. Ao mesmo tempo é aí que pode ocorrer também a chamada “hipótese do contato” (Reisinger, 1994), a situação desejada em que o encontro de culturas diversas pode suscitar condições que viabilizam o entendimento entre diferentes, de maneira menos impactante e propiciando, até, a realização de um intercâmbio legítimo, uma interlocução genuína entre o turista-viajante e o nativo-residente (uma epifania?).

Todavia, na maior parte das vezes, não é o que acontece. O encontro turístico convencional tende a mera relação mercantil, em que, do ponto de vista da comunidade nativa, o turista é considerado como um recurso econômico que lhe fornece ganhos, enquanto que do ponto de vista do turista, o nativo é um depositário de tradições ‘autênticas’ e ‘exóticas’, cujos artefatos culturais devem corresponder à imagem daquilo que lhes foi vendido pelo *trade* turístico. Tudo muito distante da idéia do contato intercultural.

Qual será, portanto, a singularidade do encontro na experiência turística? De forma esquemática e genérica, os sujeitos ou grupos sociais em interação desempenham papéis que são complementares e orientados instrumentalmente (Santana Talavera, 2003). Assim, quando um dos envolvidos requer algum tipo de informação, de serviço ou de produto, a outra parte, também cumprindo o que lhe é definido institucionalmente, faz o requerido, condicionando-o a alguma forma de pagamento, o que caracteriza um hábito comum no dia a dia de consumidores. O quadro muda de figura quando os envolvidos têm uma definição muito clara de papéis, como turista, de um lado, e nativo, de outro: enquanto um turista se relaciona poucas vezes com um mesmo nativo ou grupo local, o número e a frequência (o fluxo) de turistas que são recebidos e atendidos pelo nativo são muitíssimo mais numerosos a cada temporada turística.

Acontece que, nessas situações, que estão sempre se repetindo sazonalmente, para a comunidade nativa é mais proveitoso assumir outro 'estilo' de interação, uma espécie de estereótipo ('anfitriões') a ser desempenhado nas efêmeras relações com os turistas, reservando outras formas mais verdadeiras para suas interações cotidianas entre nativos. Na verdade, o tipo de contato ou de diálogo que é estabelecido nestas circunstâncias turísticas, é inteiramente condicionado por estereótipos recíprocos, que servem, inclusive, para estabelecer os limites de algumas fronteiras simbólicas que vão se consolidando a partir da frequência e da intensidade destes 'encontros' a cada estação turística.

Ser uno o otro, turista o anfitrión, de manera diferenciada y siempre contextualizado en las culturas matrices, implica diferentes asunciones, expectativas y procedimientos interpretativos que conducen a formar identidades sociales concretas con posiciones específicas en una estructura social dada, que al menos en el caso de los residentes se verá alterada como consecuencia de las relaciones directas o indirectas entre estos grupos - en ocasiones, étnicamente diferentes y con lenguajes distintos. (SANTANA TALAVERA, 2003, p. 50-1).

As estratégias econômicas e sociais de grupos das comunidades nativas reúnem as características estática e simples dos estereótipos à complexidade intrínseca das identidades, distanciando-se, assim, daquela idéia do turismo enquanto veículo fomentador do "contato intercultural", da paz e do entendimento entre diferentes sociedades humanas. Confirma-se, ao contrário, a visão do turismo como elemento detonador das mudanças e das transformações da cultura nativa, inviabilizando os intercâmbios legítimos.

As relações assimétricas entre turistas e nativos, em suas dimensões econômicas e de poder e dominação, têm sido apontadas em muitos estudos antropológicos do turismo (Bianchi, 2003; Stronza, 2001). De fato, existe um enorme componente de obrigação-imposição nos encontros turísticos, mas, por outro lado, para as comunidades locais, as opções econômicas à atividade turística não são disponíveis com facilidade.

Afinal, a procura por experiências genuínas e por autenticidade, por artefatos que mantenham a diferença, a identidade, a alteridade ou mesmo uma ilusão fantasiosa desta, encoraja os processos vinculados à produção de capital simbólico e cultural, num efeito *gauche* das dinâmicas da globalização. A ameaça, iminente ou tardia, de homogeneização e pasteurização da cultura acentua o sentimento do local, ao passo em que a singularidade da identidade cultural acaba por se transformar em elemento de 'atratividade'.

2. ESTADO E TURISMO: SOBRE O CASO BAIANO

Os sítios (lugares) têm uma alma que a economia racional ignora.
Zaoual, 2003.

2.1 TURISMO E ESTADO

Como o turismo faz interagir diversos fatores econômicos e sociais diretamente envolvidos na atividade, somente o Poder Público, ou seja, o Estado tem a capacidade de conduzi-lo adequadamente, como regulador e regulamentador do setor, mediante a elaboração de uma política de turismo, em que se definam as ações de planejamento, promoção e controle da atividade, conforme diretrizes de (re)ordenamento territorial, de financiamento de investimentos, de capacitação de mão-de-obra, articulada com a política de desenvolvimento global do Estado.

Ao longo da história tem sido inconcebível a ocorrência de um Estado que abra mão da prerrogativa de intervenção na esfera econômica. Mesmo no liberalismo clássico, que reivindicava um Estado ausente às leis do mercado, eram atribuídas várias funções ao poder público, a exemplo da manutenção de obras e instituições imprescindíveis à sociedade, do controle de taxa de juros e da emissão de papel-moeda e, até mesmo, da proteção da indústria nacional, estratégica para a defesa dos países. Com a onda neoliberal, a partir dos anos 1980, fecha-se o cerco à presença do Estado na economia, embora, a rigor, nos países paradigmáticos da adoção dos princípios neoliberais, as práticas se afastem, de fato, da não-intervenção estatal na economia²⁷.

No Brasil, do ponto de vista público, e considerando a sua progressiva inclusão como item importante da atividade econômica nacional, o turismo começa a ser objeto de ação governamental apenas a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966. Deve-se assinalar o notável salto que o desenvolvimento do turismo adquire com o milagre econômico da década de 1970, no pacote da modernização autoritária levada a cabo pela ditadura militar. Evidentemente que antes disso, nos tempos do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, a criação da Companhia Brasileira de Turismo (COMBRATUR, 1958), não deixou de apontar uma certa argúcia do governo em identificar a potencialidade futura da atividade turística no contexto das transformações (políticas, econômicas, sociais e culturais) que o projeto estatal de industrialização iria provocar, produzindo as condições básicas para o incremento do turismo:

²⁷ Por ironia da história, na recente crise dos mercados interbancos (agosto de 2007), assistimos aos veementes pedidos de intervenção estatal pelos representantes dos mercados neoliberais.

- surgimento de uma classe média (profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes e industriais, técnicos especializados da indústria, funcionários públicos, professores, bancários etc.);
- inserção feminina no mercado de trabalho, incrementando a renda familiar;
- popularização do automóvel (efeito da industrialização do setor automobilístico);
- crescimento e melhoria da rede e dos meios de transporte e comunicações;
- articulação regional, fruto da redefinição/integração espacial da economia brasileira;
- difusão dos meios de comunicação de massa (mídia eletrônica e impressa propulsora da publicidade e do marketing);
- urbanização nacional, com reversão da distribuição demográfica tradicional (rural x urbano) e disseminação da idéia do urbano populoso, desgastante e estressante.

O Estado se configura, de fato, como o sujeito ativo da política de turismo, por contar com os meios e instrumentos políticos, jurídicos, administrativos (e até policiais) para a ordenação da atividade, face aos impactos que o fluxo de turistas e as repercussões das atividades econômicas por ele geradas têm sobre o território e a sociedade. No entanto, o seu papel deve se restringir à regulação e regulamentação. Figueirola Palomo (1985) relaciona, dentre as atribuições do Estado, estimular e incentivar a iniciativa privada com fins a um desenvolvimento mais intenso e harmônico; prestar ajudas econômicas e de orientação nos projetos que promovam efeitos sociais e econômicos benéficos; defender os recursos naturais, históricos e patrimoniais e os direitos dos consumidores turistas; controlar o equilíbrio estrutural e o cumprimento da normativa; criar e articular o marco jurídico para o normal e perfeito desenvolvimento e expansão e corrigir desajustes mediante ações diretas e indiretas. Mas não foi esse o perfil assumido pelo Estado na condução do processo de desenvolvimento do turismo da Bahia.

2.2 O CASO BAIANO

Na Bahia, a análise da evolução do turismo revela duas características importantes: i) o forte caráter intervencionista do Estado e ii) a exploração de uma idéia de Bahia ou 'baianidade'. Tais características estruturam a política oficial de turismo, abrangendo, sobretudo, o período de consolidação da Bahia (Salvador) como destinação turística nacional, a partir da década de 1970. O momento de criação do 'produto Bahia', não por acaso, é contemporâneo do milagre econômico da ditadura militar, em que as oligarquias regionais também se modernizavam. No caso baiano, a longa permanência do mesmo grupo político (Antonio Carlos Magalhães e o carlismo) no governo do Estado criou condições propícias para o planejamento e implantação de uma política de turismo que

soube explorar mercadologicamente o complexo artefato cultural baiano, misturando as especificidades da cultura local às necessidades de desenvolvimento econômico.

Deve-se destacar, porém, a anterioridade deste complexo artefato cultural, socialmente construído ao longo do processo histórico, o mito baiano “assentado num tripé: *antiguidade histórica, originalidade cultural, beleza natural e urbana*”, como afirma RISÉRIO (1993, p. 111), grifos nossos. Este mito baiano, reunindo ancestralidade/religiosidade afrobrasileira e “uma *comunitas* praieira e festeira” (PINTO, 2006, p. 10), é re-atualizado pela conjunção da política estatal de turismo e das indústrias cultural e de entretenimento, no contexto dos anos 1970.

A circunstância em que este mito se difunde, segundo Risério (2004), é a do redimensionamento da configuração cultural brasileira iniciado com a efervescência político-cultural dos anos 1920-1930, uma verdadeira tomada de consciência da nossa diversidade ‘etnodemográfica’ (disparada no front artístico e intelectual²⁸). Simultaneamente, inaugurava-se o processo modernizador das velhas estruturas herdadas dos tempos coloniais (e preservadas no período pós-colonial, do Império à Primeira República). Ocorre, então, “uma série de deslocamentos na tipologia cultural brasileira. Uma reordenação ou uma espécie de descentramento na hierarquização de nossas práticas culturais” (RISÉRIO, 1993, p. 23). Neste contexto, usando as “modernas” mídia das gravações fonográficas e das ondas do rádio, a música popular urbana foi representativa do “processo de projeção social e de organização da inteligibilidade de formas culturais de raiz negro-africana no Brasil” (*ibidem*). As canções praieiras de Caymmi, antropologicamente situadas²⁹, difundem pelo país a fora uma ‘utopia de lugar’, a Bahia pré-industrial, reforçando a imagem mítica da *baianidade*, que abriria os caminhos para o turismo. A ação planejada do Estado soube aproveitar-se do mito baiano, ideológica e mercadologicamente, transformando-o em traço ontológico singular da diferença da Bahia, a partir da qual se enuncia o turismo como a vocação ‘natural’.

Na evolução histórica do turismo baiano, o Estado, preocupado em incentivar o seu desenvolvimento, foi tornando-se cada vez mais um empreendedor privado, na medida em que exercitava práticas de planejamento e de operacionalização da atividade. Começa, então, a se configurar um modelo de planejamento do turismo baseado em estratégias intervencionistas utilizadas pelo poder público que iriam beneficiar o empresariado associado ao *trade* turístico (principalmente de Salvador). No processo, o Estado protagonista e paternalista cria na classe empresarial uma relação de dependência, cujo

²⁸ A onda estética modernista - literária, artística, musical - que se levanta em 1922, contemporânea do tenentismo e do movimento comunista, valorizando a nossa “*formação étnica rica*” (Oswald de Andrade), provocaria ressacas ao longo do século XX: as duas fases do Modernismo literário, em 1930 e 1945, os ensaios dos intérpretes do Brasil, o projeto construtivista dos anos dourados do nacional-desenvolvimentismo e a radicalidade antropofágica do Tropicalismo no final dos anos 1960.

²⁹ O termo *situada* é aqui utilizado na mesma acepção do conceito de *sítio* empregado por Zaoual (2003).

efeito é uma certa passividade do setor, que, diante das flutuações do desempenho futuro da atividade turística, passa a responsabilizar o Estado, numa completa inversão dos reclames desestatizantes típicos do contexto neoliberal. No início do século XXI, o modelo intervencionista começa a ser revisto, principalmente por iniciativa do próprio Estado, face aos rumos recentes da economia internacional e aos requisitos de ordem fiscal.

Produzindo marcos significativos da pioneira ação estatal de planejamento (Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia – PLANDEB, década de 1950 e Plano de Turismo do Recôncavo – PTR, década de 1970), o poder público acabou por definir-se como um grande interventor e ‘provedor’ do turismo. Passou a assumir as etapas de *produção* - criando a empresa Hotéis da Bahia S.A. em 1968, para construir hotéis e equipamentos turísticos, mesmo em locais de difícil atratividade para capitais privados, formando a mão-de-obra receptiva; de *consumo* - arcando com a atração e a permanência da demanda, investindo e gerenciando outros equipamentos de grande porte em Salvador; e de *distribuição*, viabilizando o acesso de turistas aos destinos turísticos estaduais, abrangendo, assim, todo o processo produtivo da atividade.

Considerando a crescente importância econômica da atividade turística, o caráter das ações estatais desenvolvidas e os seus marcos institucionais mais significativos, autores como Gonçalves (2002), Mello e Silva (2001) e Queiroz (2001), costumam identificar fases ou etapas na evolução do turismo baiano. Acompanhando a periodização proposta por Queiroz (2001), estabelecemos quatro fases da evolução do sistema institucional público do turismo baiano, destacando o caráter das políticas instituídas em cada período, além das principais realizações e empreendimentos.

2.2.1. A pré-história do turismo baiano (1930–1962)

Durante o período que se estende da década de 1930 a 1962, o turismo baiano era uma atividade ainda incipiente, sem impactos econômicos significativos, geralmente praticada por visitantes estrangeiros que alcançavam Salvador a bordo de transatlânticos ou por turistas nacionais e regionais interioranos que buscavam as qualidades terapêuticas de estâncias hidrominerais - a Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, Olivença, no litoral sul e Caldas do Jorro e Cipó, no interior do Estado. As ações públicas voltadas para o turismo eram conduzidas pela administração municipal de Salvador, mediante a criação de seções ou pequenos departamentos com poucos funcionários, vinculados ao Gabinete do Prefeito.

O caráter amadorístico das ações se revelava pela informalidade das relações desenvolvidas entre os funcionários responsáveis pela recepção e os visitantes. Estes se

limitavam a visitar os monumentos históricos e culturais de fácil acesso, localizados no Centro Histórico, sendo conduzidos pelos 'guias' disponíveis, geralmente jovens estudantes conhecedores da história local que os esperavam no cais do porto. A cidade não possuía infra-estrutura adequada, embora o setor privado oferecesse um número limitado de hotéis, bares e restaurantes, e os serviços turísticos prestados pelo poder público se resumissem ao fornecimento de informações aos visitantes e ao apoio a festas populares, notadamente ao Carnaval. A atratividade turística centrava-se em alguns elementos constituintes do mito baiano – a antiguidade histórica e a originalidade cultural –, sem que houvesse uma política pública definida.

Em meados dos anos 1950, com a implantação de uma pequena refinaria para processar o petróleo extraído do subsolo do Recôncavo, a presença da Petrobrás iniciaria uma profunda transformação sócio-econômica da região de Salvador:

Ao se implantar no recôncavo, a Petrobrás significou nada menos do que um volume de investimentos inédito em toda história econômica da Bahia [...] além de afetar as feições urbanísticas das cidades da região, a Petrobrás provocou a construção de estradas na área petrolífera e o surgimento de pequenas indústrias". (RISÉRIO, 2004, p. 514).

A partir de 1950 a municipalidade de Salvador começa a mudar a sua percepção do turismo, preocupando-se com a capitalização e a formação de bases mais sólidas que favorecessem um maior dinamismo da gestão pública do setor. À Taxa de Turismo (1951), criada visando à obtenção de recursos para financiar o desenvolvimento das atividades na cidade, agregam-se a criação, em 1953, do Conselho Municipal de Turismo (CMT) e da Diretoria Municipal de Turismo (DMT) e a aprovação de lei municipal de isenção de impostos que beneficiaria os estabelecimentos hoteleiros. Embora não tenha sido implementado, o Plano Diretor de Turismo de Salvador foi o primeiro instrumento de planejamento turístico elaborado para uma cidade brasileira, em 1954. Integraram este esforço inicial de desenvolvimento do turismo, a busca de qualificação da mão-de-obra e a prioridade na produção de informações que levaram à realização do pioneiro curso de *Tradição e História da Bahia* e à elaboração do primeiro mapa turístico da cidade. Apesar disso, as dificuldades de acesso rodoviário a Salvador, a carência de recursos humanos e a fragilidade do setor hoteleiro impunham sérias limitações ao progresso almejado.

Embora tenha construído um equipamento de grande porte e de arquitetura arrojada e moderna, o Hotel da Bahia, inaugurado em 1952, no Campo Grande – fora, portanto, do centro histórico³⁰ –, somente no final da mesma década é que o Estado buscou, de forma institucionalizada, a promoção do turismo, ao inseri-lo em seu processo de planejamento,

³⁰ No final dos anos de 1930, a iniciativa privada havia construído o hotel-cassino Palace Hotel, na Rua Chile, em pleno Centro da cidade.

mediante o Programa de Recuperação Econômica do Estado e o Plano de Desenvolvimento do Estado (PLANDEB). Data desta época a criação de uma subcomissão responsável pela definição da política estadual para o turismo, inserida na estrutura do órgão de planejamento estatal de então, a Fundação CPE.

Na esfera municipal, a Secretaria de Educação e Cultura implantou o Departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP), inaugurando uma etapa inovadora da gestão do turismo, com a participação e o empenho de artistas e intelectuais locais. Houve uma expressiva mobilização de segmentos da sociedade civil e da imprensa, apoiando as iniciativas municipais, notadamente as destinadas à formação de mão-de-obra e às ações de marketing, em que pesem as restrições orçamentárias. É reconhecido o papel relevante do DTDP na instalação do Conselho Municipal de Turismo, na ampliação de incentivos fiscais para o setor hoteleiro e na promoção e projeção nacional da Bahia como local destacado no cenário turístico da época, tornando-o um órgão de referência que chega a prestar consultoria técnica a outros municípios no país. Mello e Silva (2001, p. 131) afirma que “neste período, Salvador aparece como um centro periférico em formação do turismo brasileiro que, por sua vez, também guardava uma clara posição de periferia emergente no turismo mundial”.

Apesar do notório progresso destas ações públicas e privadas, comparadas ao quadro das décadas anteriores, a atividade turística não conseguiu despertar o interesse pretendido, mantendo-se uma série de limitações, como a incipiência dos serviços hoteleiros, a centralização das ações na Capital, a insuficiência de recursos humanos e o desempenho econômico sofrível.

2.2.2. Território em transe (1963–1971)

A inauguração da pavimentação asfáltica da rodovia BR-116 (Rio-Bahia) em 1963 superou um dos tradicionais fatores restritivos, permitindo o crescimento do fluxo turístico nacional por via terrestre, que marcaria a nova etapa do turismo baiano. A construção e a operação da Estação Rodoviária, no mesmo ano, propiciam, também, condições mais ordenadas para a recepção de visitantes e viajantes, novos usuários da rede rodoviária que passava a integrar a Bahia com o Sul e o Sudeste.

Foi um período de significativas transformações na gestão da atividade turística nas esferas municipal e estadual. Em 1964, com a extinção do DTDP, surge a Superintendência de Turismo de Salvador (SUTURSA), que apesar de tentar repetir o dinamismo das ações implementadas anteriormente, não alcançou o caráter vanguardista do antigo órgão.

Como conseqüência da criação, na esfera federal, da Política Nacional de Turismo, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), houve uma mudança significativa no âmbito estadual, desencadeando-se um processo de gestão contínua do turismo, em que o poder público foi assumindo a sua condução. Inevitavelmente, ocorreriam conflitos e tensões com a estrutura municipal, a exemplo da elaboração de um plano de fomento ao turismo pelo Departamento de Turismo que o governo do Estado criou em 1966, com atribuições superpostas às daquelas da SUTURSA, o órgão municipal.

Outro marco fundamental do período foi a criação, em 1968, de uma sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Públicos, a Hotéis de Turismo Estado da Bahia S.A. (BAHIATURSA), destinada a fomentar o setor hoteleiro. Ao mesmo tempo, instituída para a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em meados dos anos 1960, é desenvolvida uma política de atração de plantas industriais com incentivos fiscais da SUDENE e isenções de impostos. Segundo Gabrielli (1975), no período de 1960 a 1970, a Bahia absorveu mais de 50% dos investimentos feitos no Nordeste, nos setores de metalurgia, mecânica, borracha e química.

Iniciou-se, então, a definição de um modelo de desenvolvimento para o turismo baiano, caracterizando-se por “uma maior presença do capital externo à região, o qual passou a migrar para o Estado em busca de rentabilidade, sobretudo através da implantação de equipamentos de hospedagem” (QUEIROZ, 2001, p. 23). Este modelo só seria totalmente delineado na etapa subsequente, em que houve uma corrida de empreendedores para explorar a atividade turística baiana, protagonizada pelo Estado provedor.

2.2.3. Estado interventor (1971–1990)

A partir de 1971, consolidou-se o caráter intervencionista do modelo de desenvolvimento do turismo na Bahia, em consonância com o crescimento nacional do setor, agora concebido como “indústria”, no contexto do processo de industrialização brasileira, sob o comando do Estado militar autoritário, na década do milagre econômico. A industrialização baiana, caracterizada pela implantação de grandes complexos industriais, orientou-se pela estratégia da ‘desconcentração e redefinição espacial da economia brasileira’³¹, ao tempo em que se beneficiou com a montagem de uma rede viária que

³¹ O desejado desenvolvimento do Nordeste jamais foi alcançado, por força, sobretudo, do modo de condução das políticas de industrialização regional. Contestando as propostas de Celso Furtado (quando criou-se a SUDENE) por uma industrialização vinculada à base de recursos regionais e voltada ao atendimento do mercado nordestino, ocorreu uma dependência econômica do Centro-Sul, da aquisição de insumos para transformar ao escoamento da maior parte da produção. Ou seja, reforçou o modelo de desenvolvimento nacional de concentração social/espacial da riqueza (Sudeste), sem alterar, de fato, as desigualdades regionais.

possibilitou maior acesso à capital e a vários núcleos turísticos ao longo do extenso litoral do Estado.

Em 1973, ao extinguir a SUTURSA, a administração municipal retira-se, temporariamente, da gestão pública do turismo em Salvador. Em detrimento da ação municipal que se retrai no período, o setor público estadual registra uma profunda reestruturação do chamado Sistema Estadual de Turismo, com a criação do Conselho Estadual de Turismo (CETUR) e da Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT), integrantes da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC). Neste novo desenho institucional, as funções de planejamento são assumidas pela CFT, ficando a BAHIATURSA, agora atrelada à Secretaria da Indústria e Comércio, como órgão executivo, acumulando as atribuições de qualificação dos recursos humanos e dos serviços às de fomento ao setor hoteleiro.

Um marco importante desta década foi a elaboração do primeiro instrumento de planejamento estadual do turismo, o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), em 1972, recomendado pelo BID e que, embora não totalmente implementado, orientou as ações da gestão estadual do turismo até 1975. Uma nova reestruturação ocorre em 1973, com a transformação da Hotéis de Turismo Estado da Bahia S.A. em Empresa de Turismo da Bahia (mantendo-se a marca Bahiatursa), que passa a responder também pelas ações relativas ao segmento histórico-cultural, pelo *marketing* dirigido aos mercados Sul-Sudeste brasileiros e pela produção de estudos e dados estatísticos, priorizando a classificação da hotelaria estadual.

Conjugando ações do segmento histórico-cultural e de *marketing*, em parceria com a Rede Globo, a Bahiatursa realiza um grande evento em São Paulo, a *Feira da Bahia*, reunindo durante nove dias, em setembro de 1974, exposições de artes plásticas, arte popular e arte sacra negra, apresentações de dança e teatro, exibições de cinema e shows musicais (Dorival Caymmi, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa etc.). Por essa época, já se delinea o processo de construção de uma imagem para o 'produto Bahia', veiculada nos folhetos, mapas, guias e cartazes e na publicação mensal "Viverbahia", produzidos pela Agência de Programação Visual e Editorial da Bahiatursa.

Nestes anos o setor hoteleiro se expande, tanto na Capital como no interior, com significativo incremento qualitativo e quantitativo da infra-estrutura receptiva de hospedagem. São construídos os grandes hotéis Salvador Praia, Ondina Praia, Bahia Othon Palace, Meridien Bahia e Quatro Rodas na orla de Salvador, o hotel Vela Branca, em Porto Seguro, o Club Medirranée e Grande Hotel de Itaparica (ampliação) na Ilha de Itaparica, o Grande Hotel de Juazeiro, em Juazeiro, o Hotel de Barreiras, em Barreiras, e a Pousada do Guerreiro, em Cachoeira, entre os anos de 1972-1975, dentre outros.

A efetiva transformação do cenário econômico baiano ocorre com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari³² – COPEC (1978), alterando radicalmente a configuração urbano-industrial da capital e acelerando o processo de fragmentação Salvador-Recôncavo. Brandão (2002) afirma que Salvador abandona sua região histórica, as antigas atividades produtivas da rede urbana regional se extinguem, comprometendo perspectivas de sustentabilidade da industrialização, de valorização ambiental e mesmo de desenvolvimento do turismo em sua orla interior. Sucateando o “patrimônio ambiental, urbano-viário intra-regional e arquitetônico do Recôncavo”, Salvador se volta para o Litoral Norte, tornando-se "uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido" (BRANDÃO, 2002, p. 192).

Outras obras importantes, realizadas pelo Estado, iriam contribuir para a fixação de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo: a construção da nova rodoviária, no Vale do Camurugipe, eliminando os congestionamentos e as condições de conforto da antiga estação e a reforma e ampliação do Aeroporto 2 de Julho, que passaria a operar em nível internacional.

Em meados dos anos 1970, a política estadual de turismo sofre nova correção de rumos, visando à descentralização e a diversificação da atividade turística de forma a contemplar outras áreas exteriores à Capital e a possibilitar a almejada ampliação do tempo de permanência do turista. O fomento do segmento de negócios e, conseqüentemente, a redução do fator sazonalidade, típico da atividade turística (baixa estação) também foram perseguidos no período. Foram criadas duas subsidiárias da BAHIATURSA, a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. (EMTUR), para construir hotéis e outros equipamentos no interior (Hotel de Ibotirama, Hotel de Lençóis), e a Bahia Convenções S.A. (CONBAHIA), para gerir o Centro de Convenções, equipamento fundamental para a fixação do destino-Salvador para eventos e negócios, implantado em 1979.

Culminando este processo, o comando administrativo e político da estrutura estatal de turismo foi unificado: as empresas Bahiatursa, Emtur e Conbahia passam a ser presididas por Paulo Gaudenzi, integrante da burocracia estatal do setor, desde os primórdios da política de turismo nos anos 1970. Simultaneamente são extintos o Conselho Estadual de Turismo e a Coordenação de Fomento ao Turismo e centralizados o planejamento e a implantação de um plano mercadológico, o ‘Caminhos da Bahia’ (1979), para interiorizar a atividade turística estadual. O Programa ‘Caminhos da Bahia’ foi responsável pela construção e administração de hotéis e pousadas nos municípios de Cachoeira, Caldas do

³² Segundo Suarez (1986), o COPEC foi estruturado em *modelo tripartite* de capital. Novamente a Bahia sediou uma associação física e acionária de capitais estatal, privado nacional e multinacional, num arranjo hegemônico do primeiro e de sua tecnoburocracia. A primeira experiência foi na implantação do Centro Industrial de Aratu – CIA, em 1967.

Jorro, Cipó, Ibotirama, Ilhéus, Itaparica, Jacobina, Juazeiro, Lençóis, Paulo Afonso, Porto Seguro e Valença. Da mesma época é a implantação do *Praia do Forte Resort*, hotel de alto padrão e iniciativa privada, no litoral do município de Mata de São João, prenunciado a nova frente de expansão turística, no Litoral Norte.

Consagra-se, assim, o modelo intervencionista de desenvolvimento do turismo baiano, com o Estado concentrando e assumindo as ações para o incremento do fluxo turístico: agressivas campanhas de *marketing* externo e interno, captação de investimentos, de vôos internacionais, qualificação da mão-de-obra e dos serviços, implantação de infra-estrutura receptiva etc. O desempenho da Bahiaturisa alcançou projeção nacional e internacional, cujos efeitos na expansão do turismo alcançam o interior e, principalmente, a Capital, com a criação da primeira Faculdade de Turismo do Estado (1984) e da Empresa Municipal de Turismo do Salvador (EMTURSA), que marcaria o reinício da gestão municipal, agora em padrões não-amadorísticos.

Entretanto, as alterações no cenário econômico - fruto de adversidades conjunturais como a crise do petróleo, a crise fiscal, o incremento da taxa de juros internacionais, a explosão da dívida externa etc. -, produziram impactos significativos no Brasil a partir do início dos anos 80 (a década perdida). Na Bahia, estes efeitos só se manifestariam por volta de 1985, com a crise da petroquímica, fazendo com que o Estado priorizasse outras atividades, relegando o turismo ao segundo plano³³.

Momentaneamente, a atividade turística estadual entra em declínio, em função do desaquecimento da demanda e dos investimentos, e da forte concorrência de outros pólos turísticos regionais emergentes (Maceió, Natal e Fortaleza), o que levaria o *staff* tecnoburocrático a produzir dois estudos crítico-analíticos (pela Fundação CPE/SEPLANTEC e pela parceria UFBA/SICT) que orientariam o turismo na etapa seguinte.

2.2.4. Turistificação globalizada (anos 90)

Os estudos acima referidos, que datam do final dos anos 80, submeteram a atividade turística a uma análise apurada do seu potencial, reconhecendo a crise econômica enfrentada pelo setor, que era agravada pela inexistência de uma política nacional de turismo realmente eficaz. Diante do estrago provocado pela crise da década perdida, que

³³ Época que coincide com a ascensão da oposição na Bahia, representada por Waldir Pires, provocando um breve hiato na hegemonia oligárquica do *carlismo* no governo do Estado. Por *carlismo* nomeia-se aqui, como é uso na Bahia, o movimento de adesão à dominação política autoritária no Estado sob o poder do cacique político Antonio Carlos Magalhães, morto em 2007. Associado a métodos políticos truculentos, ACM, também conhecido como *Malvadeza*, foi deputado estadual e federal pela UDN e depois pela ARENA, aliando-se à ditadura militar, sendo prefeito de Salvador e governador do Estado em mandatos biônicos, transformando-se num dos mais influentes representantes do *coronelismo* (moderno?) na história do Nordeste.

impedia a manutenção da matriz de investimentos públicos em projetos industriais de grande porte, como a petroquímica³⁴, o governo do Estado buscou novas alternativas para a retomada do crescimento econômico, em que o turismo assumiria relevância econômica, alçando-se à condição de estratégia central do governo nesta nova fase que se inaugurava.

Nesta conjuntura, o livro de Suarez (1990), sobre uma alternativa pós-industrial para Salvador, foi pioneiro ao apontar o turismo associado à cultura e à alta tecnologia como uma importante estratégia para o desenvolvimento de Salvador e região. Deve-se lembrar que, no campo do entretenimento e da massificação cultural, a década de 80 assistiria à explosão da *axé-music* e do Carnaval baiano, evidenciando a existência de uma infraestrutura local de produção, distribuição e consumo, independente dos tradicionais mercado e mecanismos de legitimação do circuito Sul-Sudeste, passando a exportar a festa, primeiro para o Nordeste e depois para todo o Brasil. Salvador se define, então, 'como um espaço urbano extraindustrial' (Risério, 2004), cuja vida econômica centra-se na economia do lazer, entrelaçando três vertentes: a economia do turismo, a economia do simbólico (produção/comercialização da cultura) e a economia do lúdico (a festa, a diversão). Além de produzir, a Bahia passa a exportar trios-elétricos e *axé-stars*, para as Micaretas regionais e nacionais, formas extemporâneas e desterritorializadas do Carnaval baiano 'globalizado'. Naqueles tempos de crise geral, este *boom* foi um alento, que seria capitalizado na nova fase do desenvolvimento do turismo dos anos 90.

Silva e Mello (2001) destaca algumas diretrizes vinculadas à atividade turística, constantes no trabalho de Suarez, que seriam posteriormente implementadas, quase integralmente, pelo governo do Estado:

- recuperar o Centro Histórico como o 'coração da estratégia', reintegrando-o à cidade;
- promover a interiorização do turismo no Estado (Recôncavo, Santa Cruz de Cabrália-Porto Seguro, Chapada Diamantina/Lençóis, vale do São Francisco);
- redinamizar as atividades de cultura e lazer como meio para aumentar a permanência do turista, com destaque para:
 - . reestruturação e ampliação do Centro de Convenções da Bahia;
 - . efetivação do Parque do Aeroclube;
 - . recuperação do Teatro Castro Alves;
 - . implementação do projeto da rodovia BA-099, ligando Salvador a Aracaju;
 - . desenvolvimento e implantação dos Parques Ecológicos do Abaeté e da Praia do Forte;

³⁴ O Pólo Petroquímico de Camaçari representou o canto do cisne dos grandes projetos industriais do Estado, via associação com capitais nacionais privados e capitais estrangeiros, tendo sustentado a economia baiana e adiado a crise até meados dos anos 80,

- e, por último, institucionalizar o turismo como uma atividade com ‘status’ de Secretaria, expressando uma prioridade para o setor no Estado, da mesma forma que a indústria o foi anteriormente.

Um novo arranjo institucional, que retira a gestão da Cultura da pasta da Educação e a do Turismo da pasta da Indústria e Comércio, unificando-as na criação da Secretaria de Cultura e Turismo (1995), a que se integram a BAHIATURSA, a Fundação Cultural, a Fundação Pedro Calmon, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural e o Arquivo Público, concretiza a estratégia preconizada no trabalho de Suarez (1990), atendendo aos novos requisitos do PRODETUR-NE, o programa de financiamento internacional para o turismo nordestino. Confirma-se, assim, a posição prioritária do turismo no contexto da economia do Estado. O “produto Bahia” foi objeto de pesados investimentos de *marketing* nos mercados emissores nacionais e estrangeiros, consolidando o papel tradicional da Bahiatursa, também responsável pela infra-estrutura e pela capacitação do setor turístico.

No âmbito do planejamento, as recomendações do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), elaborado em 1992, direcionaram a nova estratégia de governo, de caráter multi-setorial, configurando

o desenho de uma nova geografia para o estado da Bahia, com a sua divisão em sete áreas turísticas³⁵, e um esforço para atrair investimentos para obras de infra-estrutura [...], em saneamento, energia, construção de estradas, aeroportos, recuperação do patrimônio histórico. (GONÇALVES, 2002, p. 107).

Houve, de fato, um investimento intensivo no turismo, atraindo empreendedores nacionais e estrangeiros, com o Estado antecipando-se à liberação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos recursos do PRODETUR-NE, cuja primeira etapa de implantação concentrou os investimentos na Bahia, priorizando a área da Costa do Descobrimento, polarizada por Porto Seguro. Apesar da anunciada relevância oficial dos impactos sócio-econômicos no ‘desenvolvimento’ das áreas envolvidas pelo PRODETUR-NE/BID, há que se considerar os efeitos do modelo de apropriação dos territórios locais pelo turismo – que ignora o contexto urbano pré-existente e impõe sua adequação ao novo uso (turístico), como assinalam Knafou (2001) e Sanchez (1991). Por outro lado, devem-se ressaltar as implicações da captação de recursos externos na ampliação abusiva da dívida dos estados nordestinos³⁶ e a manutenção de práticas e relações de dependência dos organismos financiadores internacionais.

³⁵ Baía de Todos os Santos, Costa das Baleias, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Chapada Diamantina.

³⁶ Em sua edição de 29/set./1994, o jornal *Gazeta Mercantil* noticiava: “O programa representa investimentos da ordem de US\$ 150 milhões em sua primeira etapa – metade do governo estadual e metade do BID – para a implantação de ampla infra-estrutura turística, sobretudo na região de Porto Seguro e na Chapada *Diamantina*”. O total de recursos do programa alcança US\$ 337 milhões neste período, incluindo intervenções no Litoral Norte e na Baía de Todos os Santos.

A internacionalização do setor turismo indica, segundo Sanchez (1991), a existência de uma dialética entre espaços de matéria-prima (os litorais quentes do Nordeste, em nosso caso) e espaços com capacidade de consumo (as terras frias e ricas do Hemisfério Norte). Neste sentido, a internacionalização turística integra o processo de apropriação e adequação de territórios do litoral nordestino do Brasil ao seu uso pelo turismo massificado e globalizado. Tal apropriação/adequação tem sido conduzida, basicamente, pela ação da terceira fonte de turistificação de espaços e lugares, os promotores/planejadores territoriais, que, no Brasil e na Bahia, são o poder público estadual e os poderes federal e municipais que o respaldam.

O modelo de ‘urbanização para o turismo’ praticado pela política de turismo do Estado da Bahia – de resto, disseminada por todo o Nordeste –, é centrado na criação de pólos e corredores turísticos, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR, 1992), que inclui o programa ‘pólos turísticos’ entre suas metas de execução. Tal modelo fundamenta-se no pressuposto de que a concentração espacial das atividades turísticas “exerce efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço econômico e geográfico” (BECKER, 1995, p. 15), equiparando-se àquelas conhecidas teorias de desenvolvimento do passado – como, por exemplo, a *Teoria dos Pólos de Desenvolvimento* do economista francês François Perroux –, adotadas por muitas políticas territoriais brasileiras, desde os anos 1950, em experiências de desenvolvimento regional e urbana.

2.2.5. Tendências recentes: *megaresorts*, *villages* e *clusters*

A transformação do espaço em produto turístico demanda uma crescente racionalidade imposta pelo mercado devido à competitividade espacial entre lugares, especificidade contemporânea em escala global. Tais racionalidade e competitividade, segundo Cruz (2002, p. 22), “afetam a organização de todos os setores produtivos, como forma de adequação e sobrevivência a um mercado globalizado”, fazendo “do planejamento territorial uma condição do sucesso de planos e políticas setoriais”.

Nas últimas décadas os governos do Nordeste têm enfatizado o turismo como ‘vetor de desenvolvimento local’ aliado à ‘preservação da natureza’, baseando-se na idéia de potencialidade natural da região para a atividade, por conta da extensa faixa litorânea (mais de 3.000 km de praias) e do clima quente (quase o ano todo), legitimando a construção cultural de valorização do modelo sol/praias. CRUZ (2002, p. 28) assinala a recorrência (novamente) à natureza como “centro das políticas de desenvolvimento da Região, embora, no presente, com um significado oposto àquele que lhe era atribuído no passado”. Se no início da SUDENE, o foco era a natureza adversa do sertão árido, agora se trata da natureza prodigiosa do litoral paradisíaco.

Apoiados pelo governo federal e contando com financiamentos externos, os Estados nordestinos têm praticado duas vertentes de políticas regionais em que o uso turístico do território tem se ancorado em dois modelos globalizados, provocando profundas alterações na configuração espacial da região:

- i) a Política de Megaprojetos Turísticos desenvolve a urbanização turística planejada do litoral, alegando ‘ampliar a infra-estrutura hoteleira regional’, mas inspirada no “modelo Cancún”³⁷, constitui-se em urbanização turística de porções virgens ou pouco urbanizadas do litoral, com grande participação pública e de capitais internacionais, cujo ícone na Bahia é o complexo de Costa de Sauípe, no Litoral Norte;
- ii) o Programa para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE), com recursos do BID, pratica a ‘urbanização para o turismo’, buscando ‘melhorar aspectos da infra-estrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade’, funcionando, na verdade, como uma política urbana que prioriza o desenvolvimento do turismo, em detrimento de outras alternativas localmente ancoradas e socialmente inclusivas (como é o caso de Porto Seguro e Trancoso).

Como visto, estas políticas regionais para o desenvolvimento do turismo do Nordeste compreendem processos diferentes, mas complementares, de apropriação e de produção de espaços pelo e para o turismo, ou seja, a ‘urbanização turística’ dos lugares e a ‘urbanização para o turismo’, conforme tipologia proposta por Cruz (2002), baseada em Knafou (2001). Com a ‘urbanização turística’ dos lugares, o Estado tem criado toda a infra-estrutura requerida pela atividade turística, num avassalador e oneroso processo de (re)ordenamento territorial, em que espaços privilegiados (costa paradisíaca e ensolarada) e ambientalmente frágeis (ecossistemas de restingas, estuários e dunas), até então rarefeitamente ocupados, são privatizados e ocupados por grandes empreendimentos do capital nacional e estrangeiro. Espelhando-se no modelo dos *resorts* da Coréia e de Bali, autodenominados *low density resorts*, os megaprojetos baianos, a exemplo do Projeto Linha Verde, visa a oferecer densidades líquidas de 10 a 35 leitos por hectare³⁸.

Com os megaprojetos turísticos, cujo objetivo real é a multiplicação da capacidade de hospedagem regional, “o processo de urbanização do lugar é, neste caso, simultaneamente, um processo de urbanização turística do lugar” (CRUZ, 2002, p. 12). Numa manifestação da ‘perfeita’ simbiose entre o turismo e o fenômeno urbano, vão se disseminando ilhas da

³⁷ Denominado de *indústria turística* por Nicolás (1989), o modelo caracteriza-se pela implantação da infra-estrutura necessária (energia elétrica, abastecimento de água, rodovias, aeroportos etc.), pelas funções tradicionais do Estado frente ao capital (crédito, formação de mão-de-obra, “segurança”) e pela participação na dotação de condições mínimas para a reprodução da força de trabalho empregada no turismo.

³⁸ O “modelo Cancún-Puerto Plata”, no México, apresenta densidades líquidas de 100 a 150 leitos por hectare.

fantasia, verdadeiros nichos turísticos segregacionistas envolvidos por áreas ocupadas por comunidades tradicionais, cuja realidade não tem nada de paradisíaco nem de encantador. Alguns indicadores expressam a crítica situação socioeconômica do Nordeste: menos de 52% de domicílios ligados à rede de abastecimento de água potável, menos de 8% conectados à rede de esgotamento sanitário (com tratamento de apenas 4% do coletado) e cerca de 23 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, num universo de 45,3 milhões de habitantes, segundo o Censo 1991.

O megaprojeto implantado pelo Estado no Litoral Norte baiano se inicia com a implantação da Linha Verde (1993) – 142 km de rodovia interligando Praia do Forte a Mangue Seco, na fronteira com Sergipe –, que, ao lado da implantação da infra-estrutura básica, desencadearia a atração de investimentos privados. O próprio nome da rodovia, anunciada oficialmente como a “primeira rodovia ecológica”, revela o discurso preservacionista que atravessa a política de turismo do Estado como um todo, consoante com a emergência dos movimentos ambientalistas deflagrados com a Rio 92. Dando suporte ao discurso oficial, a *Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte* foi criada em 1992 (Decreto Estadual 1.046/92), antecipando-se à inauguração da Linha Verde e abrangendo suas áreas lindeiras, seja na faixa entre a rodovia e o mar, seja na faixa de terras interiores. Obviamente, as faixas litorâneas são destinadas aos megaprojetos turísticos.

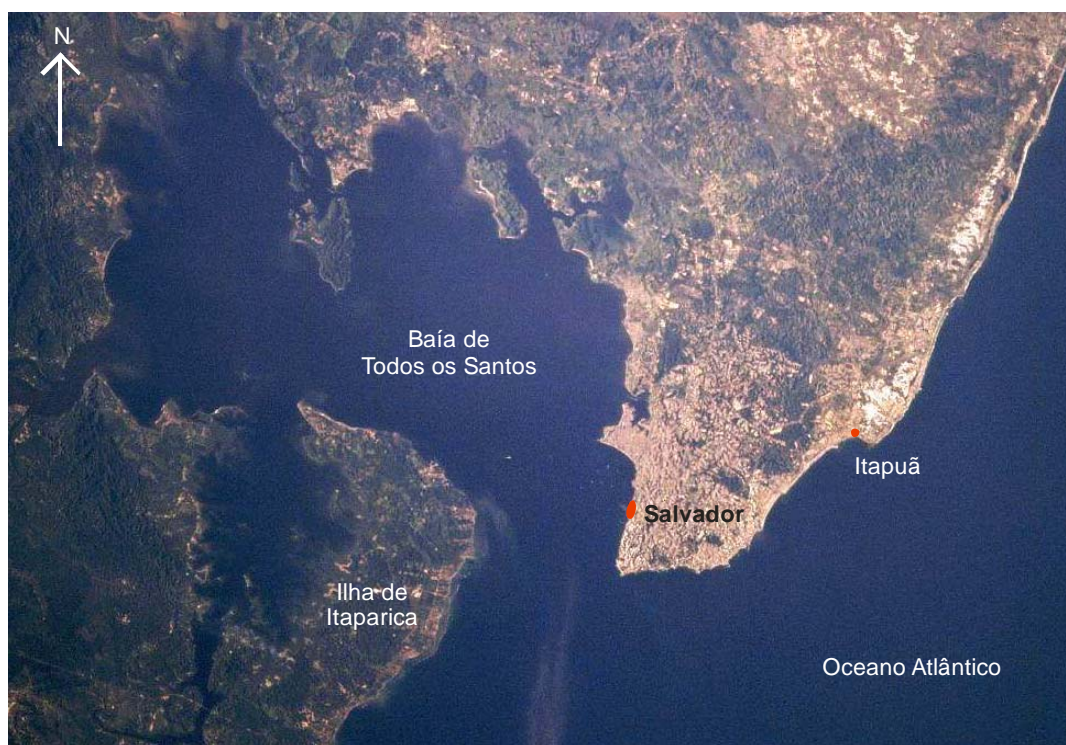
Dentre os três complexos turísticos que integram o Projeto Linha Verde, destaca-se o autodenominado *megaresort* Costa do Sauípe, empreendimento da Previ, com investimentos de US\$ 2,2 bilhões em médio prazo, em 112 ha de terras do Grupo Odebrecht. Este *megaresort*, incluindo campos de golfe e hipismo, clube de tênis, equipamentos esportivos, dois heliportos etc., é constituído por cinco hotéis de luxo e seis pousadas com 1.650 leitos, que representam “60% da capacidade atual dos hotéis ‘cinco estrelas’ – segundo a classificação antiga da Embratur - de toda a Região Nordeste” (CRUZ, 2002, p. 109).

3. ABAETÉ: DE LAGOA ESCURA A PARQUE METROPOLITANO

Seja pela percepção ou pela lembrança, seres, coisas e lugares são o objeto de uma tomada de consciência impregnada do sentimento agudo da sua fugacidade.
Lévi-Strauss, 2001

3.1 ITAPUÃ: ALDEIA, FAZENDA E VILA DE PESCADORES

Desde a sua fundação, em 1549, a cidade do Salvador na Baía de Todos os Santos foi projetada pelo império português – segundo o modelo do *termo* e do *rossio*³⁹ – para exercer a função de capital do Atlântico Sul, escala e porto seguro de todo o comércio entre Portugal, África e Ásia. Após cinquenta anos do seu ‘achamento’, a efetiva ocupação do território colonial nas Américas se inicia com a imigração de portugueses, a submissão da população nativa de índios tupinambás no entorno de Salvador, pela ‘guerra ao gentio’ e/ou pela *pacificação* jesuítica, e a importação da mão de obra africana para o trabalho escravo.



Fotografia 1 – Detalhe de Imagem de satélite de Salvador, Baía de Todos os Santos, Brasil.

Autor: NASA.

Data: 1997.

Fonte: http://www.mapa-brasil.com/Foto_Imagem_Satelite_Salvador_Bahia_Todos_os_Santos_Brasil.htm

Antes mesmo da sua fundação pelo primeiro governador geral da colônia, Tomé de Souza, em março de 1549, já existiam algumas povoações de origem européia nas redondezas. A aldeia ‘luso-tupinambá’ (Azevedo, 1969), com uma tosca ermida, mais acima,

³⁹ O *termo* (da cidade) era o espaço sobre o qual era exercido o poder municipal, enquanto o *rossio* definia a praça larga, centro do poder, mas também compreendia o terreno que o povo antigamente roçava e usufruía.

dedicada à Virgem da Graça, reunia a parentela constituída por Diogo Álvares Correia, náufrago por volta de 1510 na Bahia, o Caramuru, e sua esposa índia, batizada Catarina Paraguaçu.

O sítio da aldeia em que Diogo Álvares vivia com os índios e os seus descendentes ficava exatamente à mão direita da entrada da barra, entre a Ponta do Padrão e uma pequena enseada a menos de um quilômetro para dentro da baía de Todos os Santos, onde construiu uma camboa de pescar. Corresponhia êsse extremo ao atual Largo da Barra. (AZEVEDO, 1969, p.105). [mantida a grafia original].

Em 1536, ao chegar como donatário da Capitania de Sua Magestade, Francisco Pereira Coutinho, com os colonos que trouxe, estabeleceu-se nas proximidades da aldeia de Diogo Álvares, conhecida como a Vila Velha do Pereira, tendo sido alvo de muitos ataques dos tupinambás. Havia ainda, nas proximidades da foz do rio Vermelho, a Aldeia dos Franceses, um entreposto de escambo de pau-brasil com aventureiros franceses, suposto local onde teria naufragado o Caramuru.

Fracassada a colonização mediante o sistema de capitanias e diante do contrabando estrangeiro de pau-brasil, D. João III nomeou Tomé de Sousa em 1549 para o governo geral incumbindo-o de fundar a capital do Brasil, ‘uma fortaleza e povoação grande e forte’ e

Sabendo já das grandes partes da Bahia, da fertilidade da terra, bons ares, maravilhosas águas e da bondade dos mantimentos dela, ordenou de a tomar à sua conta para a fazer povoar, como meio e coração de toda esta costa, e mandar edificar nela uma cidade, donde se pudessem ajudar e socorrer tôdas as mais capitanias e povoações dela como a membros seus. (SOUZA, 1851, p.106).

Em uma península que avança sobre o Oceano Atlântico, o sítio em que a cidade foi implantada está localizado na cumeada de platôs⁴⁰ na entrada norte da baía de Todos os Santos, assim denominada por Américo Vespúcio em 1501.

o sítio escolhido, a meia légua do ponto de desembarque [o Porto da Barra, logo à entrada da baía, onde fundearam as naus da armada de Tomé de Souza], era uma colina debruçada a pique sobre o mar, onde havia bom porto, e varadouro para as naus, bons ares, abundância de água e defesas naturais do lado da terra. (AZEVEDO, 1969, p.136).

Acompanhando a linha de borda, a cavaleiro da baía, Salvador foi construída como um típico burgo medieval fortificado em plena região tropical seiscentista, conforme ‘as traças e amostras’ trazidas pelo mestre das obras, o arquiteto Luís Dias, que as concretizou com os oficiais mandados pelo rei. Deveria abrigar os que vieram com o governador geral, mas também reagrupar os moradores dispersos com o fracasso da capitania. Desde o início, Salvador cresceu extrapolando as muralhas do burgo histórico, em semi-círculos concêntricos que foram ocupando as cumeadas dos morros vizinhos.

Competindo com as cidades de Goa e Málaga, Salvador nasceu com uma população de mil pessoas, chefiadas pelo governador geral Tomé de Sousa, à frente de uma estrutura

⁴⁰ Exatamente sobre a linha da falha geológica que deu origem à baía.

judiciária, fazendária, administrativa e militar (Azevedo, 1969), importada de Portugal. Embora dominasse a baía de Todos os Santos, seu mar mediterrâneo, a cidade era dependente do Recôncavo, seu entorno cultivável que lhe abastecia de alimentos e outros produtos agrícolas, e utilizava seu porto para a exportação do açúcar, fumo e couro (Schwartz, 1988). A cidade se tornou o mais importante e opulento entreposto do Império português, depois de Lisboa, resultado da implantação de grandes plantações de cana e dos engenhos de açúcar em terras férteis do Recôncavo de águas abundantes e densa floresta tropical. A escolha do sítio da cidade revelou o acerto português com a disponibilidade e a qualidade dos recursos naturais.

A antiga Aldeia dos Franceses, a Mairaquiug da linguagem dos índios, foi situada justamente na embocadura do rio Vermelho [...]. Também foi às margens de esteiros e rios, em Pirajá, no Peroaçu, em Tapuã e Ipitanga, que surgiram os primeiros engenhos de açúcar, as primeiras lavouras, os primeiros currais, aldeamentos de gentios e povoações. (AZEVEDO, 1969, p.372).



Mapa 1. Planta da Restituição da Bahia.
Autor: João Teixeira Albernaz, o Velho,
Data: 1631.
Fonte: *Atlas Estado do Brasil*

Azevedo (1969) explica que a intensificação das lavouras nas imediações da cidade fortificada utilizou, de início, a mão de obra indígena escravizada para a produção de roças de subsistência e de pomares necessários ao abastecimento da população. Contudo, com a instalação das primeiras lavouras de cana e dos engenhos de açúcar, a extensão daquelas e a dificuldade de operação destes revelaram a total inadequação dos índios, optando a Coroa pelo tráfico de escravos africanos.

O tráfico negreiro nessa segunda metade do século da descoberta não era ainda muito intenso, de maneira que no tempo de Gabriel Soares de Souza

e dos Pes. Cardim e Anchieta, cerca de 1583, existiam nas lavouras de cana e engenhos de açúcar uns 3.000 africanos; com os que trabalham em outras culturas, calcula Luís Viana, seriam uns sete mil. (AZEVEDO, 1969, p.151).

Ao desembarcar em março de 1549, com 320 homens, incluindo oficiais, artesãos e jesuítas e muitas armas para fazer a defesa da colônia, Tomé de Sousa nomeara um deles, seu criado, o moço Garcia d'Ávila, para ser feitor e almoxarife da cidade e almoxarife da Alfândega. A partir de 1551, com a chegada de uma carga de gado, Garcia d'Ávila deixou os paióis e armazéns e passou a cuidar da pecuária (Calmon, 1983).

Com o crescimento do seu rebanho, cerca de 200 cabeças de gado, mais porcos, cabras e éguas, Garcia d'Ávila solicitou, e conseguiu do governador, duas léguas de terras nos campos de Itapuã, localizadas ao norte pelo litoral atlântico, separadas da Ponta do Padrão por muitas dunas e areias, comparadas a lençóis brancos. Gabriel Soares de Souza (1851) se refere aos 'Lençóis de Area', que assinalavam nas 'cartas de marear' do século XVI a ponta (Itapuã) indicativa da entrada da Bahia (a cidade do Salvador).



Mapa 2. Detalhe do Mapa do litoral da Bahia.
Autor: João Teixeira Albernaz, o Velho.
Data: 1631.
Fonte: Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores.

Os campos de Itapuã, como o entorno da Baía de Todos os Santos e seu recôncavo, eram historicamente ocupados por levas sucessivas de aldeamentos indígenas. Azevedo (1969) estima a existência de 10 a 12.000 tupinambás na região entre os rios Paraguaçu e Tatuapara. No entanto, Garcia d'Ávila havia estabelecido um acordo efêmero com eles na fazenda de Itapuã, em que o seu casamento com uma índia tupinambá da localidade, a que deu o nome de Francisca Rodrigues, serviu para prolongar a convivência pacífica com toda

a vizinhança. Assim, tinha continuidade a miscigenação de europeus e indígenas, iniciada por Diogo Álvares e outros europeus, na primeira década após o descobrimento.

Em 1555, a fazenda de Garcia d'Ávila em Itapuã sofreu violento ataque dos índios das redondezas, que, rompendo o acordo anterior, levaram o gado e flecharam vaqueiros. Depois de insistentes combates, com a ajuda do então governador geral Duarte da Costa, os índios aldeados em Itapuã foram submetidos (Tavares, 2001).

Portanto, os indígenas não haviam impedido o crescimento dos rebanhos e, por volta do início da década de 1560, Garcia d'Ávila, enriquecido, morava na fazenda de Itapuã, ocupada por currais de gado. Depois se fixou mais ao norte, próximo ao rio Pojuca, em uma elevação do terreno à volta da enseada de Tatuapara, onde construiu a famosa Casa da Torre, tendo recebido a concessão de sesmarias que estenderiam seus domínios pelo sertão a dentro, criando gado e povoando a região. Gabriel Soares de Souza, português e senhor de engenho que viveu na Bahia na mesma época, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, dá notícias:

e para o sertão, duas léguas, está uma grossa fazenda de Garcia d'Avila, com outra hermda de São Francisco, mui concertada e limpa. (SOUZA, 1851, p. 52).

Tatuapara é uma enseada, onde se mette um riacho d'este nome, em o qual entram caravelões da costa com preamar: n'esta enseada tem os navios muito boa abrigada e surgidouro, de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia d'Avila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade de Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, mui ornada, toda de abobada, em a qual tem um capellão que lhe ministra sacramentos.

Este Garcia d'Avila tem toda sua fazenda em criações de vacas e egoas, e terá alguns dez curraes por esta terra adiante: [...]. (SOUZA, 1851, p.50).

Atendendo a pedido – em testamento – do patriarca Garcia d'Ávila, morto em 1609, Manuel Pereira Gago, velho rendeiro de suas terras nos campos de Itapuã, próximas ao curral de São Francisco, deu proteção e orientação ao único herdeiro, seu jovem neto Francisco Dias d'Ávila, filho de Isabel d'Ávila e Diogo Dias, moradores na fazenda de Itapuã.

Logo consolidou-se a matriz primário-exportadora da economia colonial portuguesa nos trópicos, representada, neste caso, pelos produtos que abasteciam o comércio com a Metrópole, dos séculos XVI ao XVIII: pau brasil, açúcar, tabaco, aguardente, algodão, sola, farinha de mandioca e ouro. Além disso, as condições físicas do porto (a baía que a cidade-fortaleza passara a denominar) contribuíram para fixar Salvador como escala obrigatória para reabastecimento das frotas mercantis em suas rotas coloniais.

A origem ameríndia de Itapuã encontra-se inscrita no próprio nome do lugar. Tradicional e popularmente interpretado como “pedra que ronca”, o vocábulo tupi *itapuã* se refere a “pedra inclinada ou de ponta”, nomeando afloramento rochoso ao largo da área de arrebentação da praia, no trecho litorâneo de uma pequena enseada, mais ao norte de Salvador, e que já aparece indicada na vasta cartografia e relatos seiscentistas:

A Tapuã é uma ponta sahida ao mar, com uma pedra no cabo cercada d'elle, a que o gentio chama d'este nome, que quer dizer pedra baixa; defronte, d'esta ponta em um alto, está uma fazenda [...], com uma hermidia de São Francisco. (SOUZA, 1851, p.51).

A implantação da fazenda dos Garcia d'Ávila acabou por pacificar e domesticar as aldeias tupinambás daqueles campos, transformando Itapuã numa pequena povoação com a sede e a capela de São Francisco próximas aos currais de gado. Além dos trabalhos de manejo dos rebanhos – de bois, vacas, éguas, cabras e porcos – e das lavouras de cana para os engenhos de açúcar instalados na região, que fizeram afluir grande número de trabalhadores escravos africanos, também era praticada a pesca com redes e outras armadilhas nas águas da enseada e em alto mar.



Desenho 1. Pescadores em Jangada e Canoa.

Autor: Maria Graham.

Data:1821-1823.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

No início do século XVII, a Coroa ibérica autorizou a pesca da baleia com arpões, para a produção do óleo a ser exportado, além de abastecer as povoações da cidade e do Recôncavo, que o utilizavam para a iluminação e, mais tarde, para fabricação de velas. Estabelecido o monopólio real sobre a pesca da baleia, em 1614, surgiram, então, as armações de pesca, inicialmente na Ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos e, depois, na costa norte de Salvador, nas proximidades da Ponta do Padrão (hoje Farol da Barra), no Rio Vermelho, na Pituba, na Pedra Furada e em Itapuã.

A *armação* ou *contrato* (ou às vezes, *casa do contrato*) era a denominação dada ao conjunto de edificações utilizadas para as atividades de pesca e aproveitamento da baleia (do desmanche do animal, retirada e posterior derretimento da gordura ao descarte da carne), para o alojamento da mão-de-obra escrava e livre e para a administração do negócio. Além do *engenho de frigir* – também chamado de *casa do contrato* – onde muitas fornalhas

derretiam a gordura animal em enormes tachas de ferro; havia as *casas de tanques*, armazéns para estocagem do óleo ou azeite de baleia em tanques para exportação; os depósitos para guardar os utensílios de pesca e da manufatura e os abrigos para as lanchas e *baleeiras*. O edifício da administração, também chamado de *casa-grande*, era a residência do administrador, e mais casas de feitores e senzalas para alojamento da população escrava que aí vivia e trabalhava (Ellis, 1958).

Em todas as armações do litoral brasileiro, a base da mão-de-obra era escrava e as maiores indústrias de óleo chegavam a empregar mais de uma centena de cativos, além de trabalhadores livres, labutando dia e noite nas fornalhas que derretiam o espesso toucinho daquele animal. (CASTELLUCCI JR., 2005, p.137-8).

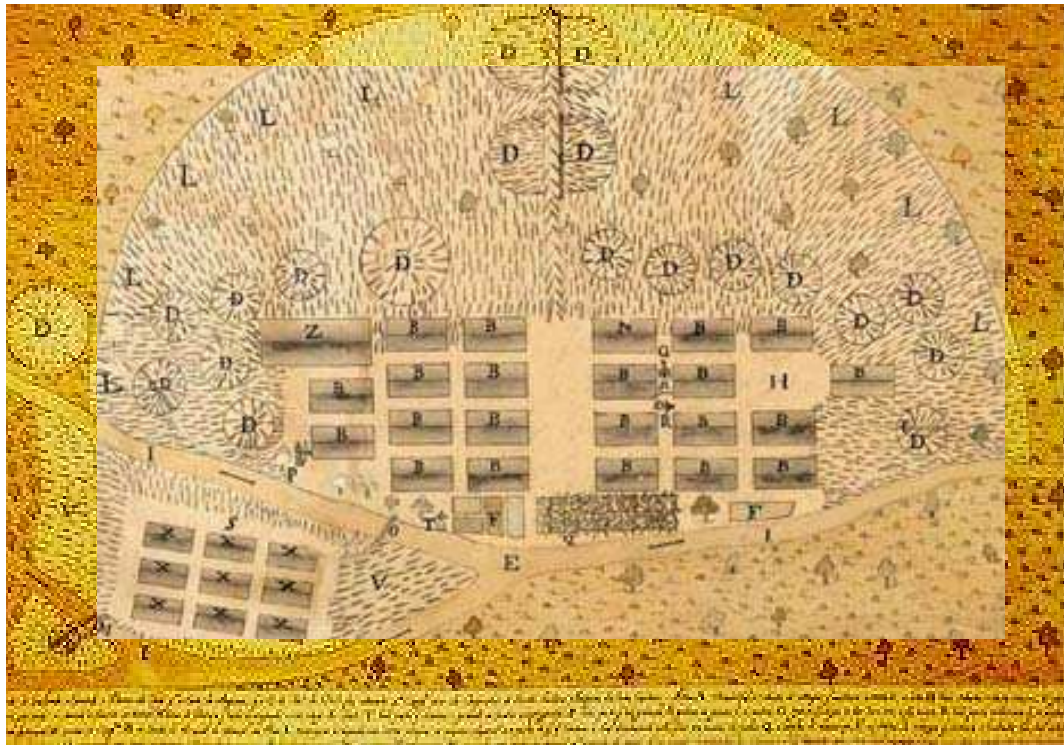
Itapuã se transformara numa vila de pescadores, reunindo escravos africanos, índios remanescentes e seus descendentes crioulos e mestiços, que aí construíram, por volta de 1625, uma capela de palha dedicada a Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, que em 1646 é erguida em alvenaria, tomando a forma que possui hoje. Em torno deste núcleo central, desenvolviam-se atividades de carpintaria naval, de artesanato de cordas e de marcenaria (Guimarães da Silva, 1993). Há pouca distância dali, na direção norte, ficava Santo Amaro de Ipitanga, um aldeamento de tupinambás fundado pelos jesuítas, em 1563.

A existência da armação de pesca da baleia (*pirapuama* para os índios), com sua *casa do contrato*, garantia ocupação e relativa autonomia à população de Itapuã, como nas outras armações da orla, Armação do Saraiva, Pituba e Rio Vermelho, na direção da cidade.

E, porque todas estas armações viviam do trabalho escravo, determinaram, pelo isolamento dos seus sítios, as maiores concentrações de africanos do 'termo da cidade', ajuntamentos estes, inclusive, responsáveis pelas sublevações de escravos ali verificadas, [...]. (Cid Teixeira *apud* RISÉRIO, 2004, p.363).

O histórico isolamento étnico a que foram submetidas as populações das vilas de pescadores na região do litoral norte de Salvador, surgidas com a implantação da pecuária e da lavoura do açúcar, e depois com a pesca da baleia, acabou integrando-as num mesmo contexto sociocultural. O relativo isolamento da *Vila Velha dos Caboclos*⁴¹ favoreceu a preservação de 'tradições multi-étnicas' da sua comunidade (Gandon, 1997). A convivência forçada e intensa de africanos e índios, marginalizados sociais do sistema colonial, pode ter propiciado circunstâncias de encontro e interação verdadeira, ao criar "sentimentos e atitudes que só parcialmente incluíam manifestações políticas de colaboração na resistência ao regime colonial" (SCHWARTZ, 2003, p.39). Todavia, era prática comum o uso, pela repressão colonial, de tropas de índios na captura de escravos fugidos e na guerra contra os quilombos e mocambos.

⁴¹ Outra antiga toponímia de Itapuã, que também já se chamou *Aldeia dos Franceses* e *Fazenda Itapuã*.



Mapa 3. Planta do Quilombo do Buraco do Tatu, próximo a Itapuã, em Salvador, Bahia.
 Autor: Desconhecido.
 Data: 1764.
 Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Contudo, segundo Gandon (1997), é difícil que índios não participassem desses focos de resistência negra, para lá afluindo e estabelecendo sociabilidades livres da dominação escravista portuguesa. De qualquer forma, a relação entre índios e negros era conflituosa: testemunhos coloniais afirmam que tanto os índios poderiam ser fiéis aliados de negros como eficientes capitães-do-mato. Dentre os quilombos então existentes no entorno da cidade, destacou-se o Buraco do Tatu, aldeia de escravos fugidos situada ao norte, próximo a Itapuã, às margens da estrada que ligava Campinas de Pirajá a Santo Amaro de Ipitanga. Os *calhambolas*⁴² do Buraco do Tatu realizavam incursões nas estradas, atacando quem entrava ou saía de Salvador, os sítios e propriedades da região, e à noite, numa demonstração de grande ousadia, entravam “pelas ruas da Cidade a prover-se de pólvora, chumbo e das mais bagatelas que precisavam para sua defesa” (PEDREIRA, 1972, p.129).

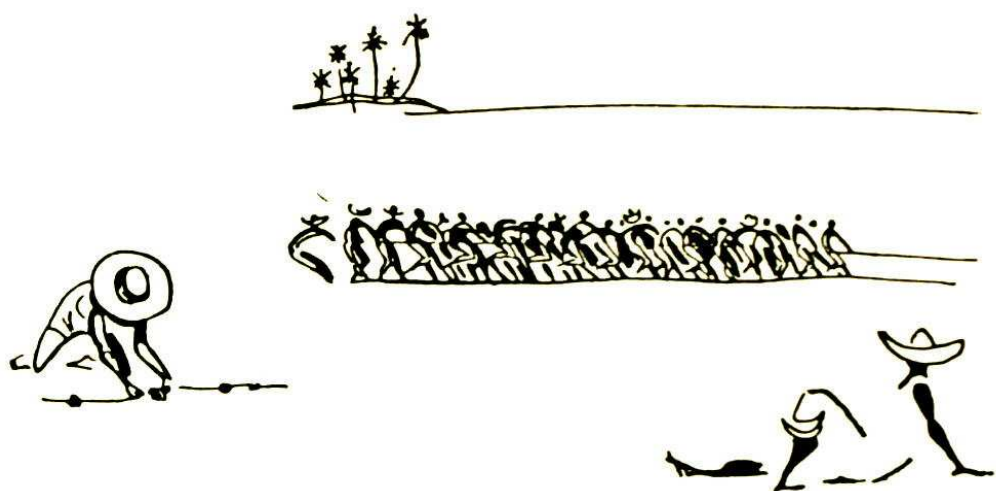
O quilombo do Buraco do Tatu, que perdurou cerca de 20 anos, descrito como um grande corpo de negros e “arriscado pela situação em que estava e pelos subterrâneos feitos com muitas estrepes”⁴³ foi destruído em 1763 por uma expedição militar portuguesa que era integrada por tropas de ‘ordenanças’ indígenas trazidos da Vila de Jaguaripe (Schwartz, 2003), no Recôncavo ao sul da baía.

⁴² *Calhambola* era o termo utilizado para escravos fugidos.

⁴³ Da carta do Governo Interino a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 14 de janeiro de 1764.

Se as relações políticas entre índios e negros se caracterizavam por tênues limites de aliança e oposição, no campo sociocultural os intercâmbios e as interações foram mais intensos e férteis. Como afirma SCHWARTZ (2003, p.39), “outros processos, como o sincretismo, estavam em jogo. No campo afro-indígena, sincretismo equivalia à religião”. A incorporação recíproca de elementos do panteão das religiosidades do outro configurou a primeira miscigenação cultural na colônia. Hoje, a presença de entidades indígenas, os espíritos de índios ancestrais, os encantados ou caboclos popularmente reputados, ao lado de entidades tradicionais africanas são práticas recorrentes nas diversas religiões afro-brasileiras, de norte a sul do país. E mais ainda, são reveladoras do processo de hibridização cultural na formação da sociedade brasileira, que teve sua origem na época colonial.

Com cerca de 25 mil habitantes, dos quais 8 mil índios pacificados e quase 4 mil escravos africanos, Salvador era a mais importante cidade da colônia no início do século XVIII. No entanto, a produção agrícola e pecuária no seu entorno não eram suficientes para a demanda de seus moradores: a quantidade de gado fornecido à cidade pelas fazendas de Itapuã, de Santo Amaro de Ipitanga e de outros distritos, por exemplo, era tão insignificante que provocava sucessivas crises de abastecimento de carne.



Desenho 2 – A pesca do xaréu.
Autor: Carybé.
Data: [1951].
Fonte: TAVARES [196-?].

Todavia, a intensa atividade de pesca praticada pelos escravos no mar da baía e da costa atlântica, adjacentes à zona açucareira do Recôncavo, procurava atender às demandas dos engenhos e lavouras. Esta era uma atividade comercial para abastecer a economia do açúcar e não de ‘pescadores a mando da casa patriarcal’, como queria Gilberto Freyre (Silva, 2001). Além da baleia, do pescado e dos mariscos ‘catados’ nas águas rasas e nos mangues do interior da baía, havia a pesca do xaréu, como informa o relato de 1730:

merece especial notícia, pela grandeza de sua pescaria e por ser o sustento dos escravos e do povo miúdo da Bahia. Tem quatro palmos de comprimento, um e meio largo; são sempre gordos e gososos por terem estação própria em que correm, que é de primeiro de dezembro até o fim de abril... Há para as suas pescarias muitas armações, desde a enseada da cidade até Itapoã, quatro léguas por costa além da barra, e se fazem consideráveis despesas em fábricas de casas, escravos e redes, tão grandes algumas que carecem de cinqüenta a sessenta pessoas para as recolher, contando-se em alguns dos laços mil e quinhentos e dois mil charcos, e em outros com pouca diferença, deixando aos seus armadores importantes lucros. (ROCHA PITA, 1965, p.32-3).

A transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, fez com que a cidade de Salvador fosse perdendo a importância que possuía, na medida em que o centro da economia colonial também se deslocara para o sul – pelo porto do Rio de Janeiro escoava a produção das minas de ouro que lhe ficavam mais próximas. A população de Salvador, incluindo os subúrbios dos arredores, crescera para cerca de 60 mil habitantes ao final do século (Jancsó, 1996), dos quais 18% eram escravos urbanos. Por esta época, Salvador e seu recôncavo compunham um admirável aglomerado de espaços rurais e urbanos integrados, em que a baía de Todos os Santos e a rede fluvial que nela deságua eram o recurso natural para o problema do transporte e da comunicação, crônicos no Brasil colonial. Aí se desenvolveu um tráfego intenso de canoas, barcas, saveiros e lanchas que levavam e traziam toda espécie de produtos para o abastecimento das demandas urbanas e dos armazéns e trapiches que os exportavam, alimentando o comércio metropolitano.

De típica feição mediterrânea, com a parte baixa, marinheira e comercial, e a acrópole administrativa e religiosa, alongada na península entre o Atlântico e o porto abrigado dos ventos dominantes, teve, desde cedo, a Cidade do Salvador sua vida pendente da navegação interior. Empório do comércio de açúcar, intermediária entre as plantações do Recôncavo e os mercados de além-mar, e do Recôncavo alimentada com produtos agrícolas – que o gado lhe vinha do norte, das terras da Casa da Torre -, Salvador sempre esteve nas mãos dos que tiveram o domínio do mar. [...] Dependendo assim da navegação para o transporte, e, em escala menor, para a pesca também, viu o Recôncavo desenvolver-se uma multiplicidade de tipos navais, alguns dos quais se extinguiram com o tempo, enquanto outros sobrevivem até hoje. Com estes, mantêm-se vivas técnicas [sic] e formas que, por suas origens, se vão ligar ao patrimônio cultural das etnias que numa época ou outra povoaram o litoral. (AGOSTINHO, 1973, p.7).

Superando o período de longa depressão que se arrastava desde o começo do século até cerca de 1770, nas últimas décadas do século XVIII Salvador, ‘universo do fluir da mercadoria’ (Jancsó, 1996), vivenciou um clima de euforia econômica, conforme relatos contemporâneos de

que a lavoura desta Capitania tem recebido progressivo aumento, é na verdade incontestável, que se evidencia pelos mapas do rendimento dos dízimos, e de cada um dos impostos assentados sobre a produção, pelo da exportação e importação, pela maior abundância das comodidades da vida, e geral riqueza mais difundida, e pelo visível acréscimo da povoação, e do preço das carnes, lenhas e madeiras, sintomas que acompanham aquele progresso. (BRITO, 1960, p.113).

Embora a relação de produtos exportados pela Bahia totalizasse 61 itens, o açúcar, o tabaco e o algodão continuavam como os principais destaques da economia regional, pois era por eles que a capitania se integrava às redes da economia mercantil internacional. Segundo Jancsó (1996), o comércio de exportação destes produtos era complementado com o comércio intercolonial externo – com a África e a Ásia – e interno, em que Salvador funcionava como entreposto para abastecimento de outras capitanias, a exemplo do Rio Grande do Sul, para onde vendia sal, muitos gêneros europeus, açúcar, doces e escravos.

Fundamental para as atividades produtivas locais, a importação de escravos africanos mobilizava formidáveis quantias de recursos e gerava uma enorme lucratividade, o que alimentaria os negócios clandestinos, após a proibição do tráfico, décadas mais tarde. No comércio com a África, os escravos eram geralmente obtidos pelo escambo em que o tabaco era o principal item utilizado. Por esta época, os escravos

que representam cerca de 30% da população da Capitania e 18% da população urbana de Salvador, têm um significado extraordinário na definição dos padrões de comportamento, de valores e, finalmente, de alternativas de prática política. (JANCSÓ, 1996, p.86).

A sociedade de Salvador possuía (como hoje) a característica de uma extrema desigualdade social, evidenciando a enorme concentração da riqueza. No entanto, a condição do escravo urbano lhe possibilitava uma convivência social, seja no serviço doméstico, nas atividades de ganho para seus donos ou realizando atividades para homens livres, que o integrava à economia monetária, diferenciando-o do escravo rural. Nesta situação, a possibilidade de alcançar a liberdade era real, na medida em que as economias do escravo urbano (descontada a parte do seu dono) poderiam comprar sua alforria, e suas relações com homens livres lhe proporcionavam um ponto de vista, ainda que limitado, do próprio sistema colonial e suas contradições. Dessa maneira, acaba por adquirir experiências que serão fundamentais na escolha de alternativas no próprio interior do sistema. Como afirma Jancso (1996), o apagar das luzes do século XVIII faz parte da fase experimental, de provas e testes de soluções para as contradições do sistema escravista, uma fase de criação de opções de caráter conservador, reformista ou revolucionário.

Nesta cidade da Bahia, onde o setor produtivo é marginal e, com raras exceções, legalmente limitado, e compondo um quadro de extrema desigualdade de riquezas, salta à vista que as condições relativas da participação na riqueza gerada são extremamente desiguais, e se traduzem numa grande desigualdade nas condições de consumo que, por seu turno, acabam por se transformar em critério de exteriorização do ordenamento da sociedade. (JANCSÓ, 1996, p.103).

Foi nesta conjuntura que eclodiu na cidade do Salvador, em agosto de 1798, o ‘ensaio sedicioso’ chamado de ‘Conjuração’ ou Revolta dos Alfaiates, com a participação de alguns intelectuais, mas que envolveu, de fato, um maior número de pessoas das camadas mais subalternas da ordem social – “escravos, libertos, soldados e pequenos artesãos” (PRADO JR., 1975, p.201). Foi um movimento de contestação da ordem colonial que radicalizou as

propostas de transformação política: visava à democratização do governo do Brasil e à transformação de Salvador em porto franco. Sofreu, por isso, violenta repressão do Estado colonial. Em espetáculo público exemplar, na Praça da Piedade em novembro de 1799, foram enforcados os soldados Lucas Dantas do Amorim Torres e Luís Gonzaga das Virgens, o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira e o mestre alfaiate João de Deus Nascimento, sendo os demais condenados ao açoite, à prisão e ao degredo.



Fotografia 2. Praça da Piedade em Salvador, Bahia.

Autor: Desconhecido.

Data: Século XIX.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O fim do monopólio real da pesca da baleia resultou na venda das armações baianas de Itaparica e Itapuã a particulares. Na cidade do Salvador, durante o século XIX, Manuel Ignácio da Cunha Menezes dominou a pesca da baleia e o comércio dos seus produtos. Possuía armações na costa norte, entre a Pituba e Itapuã⁴⁴, com centenas de escravos empregados na pesca – em *baleeiras* construídas por carpinteiros da Ilha de Itaparica – e na extração do óleo. A pesca da baleia era um espetáculo admirável, assistido por grupos de pessoas na beira da praia.

Chegada a baleia diante do contrato, é arrastada para terra por meio de longo cabo passado no bufador e preso a um cabrestante movido pelo pessoal de serviço. Extraordinário é o regozijo à chegada da baleia. O movimento gyrotorio do cabrestante é feito ao som de cantigas improvisadas, às vezes de momento. Segue-se o trabalho de desmancho da baleia, a começar pelo dorso. O toucinho retirado colloca-se dentro de tachas de ferro, expostas à ação do fogo. Os resíduos são aproveitados para isca de munzuás e a carne é beneficiada e vendida na capital. (BARROS, 1910, p.7). [mantida a grafia original].

⁴⁴ No início dos anos 1960, ainda era possível se ver ossos de baleia semi-enterrados nas areias da praia. Havia, inclusive, um restaurante chamado Pá-da-Baleia.

A carne da baleia era depreciada e tida como ordinária, destinando-se ao consumo dos próprios escravos das armações e *casas de contrato*, sendo a maior parte vendida para as *ganhadeiras*, que, após salgá-las e moqueá-las, as vendiam pelas ruas da capital e das vilas do Recôncavo. Frequentemente, a carne era distribuída com o povo pobre das redondezas, ali mesmo nas armações.

As relações escravistas nas ruas de Salvador do século XIX se caracterizavam pelo sistema de ganho. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos. (SOARES, 1996, p.57).



Desenhos 3 e 4 - *Ganhadeiras* vendendo peixe.

Autor: Maria Graham.

Data: 1821-1823.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Desenhos 5 e 6 - *Ganhadeiras* vendendo frutas.

Autor: Maria Graham

Data: 1821-1823.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Na cidade do Salvador, o comércio do peixe era realizado por estas *ganhadeiras*, que também vendiam diversos gêneros alimentícios, chegando a auferir um rendimento diário em torno de 4 mil réis em 1849, conforme dados de Soares (1996). Controlando todo o comércio de bens perecíveis, as *ganhadeiras* já monopolizavam o negócio do peixe, da carne, da fruta, da verdura e até de produtos contrabandeados, desde o final do século XVIII (Vilhena, 1969). As 'negras regateiras' praticavam um sistema de especulação do mercado como atravessadoras, vendendo "o peixe a outras negras, para tornarem a vender, e a esta passagem chamam *carambola*" (VILHENA, 1969, p.127), ou *cacheteria* (Soares, 1996). Repassado diretamente pelos pescadores para distribuição e venda no varejo, o preço do peixe no mercado local, na verdade era determinado pelas negras *ganhadeiras*.

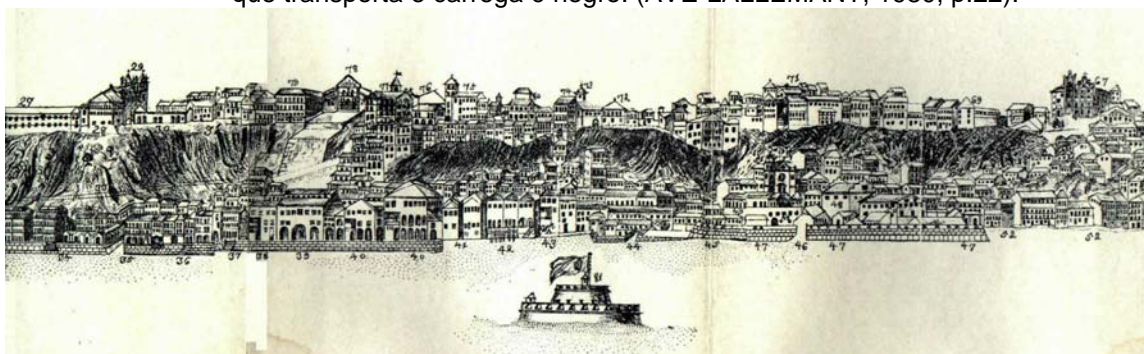
Integradas ao setor crítico do abastecimento de produtos de primeira necessidade para a população urbana, numa sociedade cuja economia era baseada na monocultura da cana e na exportação do açúcar e de produtos agrícolas, as *ganhadeiras* exerciam uma autonomia preocupante para o Estado, na medida em que facilmente constituíam 'redes de atravessamento' (Soares, 1996), consideradas nocivas à ordem econômica. Por outro lado,

a desenvoltura e a liberdade de ir e vir por todos os cantos da cidade as tornavam suspeitas de praticar algum tipo de tráfico proibido e até mesmo de estabelecer comunicação com negros quilombolas e/ou envolvidos em revoltas e levantes.

Foi um período turbulento, caracterizado no Brasil por revoltas de caserna, o fim do regime colonial, a abdicação de um monarca, instabilidade e conflitos políticos generalizados, turbulência intensificada pelas rebeliões escravas, elas próprias produto dessas condições. As revoltas escravas baianas foram em geral organizadas e desenvolvidas em torno das etnias [...]. Homens e mulheres escravos e libertos ocasionalmente se uniam na ação comum. As revoltas escravas baianas constituíram uma série de campanhas ou batalhas numa longa guerra contra a escravidão ou, como disse um escravo, “uma guerra dos pretos”.(SCHWARTZ, 1996, p.373-4).

De fato, o início do século XIX assinalaria a eclosão de uma seqüência de levantes e revoltas negras, protagonizados por escravos e africanos libertos de várias etnias ou nações, que se espalharia pelas fazendas e engenhos do Recôncavo e pela própria cidade do Salvador. Muitos viajantes estrangeiros, surpresos com o novo complexo etno-social que encontravam em Salvador (Augel, 1980), já apontavam o elevado número de escravos africanos, como o diferencial de Salvador em relação a outras cidades, chegando a representar 60% do total de escravos (Schwartz, 1996).

Quando se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De fato, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.22).



Desenho 7 – Detalhe do “Prospecto que pella parte do mar faz a Cidade da Bahia situada na Costa do Brasil [...] Bahia de Todos os Santos”.

Autor: Luís dos Santos Vilhena.

Data: 1801.

Fonte: VILHENA (1969).

O êxito da revolta escrava no Haiti em 1792 implicou o declínio de sua economia açucareira, favorecendo, assim, a expansão da produção do açúcar no Brasil, o que significou a intensificação do tráfico de escravos na Bahia em resposta à demanda de mão-de-obra nas lavouras e engenhos do Recôncavo. Schwartz (1996) fala que cerca de 10 mil escravos ao ano entraram no porto de Salvador no começo do século XIX, sendo 3/4 deles oriundos do golfo do Benim, cujas etnias eram preferidas pelos senhores de engenho. O

intenso fluxo de mão-de-obra acabou provocando o inchaço da população escrava de Salvador, tornando-se fonte de preocupação para as autoridades locais que se viram

cercados por uma enchente de escravos estrangeiros [...] cujos ajuntamentos, batuques e danças haviam transformado partes da cidade em, algo semelhante ao “sertão da costa da Mina”. Não surpreende a onda de inquietação escrava e solidariedades étnicas no interior da complexa estrutura da sociedade escravocrata baiana e no contexto da resistência tradicional. (SCHWARTZ, 1996, p.376).

A cidade do Salvador e o Recôncavo passaram a concentrar um enorme contingente de ‘pretos-minas’ (Gomes, 2006), termo genérico utilizado para quaisquer escravos africanos provenientes da Costa da Mina (Golfo do Benim), embora, na verdade eles pertencessem a diferentes etnias que habitavam aquela região, a exemplo de povos *ashanti*, *bornu*, *fanti*, *fulani*, *grunci*, *haussá*, *jêje*, *mandinga*, *nagô*⁴⁵, *nupe*, *tapa* etc. Entre os ‘pretos minas’ destacava-se uma maioria de negros islamizados e alfabetizados, chamados *malês*⁴⁶, que articularam as rebeliões escravas da época, culminando com a Revolta dos Malês, em 1835.

A chegada maciça de escravos-prisioneiros de guerras intertribais na África Ocidental, resultantes da pressão do Islã sobre os domínios *yorubá*, possibilitou a reorganização de ‘verdadeiros pedaços de nações’ (Verger, 1987) na Bahia. Além de *haussás* e *ewes*, escravos islamizados e ágrafos, *nagôs* (*yorubá*) e daomeanos (*jêjes*), falantes de línguas distintas, ignoradas pelos demais, aqui constituíram sociedades singulares, preservando costumes e cultos tradicionais – “cujos rituais de adoração aos deuses parecem ter servido de modelo às etnias já instaladas na Bahia” (VERGER, 1981, p.23) –, favorecidos pela condição urbana de *negros de ganho*. Não espanta, assim, as referências policiais a ‘terreiros’, ‘feiticeiros’ e ‘candomblés’ em meio à repressão às rebeliões escravas.

... uma boa parte da vida comunitária africana foi reconstruída e inovada nos arredores da capital. As colinas, matas, lagoas e rios aí localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente, quase clandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos. Eram comunidades móveis, destruídas aqui para reaparecerem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da relativa autonomia proporcionada pelo escravismo urbano. (REIS, 2003, p.16).

Verger (1987) estabelece uma clara distinção entre os eventos da rebeldia escrava na Bahia, atribuindo aos *haussás* as rebeliões ocorridas de 1807 a 1816, enquanto que aquelas de 1826 a 1835 são atribuídas aos *nagôs-malês*. As rebeliões de escravos *haussás* na cidade e nas plantações do Recôncavo, em maio, janeiro e fevereiro de 1807, 1809 e 1810, respectivamente, semearam insegurança e aterrorizaram a população, apesar da repressão colonial – prisões, mortes, e açoites públicos –, seguida da imposição do toque de recolher. O formato das revoltas iniciais, caracterizadas por “organização étnica, tentativas de ligar

⁴⁵ Segundo Verger (1981), o termo *nagô* foi utilizado para se referir aos povos africanos de língua *yorubá*.

⁴⁶ Do *yorubá imalê* que significa muçulmano (Ver QUERINO, 1938).

cidade e áreas de engenho, contato com quilombos e repressão governamental” (SCHWARTZ, 1996, p.380) já estava consolidado, quando eclodiu em fevereiro de 1814, ao norte da cidade, a grande rebelião de Itapuã.



Fotografias 3 e 4 - Escravos malês.
Autor: Christiano Jr.
Data: 1860.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Fotografias 5 e 6 – Escravos minas.
Autor: Christiano Jr.
Data: 1860.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Esta foi uma grande revolta que reuniu, em um quilombo próximo a Itapuã (Buraco do Tatu?), cerca de duzentos e cinqüenta escravos que atacaram as armações de pesca de Manuel Ignácio da Cunha Menezes e de João Vaz de Carvalho (Verger, 1987), sublevaram os escravos que ali trabalhavam, e

Aos gritos de “liberdade” e “morte aos brancos e mulatos”, os rebeldes incendiaram armações e mataram entre cinqüenta e cem brancos. Aparentemente liderados por um *malam* (do árabe *mu'allim*, clérigo) haussá, os rebeldes mataram muitos brancos e mulatos, atacaram Itapoã, incendiaram mais de cem casas e tentaram recrutar mais escravos. Com a esperança de expandirem a revolta, os rebeldes marcharam em direção ao Recôncavo, queimaram dois engenhos no caminho, tomaram armas e cavalos e mataram a quem se interpôs a sua marcha. Interceptados por um contingente da cavalaria em Santo Amaro de Ipitanga, cerca de cinqüenta rebeldes foram mortos na própria batalha; outros se enforcaram em desespero. (SCHWARTZ, 1996, p.376).

Apesar das medidas repressivas⁴⁷ e preventivas⁴⁸ adotadas pelo novo governador da província, o Conde dos Arcos, ainda durante as investigações da revolta de Itapuã em março, surgiram denúncias de um levante de escravos *haussás* nos engenhos do Iguape, próximo a Cachoeira, minimizadas pelo governador. Uma vez deflagrado, o levante foi sufocado pelos senhores de engenho locais, descontentes com o descaso oficial. Em maio houve outra denúncia de um levante planejado para ocorrer em 23 de junho, reunindo escravos, crioulos, pardos e até índios, que fora articulado pelos *haussás* dos *cantos*⁴⁹ da

⁴⁷ Os acusados da rebelião em Itapuã foram condenados. Doze morreram na prisão, quatro foram enforcados na Praça da Piedade, vinte e três, após açoite público, foram enviados à prisão perpétua em Moçambique, Benguela e Angola, e os outros, chicoteados e devolvidos aos seus donos (Verger, 1987).

⁴⁸ O Conde dos Arcos, embora favorável aos batuques, apenas proibiu a circulação noturna de escravos e os batuques e danças nas ruas, exceto na Graça e no Barbalho, permitidos até às 18 horas, para ira e desespero dos senhores de engenho e comerciantes.

⁴⁹ Os *cantos* eram locais da cidade que reuniam escravos de ganho por *nações* (ou etnias), oferecendo serviços a quem os quisesse contratar. Existiam *cantos* das *nações angola, jêje, nagô, haussá* etc. Da mesma forma

cidade com os quilombos das matas do Recôncavo. Aí também, em 1816, ocorreram outros levantes com incêndio de casas-grandes e engenhos e assassinato dos proprietários.

Mattoso (1978) se refere a levantes de escravos ocorridos em 1826, 1827, 1829, 1830 e 1835, que se beneficiaram da situação generalizada de inquietação e insegurança da população de Salvador, nos anos seguintes à declaração da Independência.

Embora tivesse ocorrido uma sublevação na Ilha de Itaparica em 1822 e duas revoltas (Cachoeira e Salvador) em 1826, foi apenas em 1827 que apareceram referências policiais à expressão “nago-malê” (Verger, 1987), configurando o domínio de escravos muçulmanos nas revoltas desse período. A 22 de abril de 1827, escravos *haussás* do engenho Vitória, em Cachoeira, iniciaram uma rebelião que se propagaria pelas plantações do Recôncavo e seria sufocada após dois dias de combate.

A vila de Itapuã foi novamente sacudida por uma rebelião, em 1827, promovida por escravos *nagôs* fugidos da cidade na noite de 11 de março. Após terem pernoitado nas matas do caminho, pela manhã os escravos rebeldes invadiram a armação baleeira de Manoel Ignácio da Cunha Menezes e a de Francisco Lourenço Herculano em Itapuã, e, não tendo conseguido levantar toda a escravaria local, incendiaram as casas cobertas de palha da vila de pescadores e fugiram em direção à cidade, sendo então perseguidos e alcançados no lugar denominado Engomadeira e aí foram massacrados pelas tropas policiais.

A revolta ou levante dos malês, em janeiro de 1835, foi a última e a mais grave insurreição negra na Bahia, organizada por escravos e libertos muçulmanos *yorubás*, embora tenha sido denunciada na noite da véspera. A delação provocou a precipitação das ações rebeldes, estratégica e inteligentemente planejadas, possibilitando, assim, a violenta reação das tropas de infantaria e cavalaria da cidade. Reis (2003) aponta, como singularidades desta revolta, a presença majoritária de mulçamanos, a grande participação de escravos de ganho e de etnia *yorubá* e *haussá*. Apesar de ter durado poucas horas e ter contado com cerca de 600 participantes, a revolta repercutiu no Império e no exterior.

Contudo, tais insurreições escravas destinadas à conquista da liberdade, resultaram, concretamente, num maior cerceamento da frágil e relativa liberdade de escravos urbanos, principalmente os ‘negros de ganho’, pois, após os levantes, se acentuaram as medidas repressivas e preventivas da administração colonial, e cresceram os temores da ameaça negra, espelhada nos eventos do Haiti.

Os grandes aproveitadores dos levantes dos negros são as classes dominantes que utilizavam o espectro da “avalanche negra” para aterrorizar as camadas livres da população, obrigando-as a se submeterem à sua autoridade e direção, isto quando lhes convém. Todavia, é importante salientar que, na realidade, o argumento “perigo negro” é

que as *ganhadeiras*, os negros dos *cantos* circulavam com grande desenvoltura e autonomia por toda a cidade.

parcimoniosamente utilizado pelas elites baianas. (MATTOSO, 1978, p.232).

As circunstâncias das lutas pela Independência na Bahia, em 1822-1823, para expulsar a administração portuguesa, fizeram com que as classes dominantes baianas não hesitassem em servir-se das camadas marginalizadas, índios, negros escravos e libertos, mestiços e pardos pobres, obrigando-as a se engajar numa causa alheia a seus interesses, como o provou a permanência do escravismo pós-Independência. Por todo o Recôncavo foram formados batalhões que se dirigiram para os arredores de Salvador, engrossando as forças brasileiras, a exemplo dos batalhões de índios, comandados pelo então proprietário das terras da Casa da Torre. Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, os de voluntários, arregimentados pelas fazendas do interior e os de 'periquitos' integrados por homens pardos.



Desenhos 8, 9 e 10 – Soldados do Batalhão Provisório e Policial da Bahia.

Autor: Maria Graham.

Data: 1821-1823.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Itapuã e Pirajá foram os locais onde se instalaram os quartéis das forças brasileiras nas lutas de 1822-1823, nos arredores da cidade, então controlada por tropas portuguesas. A composição pobre e negro-mestiça do 'exército' brasileiro, comandado por Pierre Labatut, um general napoleônico, rendeu trovas que permanecem na tradição oral: *Feche a porta / Lá vem Labatut / É um bando de nêgo / Parece urubu*⁵⁰.

O quartel de Itapuã concentrava as forças vindas do interior pela estrada das Boiadas, que levava à Feira do Capoame⁵¹, e teve um papel estratégico na guerra de guerrilhas travada nas matas que se estendem da vila de Itapuã até a cidade do Salvador. Nestas matas, a participação dos batalhões de índios foi fundamental para combater a cavalaria

⁵⁰ José Calazans Brandão *apud* GANDON (1997, p.159).

⁵¹ Em Capoame (hoje Camaçari) ocorria uma grande feira do gado vindo do interior para o abastecimento da cidade de Salvador. Mais tarde a feira de gado foi transferida para a proximidade de São José das Itaporocas, dando origem à cidade de Feira de Santana.

portuguesa, como atesta correspondência “do capitão Ferreira da Rocha, redigida no quartel de Itapuã em 22 de setembro de 1822, onde [...] oito portugueses foram mortos – dentre os quais um oficial – e muitos foram feridos, inclusive um coronel” (GANDON, 1997, p.142).

Arregimentados com o apelo à defesa da “terra dos brasileiros”, manipulados ou não pelas elites dominantes, todos os segmentos da sociedade baiana acabaram, de fato, se envolvendo nas lutas pela Independência, a exemplo do alistamento da jovem Maria Quitéria, travestida de homem, num dos batalhões de voluntários na cidade de Cachoeira, centro da resistência aos portugueses, em 1822. Sua participação em batalhas no rio Paraguaçu, na ilha de Maré, na Pituba e em Itapuã, lhe valeu o reconhecimento da sua bravura e heroísmo, sendo condecorada pelo príncipe regente D. Pedro I.

Em 2 de julho de 1823 com a entrada vitoriosa das tropas do ‘exército libertador’ através da estrada das Boiadas – que, por isso, passou a se chamar estrada da *Liberdade* – findava a guerra da Independência na Bahia. Por esta ocasião, o Brasil assiste à construção do índio como símbolo do nativismo brasileiro – o elemento ‘autócne’, ‘dono da terra’, ‘autêntico brasileiro’ –, mas, na Bahia, foram o *caboclo* e (depois) a *cabocla* – indício de mestiçagens culturais que já se vinham processando –, que se transformaram em imagens⁵² simbólicas do povo brasileiro, objeto de veneração popular cívica e religiosa, anualmente transportados nos carros alegóricos⁵³ em desfile festivo, desde o bairro da Lapinha até o Campo Grande, refazendo o percurso histórico das tropas vitoriosas.



Desenho 11 – Retrato de Maria Quitéria de Jesus.
Autor: Maria Graham.
Data: 1823.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.



Fotografia 7 – Caboclo do 2 de Julho, Salvador.
Autor: Patrícia Carmo.
Data: s/d.
Fonte: <http://plugcultura.wordpress.com>

⁵² Querino (1955) atribui ao escultor Manoel Ignácio da Costa a autoria da escultura do caboclo em 1826. A partir de 1895, o desfile se estende do Terreiro de Jesus até o Campo Grande, quando foi inaugurado o monumento comemorativo ao 2 de Julho.

⁵³ Na realidade, eram carretas de transporte de armas, que haviam sido usadas nas lutas pela Independência.

A aceitação/veneração das figuras cívicas dos caboclos pelas camadas populares baianas também tem seu fundamento nos *candomblés de caboclo*, tradição religiosa afro-ameríndia na Bahia, que faz do *caboclo* uma condensação do cívico e do sagrado. Acreditando que as imagens podiam fazer milagres, a gente do povo anualmente ia ao desfile fazer seus pedidos e até mesmo se lamuriar, queixar-se da vida, literalmente, iam chorar ao pé do caboclo.

Ainda é viva a memória de moradores antigos de Itapuã quanto às comemorações que aí se realizavam, até o começo dos anos 1960, homenageando o Dois de Julho, uma replicação da festa de Salvador em escala local. Gandon (1997) fala da rememoração da guerra da Independência da Bahia pelos moradores de Itapuã, embora eles não mais apreendessem o significado político original da comemoração festiva e cívica. Entretanto, permanece muito presente o termo *caboclo*, não só na esfera religiosa – os *candomblés de caboclo* –, mas pelo uso generalizado que fazem para se referir aos idosos e/ou falecidos – uma infinidade de apelidos *Seu Caboclo*, *Dona Cabocla*, *Dona Caboclinha* –, evidenciando a presença indígena no imaginário da comunidade.

Entre as décadas de 1830 e 1850, o tráfico ilegal de escravos promoveu sucessivos desembarques clandestinos de africanos no litoral norte de Salvador – fora da baía e, portanto, longe da vigilância britânica no porto da cidade –, que contribuíram para o incremento da população urbana, que, segundo estimativas (Vasconcelos, 2006), possuía cerca de 48 mil escravos. A “Torre” que aparece nos documentos da época sobre o tráfico ilegal é a mesma da *Casa da Torre* de Garcia d’Ávila, mais além das praias próximas a Itapuã, outro local de desembarques. Verger (1987) narra a apreensão pela polícia, a partir de uma denúncia em julho de 1834, de 159 escravos dos 200 que haviam desembarcado na praia de Itapuã e transportados para uma fazenda na região interior de Santo Amaro de Ipitanga. Em 1838, o navio americano *Dido* conseguiu desembarcar 575 escravos obtidos em Uidá (Nigéria), “depois de uma travessia de três semanas, perto de uma colina de areia na Bahia, não longe da aldeia de Itapoã” (VERGER, 1987, p.424).

Em meados do século XIX, Salvador possuía uma população de cerca de 87 mil habitantes, dos quais 67% eram pretos e mestiços e 30%, escravos, conforme dados do censo de 1855 (Mattoso, 1978). Data desta época um surto de crescimento que colocou Salvador como importante porto de exportações, intensa atividade das grandes casas comerciais, operação de algumas manufaturas e muitas instituições de crédito. Do ponto de vista da qualidade urbana, a cidade possuía ruas pavimentadas, uma rede de esgotos (precária) e rede de abastecimento de água, restritas às áreas nobres, e, apesar do sistema de iluminação pública alimentado a óleo de baleia, os lampiões pouco permaneciam acesos, deixando a cidade às escuras, na maioria das vezes.

A mancha urbana pouco tinha se expandido, mantendo-se circunscrita aos limites de Itapagipe e da Barra pelo eixo NE-SO, e, aglomerando-se em torno da cidade antiga, cujo limite avançado na direção Leste era o Dique do Tororó. Na cartografia da época, como o *Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus suburbios* (1851) de Carlos Augusto Weyll, a área periférica da cidade mal começava a ser ocupada, onde hoje são os bairros de Nazaré, Matatu, Liberdade, Cruz do Cosme e Retiro (Vasconcelos, 2006). O Rio Vermelho (antiga Aldeia de Mairaquiquig dos tempos do Caramuru) era apenas um distante arraial de pescadores, ao norte do Farol da Barra. Esta ocupação periférica por manchas isoladas, como sugere Filgueiras Gomes (1990), responderia a uma dinâmica negra de ocupação do espaço urbano, uma vez que parece orientar-se pelos ‘territórios negros’ (quilombos, roças e candomblés) que, ao envolver a cidade, como dizia CARNEIRO (1967, p.62), literalmente “sitiam a zona propriamente urbana da Bahia”.

O final do tráfico de escravos resultaria na aplicação de recursos em infra-estrutura urbana. Investimentos estrangeiros também contribuíram para a implantação de transportes mecanizados (trens e bondes⁵⁴), que favoreceriam a expansão de Salvador. Embora a divisão social do espaço urbano fosse apenas embrionária nos tempos coloniais (Azevedo, 1960), durante o século XIX, a preocupação higienista e a procura de ares mais saudáveis – o centro antigo era muito denso, misturado⁵⁵ e vulnerável a epidemias –, vão acentuar as diferenças sociais, culturais e étnicas que se refletiriam na configuração espacial da população de Salvador com os novos bairros, de chácaras e palacetes brancos e ricos, do Campo Grande, do Canela, da Vitória e da Graça.



Fotografia 8 – Porto de Salvador.

Autor: J. J. Wild.

Data: [1873-6]

Fonte: AUGEL (1980).

A estrutura urbana de Salvador evoluiu a partir de um núcleo compacto que lentamente foi se ramificando pelos antigos caminhos do sertão e do litoral atlântico,

⁵⁴ A primeira estrada de ferro, concluída pelos ingleses em 1860, possibilitou maior comunicação com o interior e, desde 1851 já circulavam linhas de transporte urbano movido a tração animal.

⁵⁵ Na freguesia da Sé, que corresponde grosso modo ao centro antigo, havia uma maioria de 63,8% de negros e mestiços, segundo dados do Censo de 1855.

definindo uma ocupação rarefeita em suas margens, até alcançar alguns pequenos núcleos de povoação mais antiga, a exemplo da Barra (meados do século XIX), do Rio Vermelho (início do século XX) e de Itapuã (no terceiro quarto do século XX). Em torno dessa área urbana compacta estendia-se uma enorme extensão de terras, *cinturão rural* (Filgueiras Gomes, 1990), ocupada por uma população negra, pobre e dispersa, cultivando pequenos roçados, morando em toscas palhoças e vivendo também da pesca no litoral.

Circunstâncias históricas e condições ecológicas resultaram desde o início numa ocupação densa das cumeadas da Cidade, enquanto as áreas de vale permaneceram inaproveitadas ou destinadas a culturas de subsistência. [...] e para além dos seus extremos, a ocupação rarefazia-se numa estreita franja de chácaras que logo dava lugar ao campo aberto semideserto e subaproveitado dos latifúndios que séculos antes foram fazendas de criação e de cana que a circundavam. (BRANDÃO, 1978, p.155-6).

No final do século XIX, a desagregação do escravismo e a conjuntura econômica desfavorável vão trazer à cidade as levas iniciais da migração rural, cujos “grupos de baixa renda formaram vizinhanças esparsas à margem” das vias recentemente implantadas (BRANDÃO, 1978, p.156). Por outro lado, a fase preliminar e incipiente de industrialização, notadamente no setor têxtil e concentrada na península de Itapagipe, e o advento dos bondes elétricos ajudariam a romper os limites da cidade tradicional, redefinindo a ocupação da sua periferia. Com a República, a cidade enfrenta as contradições da adoção de um modelo europeu de urbanização e do desamparo da população de ex-escravos (Vasconcelos, 2006).

Na década de 1910, as reformas urbanas promovidas pelo governo de J.J. Seabra, sintonizado com o fascínio *belle époque* das elites pela “modernização”, trouxeram o começo do saneamento da cidade, a energia elétrica, a ampliação do porto e provocaram a primeira grande transformação do centro antigo. Nos anos 20 ocorreriam a implantação dos primeiros loteamentos urbanos (1925), a ocupação de encostas por bairros inteiros, decorrente da valorização das cumeadas por onde corriam as novas linhas de bondes elétricos. A abertura da Avenida Oceânica, paralela ao litoral atlântico, ligando o Farol da Barra ao Rio Vermelho, deslancharia a incorporação de novas áreas na direção norte. Ao mesmo tempo a península de Itapagipe se defina como zona industrial, “com a implantação de [mais] indústrias têxteis (uma com 1.600 operários), e a criação das primeiras vilas operárias” (VASCONCELOS, 2006, p. 26).

Após a estagnação⁵⁶ a que foi acometida de 1870 à 1930, a população de Salvador seria dinamizada, na década de 1940, por um novo fluxo migratório que contribuiu com

⁵⁶ “As taxas de crescimento da população da cidade do Salvador, de acordo com os dados da Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1950, foram: 1,94% entre 1872-90; 1,8% entre 1890-1900; 1,8% entre 1900-20; 0,1% entre 1920-40 e 4,5% entre 1940-50. O decréscimo entre 1920 e 40 e o extraordinário incremento de 40 a 1950 confirmam as suspeitas de graves falhas num dos dois censos, cfr. Giorgio Mortara, ‘O Crescimento da População da Bahia’, A TARDE, Bahia, ed. de 15. out. 1952.” (Azevedo, 1969, p.236 [nota 15]).

cerca de 70% do seu crescimento demográfico (Brandão, 1978), sem esquecer o impacto positivo da início das atividades da Petrobrás, evidenciado com a divulgação do Censo de 1950. Santos (1959) aponta as transformações sensíveis da paisagem da cidade, com o preenchimento dos grandes vazios na malha urbana, principalmente na Cidade Baixa, e com muitas demolições no centro histórico⁵⁷ abrindo espaço às exigências dos modernos meios de transporte na Cidade Alta. Na esteira da expansão física que dilatava os limites da cidade, o antigo centro passava a concentrar funções administrativa e comercial, iniciando-se aí a deterioração física e social de áreas residenciais centrais, como o Pelourinho, o Maciel, as Ladeiras da Montanha e da Conceição⁵⁸.

3.2 ITAPUÃ CAYMMICA

Itapuã continuava um longínquo vilarejo de pescadores, com casario de taipa coberto de palha, isolado da cidade. Nos anos 1930, jovens aventureiros, artistas, intelectuais e aficionados por pesca já haviam descoberto o lugar, apreciando suas praias de coqueirais, aquele “meio ambiente sócio-cultural [...] em torno da pesca, como meio de subsistência, e cujos produtos eram trocados por outros alimentos ou mesmo distribuídos à população, quando a oferta ultrapassava a demanda” (GUIMARÃES DA SILVA, 1993, p.119). Lá, onde todos eram conhecidos, descendentes de antigas famílias, e que se chamavam de *itapuanzeiros*, Dorival Caymmi passou longas temporadas de veraneio (dezembro a fevereiro) com amigos, totalmente seduzido pela sua atmosfera e pelos encantos do mar.



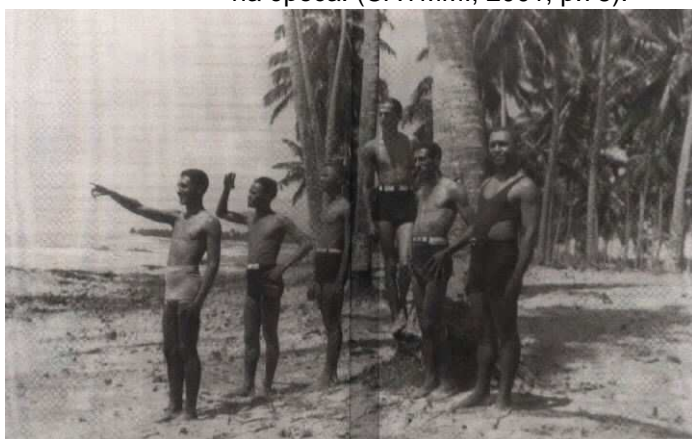
Fotografia 9 – Caymmi e amigas em Itapuã.
Autor: Arquivo Dorival Caymmi.
Data: Década de 1930.
Fonte: CAYMMI (2001).

⁵⁷ Repetindo os acontecimentos de 1912, quando demoliram a Igreja de São Pedro para abrir a Avenida Sete, em 1933 demoliram a Igreja da Sé, na praça do mesmo nome, para dar passagem às linhas de bondes.

⁵⁸ A atmosfera dos cortiços nos casarões coloniais do Pelourinho, a pulsação da vida nos becos e ruas, o burburinho de prostitutas, artesãos, meliantes e capoeiras seria inspiração de parte dos romances sociais de Jorge Amado.

O acesso era difícil, por uma única e antiga estrada de terra, de Campinas de Pirajá a Santo Amaro de Ipitanga, havendo nesta época apenas um meio de transporte, “o caminhão de Seu Lisboa, um português que fazia o abastecimento das únicas casas comerciais da região, uma do Seu Pio e outra de Seu Chico” (CAYMMI, 2001, p.77). Pela praia, a pé, o caminho era longo, do fim da linha de bondes em Amaralina e dependia da maré baixa para que se pudesse atravessar a foz do Rio Jaguaripe. Adiando sua incorporação à dinâmica urbana de Salvador, as dificuldades de acesso ajudaram a preservar o universo itapuanzeiro, seus ritos e mitos.

Fui pela primeira vez a Itapuã no caminhão de Seu Lisboa. Era aquele paraíso, andava de canoa, via cardume. Aquele coqueiral e aquela quantidade de coco imensa. Você dizia assim: ‘Vamos no Justiniano’. Chegava lá, entrava naquela roça de coqueiral, dizia assim: ‘Arranja um coco aí prá gente’. Ele subia no coqueiro, jogava lá de cima meia-dúzia de cocos de primeira. Vinha logo cortando o coco, abrindo e a gente virando na cara. Então, o veraneio aí passou a ser encantador. Eu passei a amar o mar. Via a gente de lá com roupas simples, chapéu de palha, aquelas agulhas de tecer rede, tudo feito por eles mesmos. Fui me acostumando e vendo a poesia do mar, aquele processo de puxar rede, comer peixe da hora, muito xaréu, porque o peixe congelado era considerado abominável na época. (CAYMMI, 2001, p.78).



Fotografia 10 e 11 – Caymmi à frente da sua turma na praia de Itapuã; Caymmi com Zezinho no veraneio.
Autor: Arquivo Dorival Caymmi.
Data: [193-?] e 1934.
Fonte: CAYMMI (2001)

Portadora de uma “vida marítima” caracterizada “nos termos de uma vida social arcaica” (RISÉRIO, 1993), a Itapuã daqueles tempos era uma comunidade de pescadores, descendentes de negros e índios, ecologicamente ajustados numa estreita relação com o seu entorno de mar, areia, coqueiros, dunas e restingas, de onde extraíam os recursos para a subsistência. Historicamente a vila se desenvolvera à volta do largo da Igreja, na beira da praia, resguardando as dunas interiores, em volta da Lagoa do Abaeté⁵⁹ para o uso ritual e simbólico. Era um universo animado por tradições há muito enraizadas aí, habitadas por deuses e heróis míticos afro-ameríndios e, volta e meia, ancestrais portugueses, que

⁵⁹ *Abaeté*, palavra tupi, significa homem bom, verdadeiro, honrado. FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001) grafam *abaeté*. O último também anota *abaeté*, pessoa feia, repulsiva. No mesmo sentido, o primeiro registra *abaité*.

impregnava as relações, os sítios e as paisagens de sentidos socialmente construídos e partilhados.

Todos os anos estava eu [Caymmi] na praia de Itapuã junto aos pescadores, saindo para o mar nas jangadas e saveiros, ouvindo as histórias de lemanjá. Como as ouvia, também, nos mercados e feiras, no Porto da Lenha, na beira do cais. Os negros e mulatos que têm suas vidas amarradas ao mar têm sido a minha mais permanente inspiração. Não sei de drama mais poderoso que o das mulheres que esperam a volta, sempre incerta, dos maridos que partem todas as manhãs para o mar no bojo dos leves saveiros ou das milagrosas jangadas. E não sei de lendas mais belas que as da Rainha do Mar, a Inaê dos negros baianos. (CAYMMI, 1978, p.10).



Fotografias 12 e 13 – Coqueiros às margens da estrada de acesso (esq.) e Nativo subindo no coqueiro em Itapuã.

Autor: Desconhecido.

Data: [195-?].

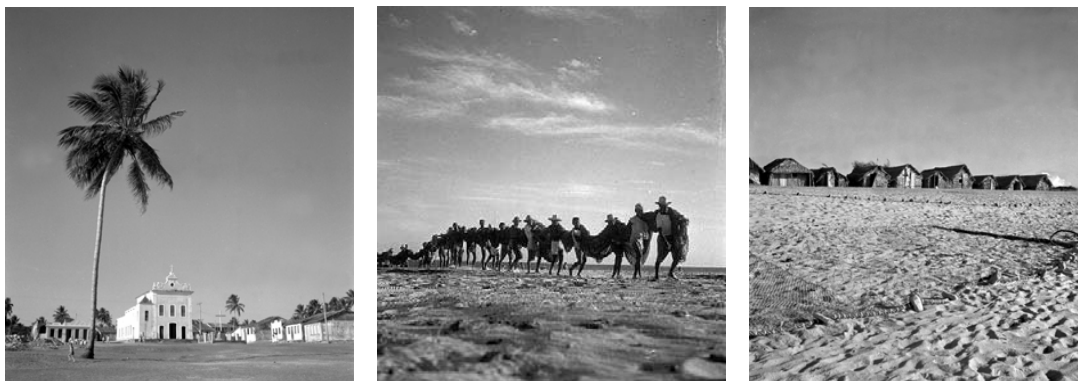
Fontes: Postais antigos de Salvador (<http://mercadolivre.com.br>).

A vida daquela comunidade praieira, relativamente isolada e autônoma, estruturada segundo peculiares relações sociais de parentesco e compadrio – com seu sincretismo luso-afro-ameríndio, festas, bailes pastoris, ternos e batuques –, e economia de subsistência, resultara de uma conjunção de fatores históricos, sociais, culturais e ecológicos singulares. Nela Caymmi se enfronhou e vivenciou “uma dialética entre a fisiográfico e o cultural”, que o levou a sublimar “Itapuã, numa espécie de paraíso terrestre pré-industrial”, espécie de “utopia de lugar” (RISÉRIO, 1993, p.66, 72 e 108). Aí construiu uma obra, cujo valor documental, ‘*etnográfico*’, é próprio de quem viveu, de dentro, aquilo que canta – o mar, o vento, temporal, pescaria, promessas de pescador, milagre, rainha do mar, dois de fevereiro, abaeté, itapuã⁶⁰ etc. Em suas canções Caymmi faz uma *antropologia musical* de uma comunidade voltada para o mar, a fonte principal do seu sustento, mas também fonte dos seus dramas, do temor cotidiano das mulheres à espera do retorno dos homens.

No tempo em que Caymmi a cantou, Itapuã era uma comunidade cujos referenciais de vida possuíam uma nitidez quase absoluta. Apesar de contígua a Salvador, o que ali se encontrava, bem definida, era uma *communitas*, contando com a adesão

⁶⁰ E toda a série das canções praieiras (21): *A jangada voltou só, A lenda do Abaeté, Dois de fevereiro, É doce morrer no mar, Festa de rua, História de Pescador, Itapoã, Milagre, Morena do mar, Noite de temporal, O bem do mar, O mar, O vento, Pescaria, Promessa de pescador, Quem vem pra beira do mar, Rainha do mar, Sargaço mar, Saudade de Itapoã, Sereia e Vou ver Juliana*.

íntegra e instantânea dos seus membros. Tudo ali se passava como se, por uma inversão, a norma social, em vez de definir, emanasse naturalmente do caráter dos indivíduos. (RISÉRIO, 1993, p.74).



Fotografias 14, 15 e 16 – Largo da Igreja de Itapuã; Pescadores recolhendo a rede de pesca do xaréu; Morada de pescadores.

Autor: Pierre Verger

Data: [194-?].

Fontes: Fundação Pierre Verger.

Em Itapuã a adaptação ecológica da comunidade tradicional, além de revelar raízes ameríndias – como as designações tradicionais para as pedras (da Piraboca⁶¹, Tanuassu, Itapuã e outras⁶²) que afloram na praia –, ancorava-se, em certa medida, na concepção religiosa *jêje-nagô*, em que o vínculo com a natureza tem uma importância vital. Assim, no candomblé, os orixás seriam,

em princípio, um ancestral divinizado, que, em vida, estabelecera vínculos que lhe garantiam um controle sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhes a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das plantas e de sua utilização. (VERGER, 1981, p.18).

Este processo ecológico, inspirado pelo candomblé, traduzia-se no carinho respeitoso aos elementos e às forças cíclicas da natureza, o vento, o raio, a chuva, fontes, rios, cachoeiras e lagoas, águas doces e salgadas, plantas e animais. Respeito evidenciado, por exemplo, na relação dos pescadores de Itapuã com o mar e sua complexidade biológica⁶³ – ou na sacralização de árvores, pedras, fontes e lugares dotados de significado especial, como a Lagoa do Abaeté, e a Pedra de São Tomé⁶⁴ em Itapuã.

Aqui, tudo é visto a partir do ser humano. Deus é a origem e o sustento do homem; espíritos explicam o destino do homem; animais, plantas, objetos e fenômenos naturais constituem o ambiente no qual o homem vive, do qual sobrevive e com o qual pode estabelecer conexões místicas. (RISÉRIO, 2004, p.284).

⁶¹ Sobre a pedra da Piraboca, o engenheiro Zózimo Barroso construiu, em 1873, um farol (21 metros de altura), para sinalizar os arrecifes existentes no mar de frente, orientando as embarcações que se dirigiam ao porto de Salvador. Originalmente, emitia luz branca e fixa e tinha pintura 'roxo-terra', depois mudada para faixas horizontais brancas e amarelas (1939) e, a partir de 1950, faixas brancas e vermelhas.

⁶² Além das indicadas, as pedras Beraba, Sardinha, Redonda, Itapuã (Primeira Pedra), Itapuã Mirim (Segunda Pedra), Diogo Dias, Ilha de Baixo, Vermelha, do Chapéu, Pedra do Sal, todas nomeadas pelos moradores.

⁶³ Daí, a devoção dos pescadores a Iemanjá, rainha das águas, festejada anualmente em fevereiro com o presente às águas e homenageada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã

⁶⁴ A Pedra de São Tomé, próxima a Itapuã, segundo Gandon (1997), antes mesmo dos jesuítas, era considerada pelos índios como prova da passagem de São Tomé (*Zomé* ou *Sumé*, segundo eles) pela Bahia, ao deixar suas pegadas gravadas nela. No candomblé do falecido pai-de-santo Daniel, em Itapuã, o *Caboclo Capangueiro São Tomé* reinava, indiciando a mestiçagem cultural que envolveu a lenda de São Tomé na Bahia.

Paisagem enraizada na tradição do lugar, a Lagoa do Abaeté, antigo sítio sagrado das religiões afro-brasileiras em Salvador⁶⁵, foi objeto de uma sobreposição de significados, em que ao imaginário original indígena, de mistérios e perigos⁶⁶, somou-se a sacralização das águas como morada de divindades femininas, pelas comunidades religiosas afro-brasileiras, atraindo fiéis que aí realizam rituais de oferendas e presentes.



Fotografias 17, 18 e 19 – Oferenda: Lavadeiras; Pancetti, o pintor de marinas na Lagoa do Abaeté.
Autor: Pierre Verger (17); Marcel Gautherot (18 e 19).
Data: 1946-8 (17) e [195-?] (18 e 19).
Fontes: Fundação Pierre Verger (17) e Instituto Moreira Salles (18 e 19).

A Lagoa do Abaeté, exemplar de ecossistema dunar típico do quaternário, é uma das lagoas⁶⁷ do complexo de restingas que existiam entre Itapuã e Santo Amaro de Ipitanga, cuja vegetação⁶⁸ se estende em manchas densas que fornecem proteção às dunas e lagoas contra os agentes erosivos. As raízes e ramagens da flora se entrelaçam, formando uma tessitura natural que contem a superfície das dunas e atenua a ação dos ventos fortes e das chuvas torrenciais.

O ambiente das dunas, aparentemente homogêneo, é composto de vários micro-ambientes. Lá podemos observar lagoas permanentes, geralmente de cor escura devido à grande quantidade de ácidos húmicos, lagos temporários, charcos, riachos e dunas fixas, móveis e semimóveis. Estes sistemas, ainda que possuam características próprias, integram-se e são interdependentes. (BRITTO, 1993, p.32).

A despeito das características de sua constituição física, biótica e paisagística, o Abaeté teve também uso econômico tradicional, quando, na atividade de lavadeiras, as mulheres de Itapuã usavam as águas da lagoa para lavar roupas de outras pessoas no Abaeté, complementando, assim, a renda familiar. Abaeté se reveste, portanto, de um simbolismo, de uma importância na história do lugar que “lhe assegura uma espécie de *autonomia de existência* (Santos, 1978, p.150), sinônimo de apropriação e de subjetivação humana” (GUIMARÃES SILVA, 1993, p.126).

⁶⁵ Além da Lagoa do Abaeté, outros sítios também são sagrados, como cachoeiras e pedras no Parque São Bartolomeu (Pirajá), o Dique do Tororó, a Lagoa da Vovó (Fazenda Grande), o morro de Okê (Plataforma).

⁶⁶ Gandon (1997) fala de lendas indígenas, anteriores à presença de africanos, sobre a sereia que seduzia guerreiros para o fundo da lagoa.

⁶⁷ Lagoa Dois-Dois, dos Urubus, Abaeté-Catu, das Trincheiras, dos Pombos, do Coré e do Canal. Muitas outras desapareceram com as invasões e a urbanização do local.

⁶⁸ Estudos recentes identificaram 410 espécies pertencentes a 283 gêneros de 88 famílias, revelando a enorme diversidade taxonômica e um número elevado de espécies endêmicas da flora fanerogâmica das Lagoas e Dunas do Abaeté (Britto *et al.*, 1993).



Fotografias 20 e 21 – Caymmi (primeiro à esquerda) e amigos praticando naturismo na Lagoa do Abaeté; Lagoa do Abaeté nos anos 1950.

Autor: Arquivo Dorival Caymmi (20) e Desconhecido (21).

Data: 1936 (20) e [195-?] (21).

Fontes: CAYMMI (2001) e Postais antigos de Salvador (<http://mercadolivre.com.br>).

Freqüentador do Abaeté, e praticante de nudismo nas dunas, naquela época em que o naturismo estava em voga entre a rapaziada (CAYMMI, 2001), Caymmi registrou em *A Lenda do Abaeté* (1948), as crendices e o fascínio do lugar⁶⁹.

Toda aquela areia branca em volta que escorria por uma água escura, misteriosa. [...] O Abaeté ficou gravado em mim. As lavadeiras diziam que havia um baticum que se ouvia à noite, uma batida, que tinha lá um candomblé mal-assombrado debaixo da lagoa, e tinha bichos, fantasmas e coisas assim de história fantásticas para assustar crianças e passou para nós veranistas também. (CAYMMI, 2001, p.79-82).

Essa lagoa é uma das preferidas de Yemanjá. Muita gente tem morrido nas águas dessa lagoa, afogada, desaparecida na lama do fundo. (CAYMMI, 1978, p.14)

Do ponto de vista da estrutura socio-econômica, o mundo *itapuanzeiro* era protagonizado, de fato, pela figura emblemática do pescador artesanal – que praticava a pesca com os artefatos (canoa, jangada, rede, cordas) que ele próprio fabricava.

Sinteticamente, *o pescador artesanal é o sujeito histórico que, por um lado, apropria-se de determinados modos do ambiente marinho e, por outro, utiliza nessa apropriação conhecimentos, instrumentos e embarcações oriundos de um mundo social e histórico no qual predominavam as tradições oral e artesanal.* (SILVA, 2001, p.87, grifos do autor).



Fotografias 22 e 23 – Puxada da rede na pesca do xaréu; Pescador artesanal reparando a rede.

Autor: Flavio Damm.

Data: [1966].

Fonte: AMADO, DAMM e CARYBÉ [1966].

⁶⁹ Em uma das lendas, “Abaeté, índio belo e forte, [era] noivo de uma jovem mulher. Quando se banhava na lagoa, despertava a paixão na mãe-d’água, que, ao saber do seu casamento, arrastou-o para o fundo das águas durante uma destas ocasiões. O corpo nunca foi encontrado. A noiva após o desaparecimento, principalmente em noites de luar, sentava-ser à beira da lagoa para chorar a sua perda. [...] teria sido a própria mãe-d’água que transformou o vestido e a grinalda da noiva nas dunas que contornam a lagoa. (Edelweiss *apud* GUIMARÃES SILVA, 1993, p.126-7).

Todavia, ultrapassando o mundo doméstico feminino e as figuras auxiliares daquela economia de subsistência – as lavadeiras da Lagoa do Abaeté e as *ganhadeiras*, agora sem o monopólio do peixe, como no passado, mas o vendendo grelhado nos mercados da cidade –, se sobrepunha, absoluto, o matriarcado religioso das mães-de-santo, a zelar por bons augúrios entre os homens e os deuses.

Com o início da Segunda Guerra, os norte-americanos, aproveitando-se do campo de aviação de Santo Amaro de Ipitanga, construído pouco antes pela Latécoère, empresa francesa de aviação civil, instalaram uma base estratégica para o apoio terrestre às operações aliadas no Atlântico Sul. Em 1944, a construção da base aérea de Salvador e do Aeroporto 2 de Julho caracterizaria a primeira grande intervenção urbanística no território⁷⁰, que implicaria transformações no padrão de vida local.



Fotografias 24 e 25 – Povo-de-santo; e *Ganhadeiras* vendendo na praia.
Autor: Flavio Damm.
Data: [1966].
Fonte: AMADO, DAMM e CARYBÉ [1966].

Data desta época o primeiro adensamento de Itapuã, com a construção de um conjunto residencial para funcionários da Base Aérea (Vila dos Sargentos) e a alocação parcial dos trabalhadores da obra do aeroporto, que por aí permaneceram. Finda a guerra, são abertas novas vias de comunicação pelo interior, a estrada de Mussurunga e a do Aeroporto (acompanhado o antigo caminho para Ipitanga). Em 1948, a implantação da Avenida Otávio Mangabeira, paralela à linha da praia de Amaralina a Itapuã, embora viesse atender um antigo desejo dos moradores e veranistas (A Tarde, 1940), consolidaria Itapuã como local de veraneio – “tomada de assalto, todos os domingos e feriados, por milhares e milhares de visitantes” (A Tarde, 1967) –, e traria também novos moradores permanentes, dando-lhe uma irreversível configuração de bairro (sub)urbano.

Embora entre 1943 e 1947, ocorresse a primeira experiência de planejamento urbano em Salvador, com o Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador – EPUCS, o Plano jamais foi implementado na íntegra. A estagnação econômica da Bahia se

⁷⁰ Para tais obras o Governo federal desapropriou, para fins militares, uma área de cerca de 2 mil hectares nas dunas ao norte de Itapuã, provocando a indenização e remoção dos ocupantes do local.

refletia numa estrutura urbana antiquada e insalubre, sobretudo no centro antigo e na periferia pobre submetida às invasões para acomodar o grande fluxo de migrantes regionais, carecendo, portanto de uma intervenção urbana saneadora e modernizante como a proposta pelo EPUCS⁷¹. No entanto, um dos primeiros produtos do plano, o Decreto-Lei n.º 701/1948, que regulamentava o ‘Loteamento, Parcelamento e Uso do Solo’, resultou na proliferação de centenas de loteamentos pela cidade, concentrados principalmente na orla atlântica⁷² e, os populares, nos subúrbios ferroviários.

A partir de 1950, Itapuã segue integrando-se à estrutura urbana de Salvador, definindo-se como local de veraneio e de incursões de pintores como José Pancetti, que aí pintou marinas e lavadeiras na Lagoa do Abaeté. Tem curso, então, um processo de substituição do padrão de ocupação residencial com as construções dos veranistas, que começa a mudar a configuração do bairro. Aumenta o fluxo de visitantes (da cidade e de fora), atraídos pelos encantos locais difundidos no rádio pelas canções praieiras de Caymmi⁷³ e informados pelo primeiro guia turístico da cidade, em que Itapuã aparece como um dos quatro pontos turísticos fora do centro antigo, destacando, entre as ‘festividades tradicionais’, a ‘da Mãe d’Água (Iemanjá)’.

Em 1958, época em que Mário Cravo fez a escultura da Sereia que foi colocada sobre pedestal, na chegada da praia, Itapuã já dava sinais de alguns dos efeitos nocivos da massificação de visitantes, como a inflação de preços de aluguel e transporte, além da poluição, afetando a paisagem.

As canções de Caymmi sobre Itapoan estão muito longe da realidade. A beleza natural da praia sem fim, onde se quebram ondas transformadas em branca espuma, é um contraste que choca e entristece, quando comparado com a falta de asseio reinante. Acreditamos, e não estamos isolados, que se não dispuzessemos [sic], com tanta fartura, de praias tão ao nosso alcance, cuidaríamos delas com os zelos inerentes à compreensão dos povos mai [sic] civilizados. Como não é o caso, a elas vão ter os esgotos e o conteúdo das latas de lixo não coletadas pelo serviço público responsável.

As praias de Itapoan não fogem à regra. Se você, banhista, não se contaminar com águas poluídas, deixar de cortar o pé num caco de garrafa semi-enterrado e escapar incólume a uma boal numero [sic] cinco, chutada com violência, mesmo nos locais onde não devia ser permitido futebol, quando chegar em casa agradeça aos deuses lares, pois eles o protegeram realmente. (A TARDE, 1958).

O novo ciclo econômico, iniciado com o advento da Petrobrás⁷⁴, provocaria alterações substanciais na estrutura fundiária do Recôncavo, criaria uma nova classe de operários (os *petroleiros*) e reverteria a estagnação do *enigma baiano* com investimentos, que

⁷¹ A proposta do EUCS, apesar de orientar-se pelo modelo de cidade-jardim, e enfatizar os aspectos físicos do uso e da ocupação do solo, considerava também condicionantes econômicos e sociais e estabelecia um zoneamento urbano em diferentes áreas funcionais (administrativa, comercial, residencial, industrial etc), numa nítida interpretação da Carta de Atenas (IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933).

⁷² Foram 128 projetos aprovados nos anos 1950 e 47 nos anos 1960 (Vasconcelos, 2006).

⁷³ Em 1953, o largo da Igreja de Itapuã passa a se chamar Praça Dorival Caymmi, homenageando o compositor baiano. Em 1967, “Derrubado por mãos criminosas [o monumento a Dorival Caymmi], tijolos e placa de mármore jazem no chão, lembrando mais um mausoléu que um monumento aos vivos, isto há mais de um ano” (A Tarde, 22 jul. 1967).

⁷⁴ A partir da descoberta do petróleo em Lobato (1939), da exploração comercial em Candeias (1941) e da construção da Refinaria de Mataripe, depois Landulfo Alves, em São Francisco do Conde (1946), encampada pela Petrobrás em 1953.

deslançariam a industrialização baiana. Somente em 1959, o governo municipal iniciaria a implantação do sistema viário planejado pelo EPUCS, com as avenidas de vale que, por um lado, dotariam a cidade de infra-estrutura necessária ao seu crescimento e, por outro, provocaria a valorização das terras adjacentes, alimentando a especulação imobiliária. Ao final desta década (1960), Salvador atingiria 655.735 habitantes, dos quais 61% provinham das migrações recentes, prenunciando as circunstâncias em que se daria o processo de urbanização e crescimento seguinte.



Fotografias 26 e 27 – Farol de Itapuã com ruínas de abrigo de pescadores; e Areia de Itapoã.
Autor: Desconhecido.
Data: [195-?].
Fonte: Postais antigos de Salvador (<http://mercadolivre.com.br>).

Mas, em meados da década de 1960, Itapuã já portava características totalmente urbanas, ocorrendo, inclusive em 1962, a primeira invasão, Nova Brasília, iniciando o processo de ocupação do entorno da Lagoa do Abaeté – a propósito, até hoje, os antigos afirmam: *a Brasília não é Itapuã* (Guimarães da Silva, 1993). O bairro de Itapuã possuía, então, acesso iluminado,

ginásio, mercado, posto de saúde, agência dos Correios, estádio para futebol e até um balneário, [...]

Itapuã é uma festa, festa para os olhos e para o coração. [...] Areias alvinitente, mar verde-azulado, coqueiros farfalhantes, dunas belíssimas, uma misteriosa “lagoa escura, arrodada de areia branca”, o sol brilhante, ar translúcido e, coroando tudo isso, o céu mais bonito do mundo.[...]

Todavia, apesar de tudo que ali existe, não pode haver termo de comparação entre Itapuã e os grandes centros turísticos. Ali falta um grande e bom hotel e balneários com um mínimo, pelo menos, de conforto e bem estar.

Nem todos aqueles que viajam querem apenas encontrar colorido pitoresco, mas exigem também comodidade. Mesmo para o turismo interno, a localidade se ressentia de muita coisa. (A Tarde, 22 jul. 1967).

Como informa Gandon (1993), a construção de novas estradas provocaria enormes transformações no litoral norte de Salvador – em Itapuã nos anos 60, em outras localidades, nos anos 70, sobretudo aquelas na margem costeira da estrada do Côco e nos anos 80, vencida a travessia do rio Pojuca, na Praia do Forte. Definia-se, então, o vetor da expansão turística que se consolidaria nos anos 90, após a construção da Linha Verde, com o complexo da Costa de Sauípe, mais ao norte.

Lembremos: em meados da década de 1960, a guinada à direita do golpe militar forçaria o alinhamento brasileiro à geopolítica norte-americana, resultando

numa solução de compromisso entre os grupos dominantes arcaicos e a moderna burguesia, que já detinha boa parcela do poder econômico, mas que não conseguia obter hegemonia política. O pacto das elites correspondia, no nível político, à integração econômica interregional: os interesses das elites tradicionais eram preservados em certa medida, mas não podiam mais ser hegemônicos, nem em nível nacional, nem a nível regional. A rigor, a integração levava a que certas questões até então encaradas como puramente regionais passassem a adquirir importância nacional. (PENTEADO FILHO, 1991).

Refletindo os incentivos federais (SUDENE), a criação do Central Industrial de Aratu geraria cerca de 30 mil empregos diretos (Teixeira e Guerra, 2000), e a estrutura produtiva da economia perdia seu caráter agro-exportador que se apoiava na cultura do cacau. Tudo isso acabou gerando índices⁷⁵ que mudariam profundamente as feições urbanas de Salvador.

Nos anos 70, completa-se o processo de industrialização com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, cujos impactos do investimento se fariam sentir na estrutura urbana de Salvador, cuja população ultrapassou a casa do milhão em 1970. Completa-se a ‘revolução urbanística’ autoritária com a conclusão das avenidas de vale, a abertura da avenida Paralela, a construção do Centro Administrativo, a implantação de *shoppings centers* (numa deliberada indução para a ocupação urbana na direção do litoral norte), uma notável verticalização da cidade e o surgimento dos condomínios fechados para atender a demanda habitacional dos abastados funcionários e técnicos do Pólo Petroquímico.

Daí em diante, apesar da segunda tentativa de planejamento urbano municipal, em meados dos anos 70 mediante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano – PLANDURB, o crescimento desordenado da cidade levaria ao estrangulamento da infraestrutura urbana e à degradação do meio ambiente. A década de 1980 assiste a uma avalanche de invasões (37), inclusive em Itapuã (Alto do Coqueirinho, Baixa do Soronha, Olhos d’Água, Cacimba, estas últimas onde havia lagoas com estes nomes), solução precária dos excluídos para a gritante demanda por moradia, devastando áreas até então preservadas da cidade. A população atinge 1 milhão e meio de habitantes, tendo triplicado em menos de 30 anos. Voltando as costas para a porção feia, precária e carente da cidade, o Governo do Estado executa a “restauração” do Pelourinho, fazendo de Salvador “Patrimônio Histórico da Humanidade”, à custa do despejo e da dispersão da população pobre e marginalizada que animava o centro antigo.

A Lagoa do Abaeté, corpo d’água natural resultante do represamento de antigos rios e do acúmulo de água da chuva, é envolvida por grandes formações eólicas que são responsáveis pela sua alimentação e conseqüente preservação. A expansão urbana e o crescimento demográfico de Salvador na orla atlântica, a partir dos anos 70, alcança Itapuã, exercendo forte pressão sobre a área da Lagoa do Abaeté, com agressões antrópicas

⁷⁵ Em meados da década de 1970, o PIB do estado crescia a uma taxa média anual de 9,7%, com a indústria de transformação atingindo taxa média anual de 25%.

originárias da proximidade das invasões no entorno, passando-se a observar a redução da lâmina d'água, resultado do vagaroso mas progressivo assoreamento pela erradicação da cobertura vegetal, a presença de microorganismos patológicos decorrentes da ausência de esgotamento sanitário, do trânsito de veículos sobre as dunas etc.



Desenho12 – *Lavadeiras do Abaeté*
Autor: José Pancetti.
Data: 1957
Fonte: www.dcomercio.com.br/.../index.html.



Fotografias 28 – *Sereia de Itapuã* de Mario Cravo.
Autor: Desconhecido.
Data: [195-?].
Fonte: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/message/117>

As décadas de 1970 e 1980 configuram no Brasil um crescimento socioeconômico em que ocorreu um “aumento do poder (econômico e político) das classes médias” que provocaria, “em meados dos anos 1990 [...], nas maiores aglomerações urbanas do país, um aumento expressivo das desigualdades entre ricos e pobres” (SERPA, 2006, p.11) refletindo-se na segregação espacial e na deterioração ambiental das estruturas urbanas.

Apesar de criado pelo município em 1980, o Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté não saiu do papel. Diante da forte pressão dos movimentos sociais e ambientalistas⁷⁶ locais, face ao avanço das invasões (de baixa e alta renda)⁷⁷ sobre as dunas, a um tipo de turismo descontrolado⁷⁸ e mesmo à inércia governamental – que ameaçavam a integridade dos ecossistemas da Lagoa do Abaeté –, o município então decretou a delimitação do Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté (1.410,7 hectares), definindo formas de uso e ocupação do solo para as áreas do seu entorno imediato, em 1985. O trabalho dos topógrafos que o delimitavam ocorreu em meio às invasões, em 1986, como mostra o ensaio do fotógrafo Agliberto Lima. Os problemas de segurança e violência tornaram a área perigosa, afastando os turistas. Os impactos visíveis na redução do nível da lagoa em períodos de estiagem alertaram para a necessidade de estudos de

⁷⁶ Em 1983 a campanha *Abaeté-Abaeterna* reuniu várias organizações como a Ong ambientalista GERMEN, a Associação dos Moradores de Itapuã e outros moradores do bairro, em prol da preservação da Lagoa do Abaeté.

⁷⁷ A região do Abaeté tem sido alvo de invasões de camadas de baixa renda, numa lógica de auto-resolução da questão habitacional, face a ausência de políticas públicas efetivas, mas também das chamadas “invasões de colarinho branco”, individuais ou coletivas (loteamentos, condomínios).

⁷⁸ Nesta época, o fluxo de ônibus turísticos na alta estação descarregava centenas de turistas, acusados, muitas vezes, de furtar espécies da flora endêmica, como as orquídeas abundantes nas dunas.

diagnóstico ambiental e elaboração de plano de manejo para assegurar a preservação e regular a ocupação de áreas no seu entorno.

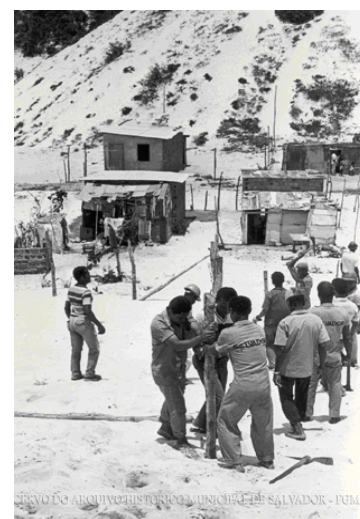
Em 1987 foi criada, por decreto estadual, a Área de Proteção Ambiental - APA das Lagoas e Dunas do Abaeté, com 1.800 hectares. A proteção do Estado chegaria após o estrago produzido, nem tanto pelo turismo em si, mas, sobretudo, pela falta de controle público e, também, pelos equívocos e desacertos da solução popular para *a questão da habitação em Salvador*. Refletindo as tensões e conflitos dos agentes sociais da dinâmica urbana, os embates entre as demandas dos movimentos sociais e os poderes públicos e a queda de braço política entre os poderes municipal e estadual⁷⁹, a legislação incidente sobre a área é um cipal de leis, decretos e resoluções que se superpõem nas instâncias dos poderes municipal e estadual, demonstrando o jogo de interesses políticos e econômicos, muitas vezes nebulosos. O Quadro abaixo relaciona a série de diplomas legais sobre a área.

Diploma Legal	Data	Assunto	Instância
Decreto 5.969	06/08/1980	Cria o Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté	Municipal
Lei 3.551	29/10/1985	Delimita a área do Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté e define formas de uso e ocupação do solo para as áreas de entorno imediato	Municipal
Decreto 7.846	26/06/1987	Cria o Grupo Executivo de Implantação do Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté	Municipal
Decreto 7.862	17/07/1987	Modifica a composição do Grupo Executivo	Municipal
Decreto 351	22/09/1987	Cria a Área de Proteção Ambiental – APA das Lagoas e Dunas do Abaeté	Estadual
Lei 3.932	30/09/1988	Institucionaliza e delimita o Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté e define as normas específicas de uso e ocupação do solo para suas zonas internas.	Municipal
Lei 4.010	26/07/1989	Acrescenta dispositivo à lei 3.392/88, limitando intervenções apenas para apoio a atividades de caráter cultural/recreativo a serem exercidas na Zona de Interesse Sócio-cultural.	Municipal
Decreto 2.540	18/10/1993	Altera a delimitação da APA – Lagoas e Dunas do Abaeté e estabelece zoneamento e normas de proteção ambiental.	Estadual
Resolução CEPRAM 1.660	22/03/1998	Aprova o Plano de manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA – Lagoas e Dunas do Abaeté	Estadual
Lei 5.855	26/12/2000	Altera a delimitação da Zona de Interesse Sócio-Cultural – ZISC e da Zona de Proteção Visual – ZPV-1.	Municipal
Resolução CEPRAM 3.023	20/09/2002	Aprova alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA – Lagoas e Dunas do Abaeté	Estadual
Lei 6.586	03/08/2004	Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (entre outras disposições, cria o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM e a Política Municipal do Meio Ambiente, e revoga as leis 5.855, 4.010 e 3.932)	Municipal

QUADRO 1 - Legislação Ambiental da Lagoa do Abaeté por Diploma Legal, Data, Assunto e Instância de Poder. Fonte: SEPLAM/COMEA – SCOIMAM, Estudo Legislação Ambiental. Salvador, 2005.

⁷⁹ No auge do domínio carlista na Bahia, o governo da capital, quando ocupado pela oposição, enfrentou, impotente, a forte 'concorrência' do governo do Estado, que transformou a Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER, órgão de planejamento da Região Metropolitana de Salvador, numa espécie de 'super-prefeitura' que atropelava a ação municipal.

Num dos períodos de conjunção carlista entre os governos do Estado e do Município, foram realizadas obras de “revitalização da área, contemplando a retirada de moradias impróprias e ordenando o uso do solo na região, limitando o índice de ocupação naquela região e, conseqüentemente, a impermeabilização de extensas áreas” (PDITS, 2003, p.249). Em 1993 são inauguradas as obras de urbanização do Parque Metropolitano do Abaeté, “um importante pólo de lazer ecológico” constituída de um “Centro de Atividades”, com lanchonetes, restaurantes e lojas de artesanatos, a “Casa das Lavadeiras” (“uma iniciativa para evitar a poluição da água”) e a “Casa de Música”, além de equipamentos distribuídos no entorno, como “*playgrounds*”, 17 quiosques para venda de coco e comidas típicas. A urbanização incluiu, também, a implantação de infra-estrutura viária de acesso ao Parque, com terminal de transporte urbano e estacionamento para visitantes, e trilhas pelas dunas para caminhadas.



Fotografias 29 e 30 – Intervenções urbanísticas em 1993; e Funcionários municipais delimitam o Parque, em meio às invasões.

Autores: Desconhecido (29) e Agliberto Lima (30).

Data: [199-?] (24); 1986 (25)

Fonte: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=ABAETE&p=PARQUES> (29) e Arquivo Histórico Municipal de Salvador (30).

Influenciada pelo modelo do “planejamento estratégico, importado de Barcelona”⁸⁰, a política urbana de Salvador no período caracterizava-se pela “estratégia de promoção de uma imagem positiva [...] por meio da revalorização de seus espaços públicos” (SERPA, 2006, p.11), de que as intervenções urbanísticas no Parque do Abaeté são um bom exemplo. Do ponto de vista arquitetônico-urbanístico, as intervenções vão construindo cenários para o espetáculo, materialidades banalizadas que dão suporte às estratégias de *marketing*, conforme o ‘modelo Barcelona’ (Serpa, 2006). Neste sentido, a estética dessas

⁸⁰ “A cidade catalã tornou-se uma referência para o mundo, pela capacidade de atrair um evento de porte como os Jogos Olímpicos de 1992, o que contribuiu para a elaboração e implantação de seu plano estratégico. Esse modelo aposta na criação de holdings, consórcios ou empresas mistas para executar ações de desenvolvimento urbano. Tanto a requalificação como a adoção de espaços públicos por empresas privadas segue a lógica da visibilidade e da expectativa de retorno por meio da propaganda e do marketing”. (SERPA, 2006, p.15).

'arquitecturas' como as edificações do Parque do Abaeté evidencia sua característica de *não-lugar* (Augé, 1994) e seu viés mercadológico: "o parque confere 'identidade' ao espaço urbano, é uma 'imagem' a ser exibida e consumida como qualquer outra mercadoria" (SERPA, 2006, p.15).



Fotografia 31 – Detalhe de imagem de satélite em que se vê a região de Itapuã.
Autores: NASA.
Data: 2009.
Fonte: Google Earth.

Considerando algumas das questões aqui discutidas, a complexidade e a heterogeneidade dos âmbitos envolvidos na análise (e gestão) de uma Área de Proteção Ambiental como a do Abaeté, são evidentes. O fato de estar encravada no espaço urbano, sem zonas de amortização dos impactos gerados principalmente pelo crescimento demográfico, representa um aspecto complicador para a sua preservação, a que se soma a cobiça do mercado imobiliário – como atestam os loteamentos dispersos sobre as dunas. No entanto, o sítio da Lagoa do Abaeté resiste porque desempenha papel fundamental na formação da identidade local.

3.3 IMAGENS DO LUGAR E INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICAS

Um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação do grupo.
Kevin Lynch, 1999.

A cidade (e seus sítios particulares) evoca imagens, que são construções de memória, originárias de diversas fontes: experiência concreta dos sujeitos em ruas e lugares, narrativas encontradas em textos escritos (literatura, cartas de viajantes, letras de música, documentos históricos, descrições turísticas...), em textos iconográficos (desenhos, pinturas, fotografias...) e em outras fontes representacionais (mapas, filmes de cinema, propaganda etc.).



Fotografia 32 – Vista aérea da Lagoa do Abaeté.
Autor: Carlos Casaes.
Data: [198-?].
Fonte: Arquivo Jornal A Tarde (<http://www.atarde.com.br/fotos/index.jsf;jsessionid>).

Tais construções se constituem como recortes, representações parciais e reduzidas, tanto no momento de sua produção, por cada autor original das fontes, quanto na imagem mental resultante para cada indivíduo: a cidade será sempre maior e mais complexa do que as imagens de referência que dela brotam. Como observa LYNCH (1997, p. 2), “na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza”.

As representações pictóricas adquiriram, na sociedade contemporânea, um apelo consideravelmente mais intenso e recorrente do que textos em outras linguagens, devido ao

caráter extremamente visual da sociabilidade moderna. A representação e o descolamento ininterrupto do real, produzidos continuamente pelo império visual que tomou conta da vida das pessoas, resultaram também influenciando as formas de vivência turística e de experiência de viagem: cada vez mais as pessoas visitam novos lugares apenas para construir álbuns de imagens recortadas subjetivamente por cada indivíduo. É a *sociedade do espetáculo*, conceituada e analisada por Guy Debord na década de 1960, levada crescentemente ao extremo pela ideologia capitalista pós-moderna.

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. (DEBORD, 1997, p. 14-15).

Quando tratamos de lugares turísticos, estas questões se tornam ainda mais complexas. Por um lado, as construções imagéticas da cidade, tomando o lugar do real, têm um caráter *parcial* (são sempre recortes, fragmentos), *simplificado* e *subjetivo* (representam as seleções do sujeito produtor, a partir de uma visão de mundo e de um lugar discursivo que dizem respeito a sua situação econômica, cultural e social). Possuindo também uma *intencionalidade*, servem a muitos propósitos: recordações, estabelecimentos de auto-imagens de referência, vários registros (de presença, de circunstância, de existência), propaganda, denúncia, dentre outros. Neste sentido, revelam também a possibilidade de agirem de forma ideologizada, impedindo a apreensão das coisas como elas realmente são, interferindo na visão crítica e interpondo-se entre os sujeitos e a realidade.

Por outro lado, é inegável a eficácia das imagens na produção de vínculos simbólicos com a cidade e seus sítios, permitindo também que certos ambientes urbanos sejam percebidos como lugares *únicos* e *especiais*, atuando, assim, na produção de identidades espaciais que, além de servirem de apelo ao consumo turístico (função de 'atratividade' dos destinos), servem também de orientação simbólica e efetiva para seus moradores.

Um cenário vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação de grupo. [...]

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. (LYNCH, 1997, p. 5).

A paisagem apropriada pelo turismo é alvo constante de interferências urbanísticas que buscam modelar os espaços para que possam funcionar melhor como objetos de consumo, transformando, constantemente, cenários e sítios em mercadoria a ser vendida.

O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*. (DEBORD, 1997, p.112).

As remodelações dos lugares, constantemente eivadas pelas determinações do mercado, podem interferir na sua própria identidade de referência, gerando descaracterizações severas que poderão, inclusive, comprometer a existência e a permanência dos elementos primordiais que serviram de fator de 'atração' para o desenvolvimento da atividade turística. As determinações de mercado, estando circunscritas a modelos temporários e a *designs* descartáveis, podem ser impostas sobre elementos chave da teia simbólica local que impregna de significados culturais⁸¹ e ambientais os sítios, destituindo-os, neste processo, de sentidos importantes que operam na configuração dos vínculos de pertencimento.

A criação dessas novas paisagens para o consumo turístico toca em uma delicada questão: até que ponto tais empreendimentos contribuem para a manutenção e sobrevivência da paisagem e da cultura local? E ainda mais: qual o limite a ser imposto entre o "real/autêntico" e o "imaginário/falsificado"? (LANCI DA SILVA, 2004).

As alterações nos sítios urbanos a partir de intervenções arquitetônicas e urbanísticas motivadas e voltadas para o planejamento turístico podem, assim, resultar desfigurando a imagem da cidade – ou de seus sítios particulares -, enquanto representação de sua identidade, que se agrava com a tendência à uniformização das paisagens urbanas guiadas por um modelo massificado de turismo.

As imagens de referência da Lagoa do Abaeté enquanto construções simbólicas e mnemônicas nascidas do contato com a paisagem em si e das representações artísticas públicas⁸² (músicas de Caymmi, pinturas de Pancetti etc.), fazem com que a "aura" do lugar continue a emanar elementos que possam fazer convergir interesses diversos, ampliando as perspectivas de expandir o "turismo de variedade", considerado aqui como alternativo ao modelo padrão.

A cidade está em contínua transformação. As intervenções arquitetônicas imprimem novas imagens ao sítio urbano e, conseqüentemente, aos produtos turísticos a ela associados. Para LANCI DA SILVA (2004), "espaço e território são transformados para realçar aspectos visuais que correspondam aos anseios dos turistas de fruição de belas paisagens". Entretanto, tais processos nem sempre ampliam as potencialidades de beleza dos lugares turísticos, podendo mesmo atrapalhar tal fruição. E isso acaba tornando necessária a associação do lugar não com os novos elementos nele construídos, mas sim com imagens históricas de referência, mais associadas com o passado de referência da paisagem.

⁸¹ "A cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular". (DEBORD, 1997, p. 126)

⁸² Segundo LANCI DA SILVA (2004), "se, por um lado, as representações 'reificam' a cidade, por outro elas provêm de uma percepção instantânea da realidade, e isto também é válido para representações artísticas".

As novas faces da vida urbana também apresentam, nos lugares, desconfigurações que se originam no crescimento desordenado, na expansão imobiliária e nos processos históricos decorrentes do modelo capitalista de desenvolvimento. Desde a década de 1960, DEBORD (1997, p.174) já apontava para o transbordamento contínuo das cidades, processo “diretamente regido pelos imperativos do consumo”. E dizia ainda que “o momento presente já é o da autodestruição do meio urbano”, e que “a organização técnica do consumo está no primeiro plano da dissolução geral que levou a cidade a se *consumir a si mesma*” (grifo do autor).

As paisagens das destinações turísticas, quando inseridas em grandes cidades – como é o caso do Abaeté -, sofrem mudanças pelos processos regulares da dinâmica urbana e pelas intervenções da *turistificação*. Tais interferências podem, em alguns casos, de fato, gerar melhorias na qualidade da vida do lugar, mas podem também, como aconteceu na Lagoa do Abaeté, descaracterizar suas particularidades, pelos efeitos nocivos da uniformização dos modelos únicos.

No caso da cidade de Salvador, um exemplo que pode ser dado da devoração do sítio urbano pelas determinações do mercado e do consumo é a aprovação do novo gabarito para a orla marítima com a aprovação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, em 2008, que, motivado pelos interesses das empresas imobiliárias e suas agendas político-institucionais, gerará, seguramente, conseqüências negativas à afabilidade do sítio urbano, comprometendo a ventilação, o ensolejamento, a visibilidade e outros elementos que afeta a qualidade de vida na capital baiana. Seguramente a cidade adquirirá novas faces decorrentes da implementação do novo gabarito, com conseqüências futuras nefastas sobre a fruição, a afabilidade e a beleza do lugar.



Fotografias 33 e 34 – Lagoa do Abaeté.
Autor: Reinaldo Brito (33) e Desconhecido (34)..
Data: s/d
Fonte: http://lagoaescura.vilabol.uol.com.br/abaet_idx.html.

Há um caleidoscópio de fragmentos de inúmeras imagens operando, nos dias atuais, sobre uma destinação turística. Às fotos e aos detalhes disponíveis na internet, somam-se elementos provenientes de narrativas sobre o lugar, de descrições de outros visitantes, de

notícias disponíveis nas mídia jornalísticas, de folhetos e prospectos turísticos, além daqueles originados dos símbolos e significados a eles associados (música, literatura, pintura etc.). Banalizadas, manipuladas pelas propagandas e homogeneizadas pelo padrão único do mercado, raramente esta profusão de imagens e de representações - que invadem a cena da vida contemporânea - coincidem com o real.

A produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedade externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de *banalização*. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado [...] devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. (DEBORD, 1997, p.111).

Para que se evitasse a pasteurização, a perda de identidade e da qualidade do lugar, ditados pelo mercado e pelos modismos dos padrões homogeneizadores do turismo, o cuidado com a paisagem deveria ir além de aspectos urbanos e funcionais. Necessitaria incluir perspectivas simbólicas e ambientais importantes para o melhor desenvolvimento de outra visão sobre o turismo, mais complexa e ampliada, que fosse constituída por mosaicos de territórios e identidades e guiada pela pluralidade do lugar.

mesmo que um território dado, por menor que ele seja, nos pareça homogêneo em sua cultura, em sua história e em sua estrutura econômica, quanto mais se pratica a imersão ou toda forma de conhecimento do seu interior, mais se dará conta de que ele recepta também sua diversidade endógena que herda de seus intercâmbios com o mundo exterior. Resumindo, uma identidade regional é ao mesmo tempo única e múltipla, estando aberta ao resto do mundo. (ZAOUAL, 2008, p.5).

Seria sensato se as intervenções urbanísticas não fossem balizadas por estéticas mercadológicas momentâneas. Os equipamentos urbanos no entorno da Lagoa do Abaeté revelam, em sua inadequação, os riscos que se correm quando a intervenção é feita sem critérios dialógicos.



Fotografias 35 e 36 – Equipamentos turísticos / Abaeté.

Autor: Orlando J. R. de Oliveira.

Data: 2008.

Fonte: Pesquisa de Campo

Neste sentido, o enfoque da prudência requer também que se opte por aspectos de longo prazo, evitando-se a descaracterização das singularidades da paisagem (a alma do lugar) com obras circunstanciais que, obedecendo a critérios externos ao sítio, resultam

empobrecendo a imagem de referência do lugar e a própria paisagem, embora sejam feitas para dar suporte ao turismo.



Fotografias 37, 38 e 39 – Comércio de *souvenir* no Centro de Atividades do Parque do Abaeté.
Autor: Orlando J.R. de Oliveira.
Data: 2008.
Fonte: Pesquisa de campo.

Torna-se preciso, assim, articular o princípio da prudência no planejamento arquitetônico e urbanístico em sítios e paisagens relacionados à natureza e à cultura, ao serem apropriadas pelo turismo, a fim de não desconfigurá-las, nem às suas imagens simbólicas de referência, sejam comunitárias, artísticas ou públicas.

A cultura de valorização de objetos descontextualizados da dinâmica social e o consumo da natureza mistificada constituem também aspectos significativos das relações sociais estabelecidas nos lugares turísticos. Como bem observou Michael Hough, o turismo pode contribuir para a proteção e a manutenção do caráter regional, mas quando valores sociais e ambientais estão ausentes a diversidade da paisagem cultural é degradada e o que poderia ser um lugar especial torna-se um lugar qualquer, sem identidade. (LANCI DA SILVA, 2004).

As imagens mentais construídas sobre uma destinação turística estão vinculadas ao interesse que o lugar desperta no turista. Os turistas criam, estabelecem e constroem imagens mentais sobre os lugares, a partir das motivações que guiam suas escolhas sobre os mesmos. Este processo de seleção dos destinos com base nas imagens de referência disponibilizadas aos viajantes implica, sobremaneira, a definição dos sentidos de sua viagem: além do lugar escolhido, as paisagens e imagens de referência que querem visitar.

O contexto socioeconômico e cultural de origem do sujeito-turista interfere também no lugar discursivo que ele ocupa quando seleciona os destinos de suas viagens e também quando se insere em um dos padrões de consumo turístico. Associações clássicas ligadas às destinações turísticas se incorporam às novas tendências críticas expressas pelo turismo alternativo (de variedade, cultural, de natureza etc.). Podemos compreender estes aspectos no depoimento de uma guia turística com experiência de mais de vinte anos na atividade, sobretudo com grupos de europeus que visitam a Bahia:

O meu cliente não vai vir, pelo menos numa primeira vez, à Bahia ou ao Brasil, ele vai vir a Salvador. Eu trabalho a maior parte com franceses. Então, o que eu constato no campo, no cotidiano, no dia a dia é que Salvador continua aos olhos do francês, aquela mágica Cidade da Bahia. Quanto mais ele tem informação, quanto mais é escolarizado, quanto mais tem dinheiro, mais vai adorar tomar um trem, parar em Plataforma [subúrbio pobre de Salvador], comer no Boca de Galinha [restaurante popular], ou

visitar os lugares simples onde o cotidiano das pessoas daqui aparece. A classe média alta ou o novo rico brasileiro não entende como é que um europeu chega aqui e vai visitar a Feira de São Joaquim. É tão engraçado a gente ser o intérprete de dois mundos, duas culturas, dois olhares, pedir a um estrangeiro que ele relativize o olhar. Você mostrar um fruto de caju a um europeu, aquilo é uma atração em si! (Lise Ane Silvany / Guia / Salvador, 2008).

Há, portanto, uma sobreposição de imagens de referência atuando sobre a imaginação do viajante ao se deparar com os lugares que escolheu visitar. Elas se originam em diferentes fontes simbólicas, e são confrontadas com a experiência real da visita. Este referencial imagético previamente estabelecido pelo turista sobre a destinação escolhida pode funcionar como uma motivação importante nas decisões sobre a viagem, principalmente para o turismo de massa.

Os aspectos que interferem na escolha dos destinos, preferências de gosto e criação de repertórios visuais indicam que a opção por ações estratégicas, pontuais e de resultados mais imediatos sobre o espaço urbano e paisagem é adequada ao perfil do turismo de massa. [...] O contato do turista com a localidade visitada em uma viagem de lazer é efêmero e superficial, e raramente se estabelece um vínculo permanente com o lugar. (LANCI DA SILVA, 2004).

Os mecanismos mais modernos de distribuição, divulgação e consumo de imagens turísticas são constantemente ampliados: agora já se podem ver, pela internet, com detalhes surpreendentes, certos lugares turísticos. E esta antecipação imagética não diminui o interesse pela viagem, ao contrário, pode mesmo fomentá-lo. A internet e os novos programas de navegação paisagística – como o *Google Street View*, por exemplo – têm levado ao extremo a antecipação paisagística do folheto turístico.

A padronização e a massificação urbanística e arquitetônica dos lugares turísticos decorrem da adoção indiscriminada de modelos exógenos e modismos que não dialogam com os sítios e seus determinantes particulares, gerando crise no setor turístico, apesar de muitas intervenções terem sido planejadas para ampliar a 'atratividade' do espaço turístico. Afinal, para que haja uma satisfação das expectativas geradas, entre os visitantes, é preciso que haja uma correspondência mínima entre as imagens prévias idealizadas e a paisagem encontrada e vivenciada na experiência turística⁸³.

Na medida em que as intervenções urbanísticas e arquitetônicas implementadas não dialogam com as dinâmicas e as especificidades locais, muitas destas intervenções resultam interferindo negativamente sobre a paisagem, apesar de se orientarem inicialmente pela motivação da valorização turística do espaço local.

⁸³ Segundo CHOU e ANDRADE (2006, p.20), "A construção da imagem do destino é um aspecto complexo, já que é determinada tanto pelas ações comunicativas como pela percepção que se tem do produto em si. Contudo, escolhida a destinação, torna-se fundamental a manutenção da imagem dos destinos turísticos para a satisfação das expectativas geradas".

Para tornar-se sempre mais idêntico a si mesmo, para se aproximar ao máximo da monotonia imóvel, o *espaço livre da mercadoria* é doravante modificado e reconstruído a todo instante. (DEBORD, 1997, p. 166).

No caso da Lagoa do Abaeté, os equipamentos para recepção dos visitantes são interferências arquitetônicas que afetam a estética daquela paisagem cantada por Caymmi, pois a *lagoa escura arrodada de areia branca* ganhou edificações que poderiam estar em qualquer outro lugar, descoladas do ambiente em que estão.



Fotografia 40 – Casa das Lavadeiras / Abaeté.
Autor: Orlando J. R. de Oliveira.
Data: 2008.
Fonte: Pesquisa de campo.



Fotografia 41 – Bar na Lagoa do Abaeté.
Autor: Orlando J. R. de Oliveira.
Data: 2008.
Fonte: Pesquisa de campo.

A Lagoa do Abaeté, inserida no contexto simbólico de Itapuã - um sítio comunitário, uma paisagem na acepção de Yázigi (2002), ou seja, a natureza apropriada e percebida social e culturalmente pelos *itapuanzeiros* –, teria sido melhor aproveitada para fruição e vivência das suas qualidades se fossem asseguradas as formas peculiares de vida do lugar (sociais e ambientais), ao invés de transformá-las mediante intervenções de urbanização para o turismo. Na medida em que houve uma alteração visual da paisagem, provocada pelos equipamentos construídos no entorno da lagoa, na década de 1990, e pelos problemas inerentes ao crescimento urbano desordenado que alcançou contundentemente o entorno, fica comprometida a manutenção do caráter aprazível ímpar da Lagoa do Abaeté, que deveria ser o vértice básico de uma proposta turística planejada para longo prazo.

Aliás, há mesmo uma percepção disseminada, quando se toma o sítio urbano de Salvador como referência, da grande desfiguração de suas paisagens, que vêm perdendo rapidamente suas características particulares, afastando-se das idealizações que conformaram suas representações históricas como um lugar aprazível e cordial, em que as relações sociais se dão de uma maneira própria (o “jeito baiano”). Na concretude da realidade local de Itapuã/Abaeté, os produtos turísticos são também afetados pelas externalidades decorrentes do padrão de desenvolvimento urbano recente de Salvador (exclusão social, poluição, impactos ambientais, violência etc.), além daquelas descaracterizações criadas pelas intervenções físicas no lugar.

No processo de mercantilização turística das cidades e da manipulação imagética visando ao consumo das paisagens tomadas, assim, como produto e mercadoria, duas tendências recorrentes e inter-relacionadas são observadas. A primeira relaciona-se a uma ênfase total das belezas e dos predicados (naturais, culturais, históricos etc.) reconhecidos ou imputados ao lugar, que passam a ser destacados, realçados ou mesmo inventados. A segunda orienta-se para o silenciamento, a camuflagem e a negação das mazelas e dos problemas existentes, com a remoção dos elementos ‘indesejáveis’, sem que a isso corresponda uma resolução efetiva e justa dos mesmos, como aconteceu no Pelourinho. Aqui, o chamado “*city marketing*” se associa à espetacularização da cidade de maneira ideológica, buscando mascarar a realidade – construindo sobre ela cenografias paradisíacas artificiais -, e afastar o possível olhar crítico sobre os efetivos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos que se revelam no sítio urbano e em “desumanidades”.

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, “a expressão da separação do afastamento entre o homem e o homem”. (DEBORD, 1997, p.138)

Assim, de maneira melancólica e gradual, percebemos que as imagens reais da Lagoa do Abaeté vão deixando de corresponder às suas imagens idílicas ancoradas histórica, social e culturalmente, enquanto são negados, escamoteados e não resolvidos os problemas efetivos que o lugar enfrenta: violência urbana, perda da biodiversidade, redução no nível de água da lagoa, contaminação do lençol freático, desmatamento, extração da flora endêmica, extração de areia, impermeabilização crescente do solo no entorno ou invasões urbanas no perímetro da APA. O turista, então, quando vai visitar o sítio, encontra uma deturpação da expectativa imagética criada previamente: ao invés de natureza rica e paisagem específica, encontra ambiente impactado e empobrecido, perigoso e violento, repleto construções irregulares e de lixo, além de despersonalizado pela banalidade urbanística dos modelos globalizados.

Ao invés do bucólico jeito de ser e da tranqüilidade sugeridos pelas narrativas e construções simbólicas sobre o sítio, encontra-se violência urbana, excesso de barulho, risco de assalto; ao invés da sacralidade esperada do lugar, depara-se com um ambiente poluído e vulgarizado pela mercantilização generalizada, que, paradoxalmente, acaba por excluir a paisagem do roteiro turístico. A Lagoa de Abaeté vai deixando, assim, de compor os roteiros turísticos de referência:

Eu não levo o meu turista para ver o Abaeté. Se algum dia vier num programa meu a orientação expressa de visita *obrigatória* ao Abaeté, aí eu tenho que obedecer. O que é que vou mostrar do Abaeté? Eu vou pegar o meu turista e vou para a beira da Lagoa, mando ele tirar o sapato e vou contar a lenda indígena e vou refletir sobre o problema. É assim que eu mostro minha cidade. (Lise Ane Silvany, trabalho de campo, 2008).



Fotografia 42 – Lagoa do Abaeté.
 Autor: Romildo de Jesus.
 Data: s/d.
 Fonte: Agência A TARDE.

As identidades culturais coletivas e individuais também deveriam ser consideradas ao se planejar intervenções arquitetônico-urbanísticas em ‘lugares’ turísticos que, tal como a Lagoa do Abaeté, também fazem parte da vida cotidiana da população residente, inseridas que são em um contexto urbano e sociocultural particular. Afinal, não são apenas os elementos da natureza que atraem os visitantes. Antes – e prioritariamente -, são as representações simbólicas imateriais singulares associadas aos aspectos físicos da paisagem, ou seja, a alteridade, a diferença, que compõem a ‘atratividade’ turística de cada lugar e, em particular, do Abaeté. É a identidade cultural do lugar que impregna de sentidos o sítio do Abaeté, tornado símbolo de um modo de vida local que foi incorporado como patrimônio turístico pela ação das políticas públicas.



Desenho 13 – Abaeté.
 Autor: Carybé.
 Data: 1983.
 Fonte: <http://www.bolsadearte.com/cotacoes/carybe.htm>.



Desenho 14 – Abaeté.
 Autor: Carybé.
 Data: [195-?].
 Fonte: TAVARES [196-?].

Esgarçando a teia de vinculações simbólicas, a imposição de modelos globalizados esvazia de sentido os lugares assim transformados, retirando-lhes sua aura, suas especificidades e desfigurando-lhes suas imagens de referência. A apropriação turística da

Lagoa do Abaeté produziu, nesta lógica, desconfigurações resultantes das intervenções urbanísticas que, associadas aos problemas da ocupação urbana desordenada no seu entorno. Resultaram impactando negativamente tanto o meio ambiente quanto a própria atividade turística.

Nós temos problemas sociais gravíssimos [...], o Abaeté é ilustrativo disso. Tem, por exemplo, a favelização do Abaeté. Ali você encontra todos os problemas ambientais que vieram em decorrência desses problemas, depois você ainda tem a maquiagem horrorosa que o Carlismo fez ao Abaeté. Ou seja, eu não levo o meu turista para ver o Abaeté. (Lise Ane Silvany, trabalho de campo, 2008).



Fotografia 42 – Casa das Lavadeiras / Abaeté.
Autor: Orlando J. R. de Oliveira.
Data: 2008.
Fonte: Pesquisa de campo.



Fotografia 43 – Equipamento Turístico / Abaeté.
Autor: Orlando J. R. de Oliveira.
Data: 2008.
Fonte: Pesquisa de campo.

Encontramos, aqui, uma referência a um dos mais sérios problemas da APA do Abaeté: as invasões urbanas, tanto aquelas decorrentes das ocupações irregulares coletivas nas áreas das dunas quanto aquelas promovidas pela especulação imobiliária. Este é problema chave para a manutenção da natureza local e preservação do Abaeté:

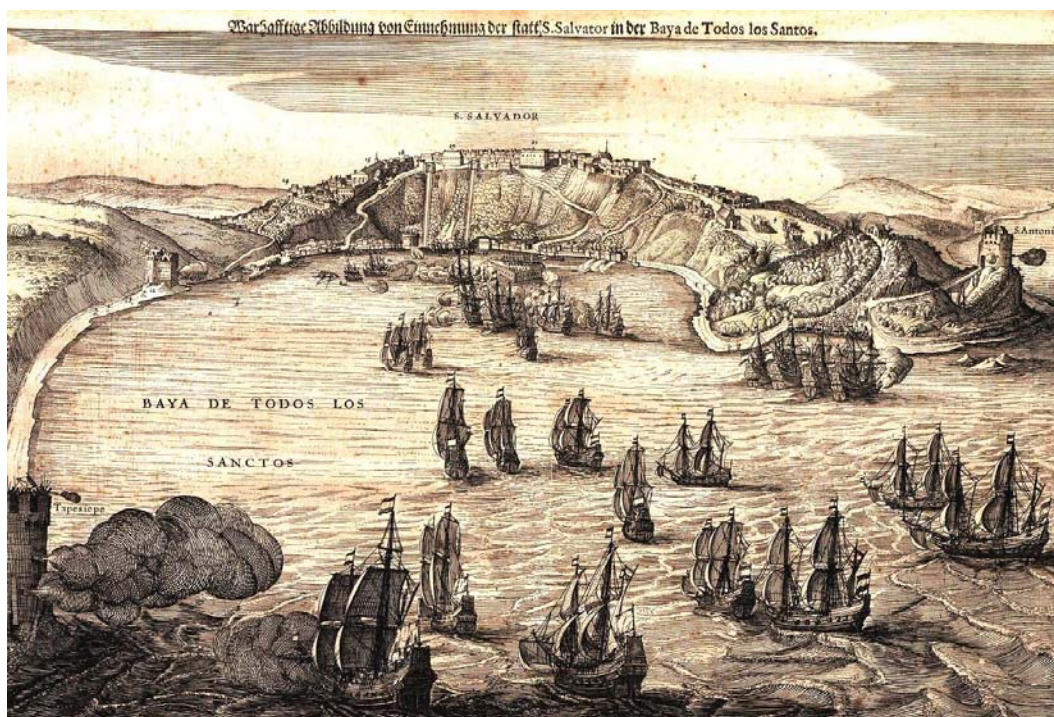
Nosso maior problema mesmo na preservação do Abaeté é na área de fiscalização quanto à especulação imobiliária e às invasões. É o nosso grande e principal problema. (Indira Niara, gestora da APA do Abaeté, em entrevista da pesquisa de campo, 2008).



Fotografia 44 – Invasão urbana na Lagoa do Abaeté.
Autor: Fernando Vivas.
Data: 14/05/2008.
Fonte: Arquivo Jornal A Tarde.

3.4 URBANIZAÇÃO, DESIGUALDADE E INVASÕES EM SALVADOR E NO ABAETÉ

Desde a sua fundação, em 1549, a cidade do Salvador acumulou, historicamente, diferentes funções, que interferiram continuamente na organização de seu sítio urbano. Sendo um dos núcleos urbanos mais antigos do Brasil, primeiramente desempenhou uma função defensiva, constituindo-se como fortificação estratégica de controle e defesa do território conquistado pelos portugueses, no início do período colonial.



Gravura 1 – Warhaftige Abbildung von Einnahme der Stadt S. Salvador in der Baya de Todos los Santos (Gravura verdadeira da tomada da cidade São Salvador da Baía de Todos os Santos).

Autor: Desconhecido.

Data: Século XVII.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Edificada intramuros em colinas dos trechos mais altos do continente na larga baía de Todos os Santos - que oferecia condições de abrigar grandes embarcações -, a cidade, margeando o mar e dispendo de ambiente físico-natural propício (abundância de água e terras férteis em seu entorno), tornou-se, assim, um abrigo peninsular e uma cidade portuária, estendendo suas funções também às administrativas.

Resultado da ação direta dos colonizadores portugueses durante o processo de desbordamento e mundialização da cultura europeia, a Cidade da Bahia teve como agente principal, em sua formação, a dupla associação entre o Reino de Portugal e a Igreja Católica (esta com relevante papel na organização do espaço urbano), estruturando-se a partir do crescimento da economia mercantil dos séculos XVI e XVII.

Durante os quatro séculos de duração do ciclo agrícola-mercantil, uma boa parte da população regional morava fora da cidade, localizando-se nos engenhos e demais áreas de produção. Até o século XVIII, os demais núcleos urbanos da região compreendiam pequenos entrepostos para

escoamento dos produtos agrícolas, vilas e arraiais constituídos em locais de concentração dos engenhos, localizados, em sua maioria, na costa e próximos aos rios navegáveis que se lançam à Baía de Todos os Santos.

[...] Comunicavam-se com Salvador basicamente através de transporte flúvio-marítimo, além dos precários caminhos de boiada pelas cumeadas, no interior da região. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.82).



Gravura 2 – Salvador.

Autor: Friedrich Salathé.

Data: Século XVIII.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Gravura 3 – Vista da Cidade de S. Salvador.

Autor: Friedrich Salathé.

Data: Século XVIII.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

A numerosa população indígena, à época da fundação da cidade, ocupava também os arredores, em aldeias que, com o tempo, foram paulatinamente sofrendo a ação colonizadora, mediante os aldeamentos administrados por religiosos, ou aniquiladas pela guerra ao gentio.

Os índios foram concentrados em algumas aldeias em torno da cidade, mas seu número foi reduzido drasticamente: Anchieta, em 1583, informou que, em 20 anos, das 40.000 almas reunidas pela ordem na Bahia, restavam apenas 3.500 índios. (VASCONCELOS, 2006, p.22)

A implantação da economia açucareira (ainda no século XVI) fez surgir, nos arredores da cidade, os engenhos, intensivos em mão-de-obra escrava, trazendo à cena a forte presença dos negros, o que, desde então, tem sido uma marca distintiva na formação da população local. A vida urbana, durante os séculos seguintes, passa a depender fundamentalmente do trabalho escravo, responsável pela resolução de todo um conjunto das necessidades dos habitantes da cidade⁸⁴.

Os escravos rurais habitavam as senzalas, na típica configuração brasileira da sociedade do açúcar, sob rígidas formas de dominação e controle. No entanto, quando se tratava de escravos urbanos, a situação era diferente. Os escravos domésticos costumavam residir junto a seus senhores, enquanto que os escravos “de ganho” podiam residir em

⁸⁴ GOMES (1990, p. 9), afirma que “a vida na cidade era fundamentalmente tributária da presença do escravo, que assegurava o transporte de pessoas e mercadorias, o abastecimento de água, o escoamento de dejetos, o abastecimento alimentar, a limpeza urbana, a iluminação e o próprio funcionamento interno das habitações”.

separado, longe do controle dos proprietários. Havia, portanto, uma diferença singular na existência cotidiana dos “de ganho”, pois desfrutavam de relativa “autonomia”, com a possibilidade maior de administrar seu tempo, podendo circular pela cidade e, constantemente habitar espaços diferenciados, como porões, “lojas”, cortiços e barracos construídos na periferia⁸⁵. De forma geral, outras localidades nas contigüidades mais distantes da cidade também passaram a servir de habitação àqueles que conseguiam fugir do sistema escravocrata: as comunidades agro-bélicas dos quilombos, que, a partir do século XVII, começam a surgir como fruto da resistência histórica à escravidão⁸⁶.



Desenho 15 – Fishman's Hut, Bahia.
Autor: Maria Graham.
Data: 1821.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Com o desenvolvimento das atividades agrícolas em suas cercanias, principalmente àquelas ligadas à economia do açúcar, das funções administrativas da cidade e das atividades portuárias e mercantis (crescimento das exportações de açúcar, madeira, tabaco e outros produtos regionais), o espaço urbano foi sofrendo novas interferências e expandindo progressivamente a ampliação do solo ocupado, dobrando sua população ao longo do século XVII, passando de 8 mil habitantes para mais de 15 mil (Gordilho-Souza, 2008). Na virada do século, atinge cerca de 40 mil pessoas, cujo controle sobre a população era feito pela igreja católica, mediante a função de registro (seja pelo batismo, casamentos ou óbitos, seja pelos censos e recrutamentos) exercida pelas paróquias.

O sítio urbano também se organizava em função da Igreja, ela própria grande detentora de terras, sendo a cidade dividida em “freguesias”, sediadas por uma igreja matriz e assistidas por um pároco. De maneira geral, estas freguesias resultaram definindo,

⁸⁵ Para GOMES (1990, p.10), a “autonomia” do escravo urbano, desconhecida do escravo rural, “lhe permitirá, inclusive, viver fora da vista e, conseqüentemente, do controle imediato de seu senhor”.

⁸⁶ Segundo VASCONCELOS (2006, p.22), “quilombos já teriam sido detectados em 1575 na orla atlântica e outro foi destruído no Rio Vermelho em 1632”.

posteriormente, a configuração dos bairros na cidade. Os novos perímetros da expansão da cidade eram acompanhados pelo surgimento de novas freguesias, permanecendo a atuação da Igreja no controle e na definição de parâmetros de uso e ocupação do solo. A produção agrícola no entorno da cidade foi incentivada nos primeiros séculos, frente à carência de alimentos, mas o uso da terra era controlado pelo poder público, no que dizia respeito às restrições de plantios e à exploração dos recursos naturais⁸⁷ (Azevedo, 1969).



Gravura 4 – Igreja de Bomfim a Bahia.
Autor: Hubert Clerget.
Data: Século XVIII.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.



Gravura 5 – A Barra, Igreja St. Antonio.
Autor: Ernest Jaime.
Data: Século XVIII.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O ritmo do crescimento demográfico urbano manteve-se relativamente constante, praticamente se duplicando a cada cem anos, até o século XIX⁸⁸, quando várias mudanças ocasionaram a intensificação do comércio, o crescimento das exportações e a diversificação das atividades econômicas (como o surgimento das primeiras fábricas e manufaturas), gerando também um significativo aumento populacional de Salvador, que passa de 60 mil (1800), para mais de 200 mil no final do século⁸⁹. Ainda sob o regime escravocrata, havia uma forte concentração de renda nas mãos de poucas famílias mais abastadas, e a grande parte da população urbana era formada por pessoas pobres. Alguns relatos de estrangeiros comentam a situação de pobreza e a penúria da habitação da população:

A classe mais baixa, constituída de soldados, mulatos e negros, vive em choças cobertas de telhas e sem forro, dotadas de uma única janela de rótula [contrabandista inglês Lindley, em Salvador entre 1802 e 1803].

Quando se percorre os arrabaldes e os bairros retirados, causa admiração ver ali o formigar de uma imensa população de brasileiros livres, aglomerados em casinhas miseráveis. Toda essa gente vive de quase nada e anda pouco vestida [Tollenare, comerciante francês, na Bahia em 1817].

(apud VASCONCELOS, 2006, p.24)

⁸⁷ A definição de alvarás e licenças era regulada pelas “posturas”, normas municipais definidas pelas Câmeras que complementavam as Ordenações que vinham do Reino de Portugal e que tratavam genericamente da disposição física das cidades.

⁸⁸ “Até o início do século XIX, as atividades econômicas e administrativas exigiam uma relativamente baixa concentração populacional, já que era na zona rural, nos engenhos e fazendas, onde se produziam as riquezas básicas e, portanto, onde se localizava a maior parte da mão-de-obra e a população em geral”. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.86).

⁸⁹ A população de Salvador, pelo censo de 1872, constava de 129.000 habitantes, sendo que 68,9% eram negros e mestiços e 12% eram escravos (Vasconcelos, 2006).

A presença negra (entre escravos e libertos) na cidade já era um marco distintivo, o que muito chamou atenção dos estrangeiros. No que diz respeito à moradia, a pobreza das suas habitações também era alvo de atenção nos registros de viajantes e cronistas, como nas descrições semelhantes de Maria Graham (1821) e do vice-cônsul Wetherell (1855):

As cabanas dos pobres são feitas de estacas verticais com galhos de árvore trançados [...] cobertos e revestidos seja com folhas de coqueiros, seja com barro. Os tetos são cobertos de palha [Graham].

Os barracões dos pretos são dos mais primitivos... são feitos de canas de bambus entrelaçados com lianas flexíveis... o teto é coberto com folhas de palmeiras...; o assoalho é a própria terra batida [Wetherell].

(apud VASCONCELOS, 2006, p.24 e 25).

A segregação habitacional no sítio urbano vai configurando, nas primeiras décadas do século XIX, novas formas de morar na cidade, por meio de subdivisões de uma mesma edificação, com a proliferação de pequenos cubículos em velhos pardieiros ocupados pelos mais pobres, ocasionando assim a significativa densidade nas áreas centrais da cidade. Logo depois os sobrados do centro vão sendo cada vez mais subdivididos, multiplicando-se as pequenas unidades domiciliares, que darão origem futuramente aos cortiços, bem como pela construção de quartos e “puxados” nos fundos dos imóveis.

As formas de ocupação e de estruturação do espaço urbano para a moradia dos escravos, dos ex-escravos e da população mais pobre vão sendo marcadas pela uso intensivo das partes centrais da cidade e pela expansão progressiva de sua periferia.

Os sobrados de dois, três ou mais andares, perdendo sua anterior função de unidade habitacional, multiplicavam-se em várias unidades de negócio e residência, subdivididos desde o subsolo até o sótão. Às vezes, um pavimento ainda subdividia em “cômodos, “quartos” e “partes de andar” para serem alugados a diferentes inquilinos (SANTOS, 1990, p.25).

As muitas alterações urbanas que aconteceram ao longo do século XIX, como a implantação de novas vias de comunicação e de transporte, apesar de terem influenciado sobremaneira para a fluidez na circulação urbana, não trouxeram, entretanto, melhorias diretas na renda da população pobre, que continuava ocupando os pardieiros do centro e construindo seus casebres nas áreas mais afastadas do entorno da cidade.

Esse é o momento em que se inaugura uma infraestrutura urbana de impacto, relacionada aos transportes coletivos, e evidencia-se, de forma clara, o início de um outro processo de separação espacial da habitação. [...] O que agora se observa, emergindo no bojo dessas mudanças, é um novo tipo de segregação espacial, esboçada na separação de classes de renda na escala da cidade (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.88).

No seio desta pobreza, mais segregada e densificada, habitando áreas de infra-estrutura urbana precária, irrompem grandes epidemias, trazidas pelo movimento intensivo do porto, que assolam toda a província, agravando os problemas de higiene sanitária que já existiam (idem, p.90).

Nestes contextos mais carentes, em que uma infra-estrutura precária se articulava com adaptações habitacionais insalubres e rudimentares, a sociedade passou a enfrentar também sérios problemas de higiene sanitária, com vários surtos de febre amarela e cólera,

que devastavam a população, sobretudo as mais pobres. Frente às epidemias, medidas higienistas foram tomadas, adotando-se regras de controle sobre a saúde da cidade, agindo inclusive sobre cortiços e habitações insalubres. Inicia-se um processo de modernização urbana de cunho higienista, ao tempo em que ocorre um primeiro ciclo industrial.

Surgem novos tipos de habitação popular, as “vilas operárias” ou as chamadas “avenidas” de casas, coladas uma às outras, com instalações sanitárias coletivas e precárias, como uma alternativa adicional à moradia popular. Ao final do século XIX as formas de habitação popular se multiplicam, enquanto se afirma a tendência de espacializações na cidade⁹⁰.



Fotografia 45 – Casas nos Arcos da Montanha.
Autor: Pierre Verger.
Data: entre 1946 e 1948.
Fonte: Fundação Pierre Verger.



Fotografia 46 – Pelourinho.
Autor: Pierre Verger.
Data: entre 1946 e 1948.
Fonte: Fundação Pierre Verger.

Por outro lado, as elites locais, no esteio das atitudes dos comerciantes estrangeiros que afluíram à cidade na abertura dos portos, passaram a se instalar em chácaras e casarões em locais mais saudáveis e agradáveis (como a Vitória), distantes das aglomerações do centro.

A preocupação higiênica e a busca de ares mais salubres, naqueles tempos tão açodados pela presença constante de epidemias que atingiam mais duramente os bairros mais antigos e mais densamente povoados, foram seguramente motivos importantes para esse movimento de redistribuição espacial da população de Salvador (GOMES, 1990, p.11).

O adensamento do centro da cidade e o crescimento da população urbana resultaram também em novos processos de expansão sobre o sítio urbano, com a ocupação das áreas aprazíveis das paragens mais afastadas do centro por bairros residenciais para a população mais rica, e do aparecimento de novos bairros pobres, nos arredores imediatos da cidade. Assim, de um lado surgiram os palacetes e jardins da burguesia enobrecida, e, de outro, as

⁹⁰ “Para os mais pobres, não absorvidos na dinâmica da cidade, restava-lhes, como opção, edificar casebres nos arrabaldes, com características ainda rurais, subdividindo roças, ampliando núcleos de pescadores e densificando a ocupação de antigos quilombos, pressionando assim os espaços urbanos e periurbanos existentes, que ainda não estavam valorizados em termos fundiários”. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.94).

mais variadas modalidades residenciais pobres, como casebres e pequenas choupanas, construídas de taipa e cobertas de palha.

Se, durante o período colonial, as diferenças étnico-sociais se inscreviam no espaço urbano com menos clareza, havendo uma recorrente proximidade residencial entre os diferentes grupos, durante o século XX a divisão sócio-econômica espacial passa a ganhar contornos mais nítidos. A cidade se divide, então, num novo sistema de exclusões sociais, atrelados à condição de moradia extremamente diferenciada, que distanciava a qualidade de vida das classes mais altas, ocupantes dos novos bairros nobres, e população mais pobre, que se concentrava tanto nas áreas mais antigas e degradadas, buscando domicílio em pequenos espaços (casas de cômodos e cortiços), quanto em casebres e choupanas erguidos nas periferias. As reformas urbanas, inspiradas por um modelo europeu de urbanização, orientaram-se também pelo abandono da população de origem escrava:

Com a abolição, uma massa de ex-escravos se deslocou do campo em direção a Salvador, que, adicionando-se aos ex-escravos urbanos, levará a ampliação das casas de cômodo e cortiços nas áreas centrais e ao adensamento das áreas periféricas. (VASCONCELOS, 2006, p.26).

Na primeira metade do século XX, a periferia de Salvador sofre novos processos de ocupação, a partir também dos fluxos migratórios vindos do campo, com grandes contingentes de população mais pobre chegando à cidade. Em 1940 a população urbana chega a 290.443 habitantes. É deste período que datam as primeiras *invasões*, compreendidas como “movimentos de ocupação coletiva de população pobre, ocorridos à revelia dos proprietários da área” (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.95).

Novas medidas são adotadas para disciplinar o uso e a ocupação do solo⁹¹, e um novo tipo de produção habitacional surge, atrelado ao ideário moderno, com zoneamentos funcionais mais definidos. É a época do surgimento dos loteamentos para moradia, destinados tanto à classe média emergente quanto às classes mais pobres, configurando diferentes empreendimentos imobiliários que aceleram o processo de parcelamento do solo. As iniciativas de planejamento urbano definiam também diretrizes para a escolha de locais para as habitações populares, com novos regulamentos, inclusive estabelecendo critérios para a erradicação das habitações precárias, como mocambos, cortiços ou casebres.

Em meados do século XX, os novos processos de planejamento urbano que se delineiam⁹², apesar de se configurarem como novas (e mais efetivas) formas de se pensar a cidade, inspirados pela Carta de Atenas, (com sistemas funcionais de circulação, proposição de avenidas de vale, novas áreas de expansão, outros padrões de ocupação urbana etc.), não respondem, contudo, às demandas de solução para a questão da moradia da

⁹¹ O Código de Posturas do Município (Lei 1146, de 19-06-1926), editado em 1926, estabelecia 4 zonas para a cidade, cada qual com restrições e permissões de uso diferenciadas.

⁹² O grande marco é a implantação do Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade de Salvador/ EPUCS, em 1943.

população pobre, que passa, necessariamente, pelos sérios problemas de má distribuição de renda e pela ampliação da situação de pobreza de crescente contingente populacional⁹³.



Fotografias 47 e 48 – Cotidiano em Bairros negros da periferia de Salvador.
Autor: Pierre Verger.
Data: entre 1946 e 1948.
Fonte: Fundação Pierre Verger

Se, por um lado, é a estrutura econômica capitalista a base primeira da exclusão social, que se manifesta inclusive como segregação espacial no sítio urbano, por outro lado as intervenções públicas de regulação sobre o uso do espaço resultaram fortalecendo as divisões sociais expressas na ocupação do solo urbano, articulando-se também aos interesses dos investimentos do mercado imobiliário.

Entre 1940 e 1950, a população de Salvador cresce quase 50%, passando a 417.235 habitantes e trazendo sérios desequilíbrios no ordenamento do espaço urbano, ampliando sobremaneira a crise habitacional. Crescem, assim, as grandes invasões coletivas de terrenos ociosos alheios, públicos ou privados, funcionando como alternativas de abrigo e moradia para grande parcela da população pobre.

É, contudo, nos anos 1970 que ocorrem marcos importantes no processo de crescimento urbano da cidade de Salvador, sobretudo no que se refere à área de Itapuã, até então uma distante comunidade de pescadores e veranistas, desvinculada do perímetro propriamente urbano. Um destes fatores é o grande crescimento populacional, que atinge, em 1970, a marca de mais de um milhão de habitantes.

Outro marco diferencial é a implantação de um novo sistema viário, abrindo novas fronteiras urbanas, com grandes avenidas, novas rodovias inter-estaduais, fortalecimento do

⁹³ “Logo se verifica que o planejamento urbano e uma legislação urbanística não seriam instrumentos suficientes de desenvolvimento para enfrentar a segregação da pobreza no espaço. Mostram-se mais representativos para a valorização do mercado imobiliário moderno que então se instala, tirando vantagens da segmentação e da diferenciação de usos e configurações urbanas, com a criação de zonas de maior valorização”. (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.103).

sistema de aviação, implantação de sistemas de ferry-boat, além das mudanças dos equipamentos estaduais, transferidos então para os novos eixos dinamizados. A faixa da orla marítima se constituiu, então, como uma das principais zonas da expansão urbana, alcançando Itapuã e todo o seu entorno. Na década seguinte, a área da orla foi ocupada também na faixa além de Itapuã, com numerosos loteamentos e condomínios.

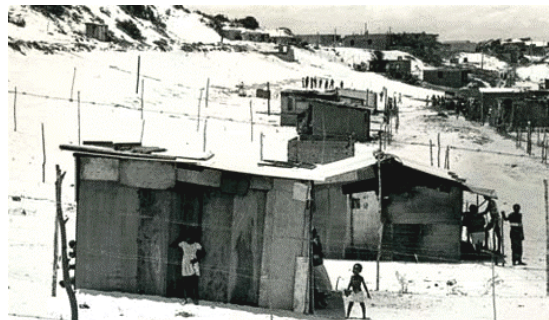
Ao final dos anos 80 a cidade atinge a marca de dois milhões de habitantes. O turismo torna-se, então, um dos vetores oficiais de crescimento econômico, sem, contudo, representar uma efetiva melhoria de vida para as classes sociais mais pobres. Apesar dos amplos investimentos, em curso no período, com o objetivo de fortalecer o turismo em Salvador, a atividade resultou não cumprindo o papel esperado em termos de emprego e renda para a população mais pobre, novamente à margem dos processos produtivos, e cujas invasões e ocupações informais inserem-se em zonas extremamente valorizadas sob o ponto de vista imobiliário e turístico.

Ao processo de ocupação coletiva de áreas públicas ou privadas para a moradia da população mais pobre, acompanharam igualmente os processos de consumo desenfreado dos bens naturais, com sérios impactos em seus ricos ecossistemas (restingas, matas, dunas, manguezais, praias etc.).

A ocupação habitacional desordenada causou várias externalidades negativas sobre as áreas verdes do município, sobre parcelas remanescentes da mata atlântica, sobre lagoas e dunas, e esta situação, que se agrava na década de 1980, permanece até a atualidade, sem que o poder público consiga responder adequadamente ao problema.

Neste contexto, as áreas próximas a Itapuã sofrem também o impacto da segregação habitacional, e as dunas e lagoas do Abaeté são invadidas constantemente. Em 1986, por exemplo, ao tempo em que começam a delimitar a área do Parque Metropolitano do Abaeté (implantado no ano seguinte), a área das dunas é objeto de ocupação por uma invasão coletiva de baixa renda.

Não apenas em Itapuã, mas em grandes trechos da orla marítima de Salvador, as invasões de “colarinho branco” sobre terrenos públicos também obedecem à lógica individual do interesse imobiliário, e casas particulares com alto padrão de construção foram edificadas em espaços de áreas verdes ou de áreas de proteção ambiental, configurando-se como um tipo ainda mais perverso de apropriação do bem comum e dos recursos naturais. As invasões “ricas”, estas impactaram terrivelmente as dunas e as restingas próximas a Itapuã e ao Abaeté, englobando, inclusive, grandes construções residenciais e até mesmo empreendimentos turístico-comerciais.



Fotografias 49 a 54 – Invasão (pobre) nas dunas do Abaeté.
Autor: Agliberto Lima.
Data: 1986.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

A área metropolitana de Salvador - sofrendo as pressões e as conseqüências do crescimento urbano e da concentração populacional decorrente da migração rural - foi perdendo, gradativamente, grande parte de seus recursos naturais, e as cachoeiras, as dunas, os mananciais e as matas remanescentes deste sítio foram se desfigurando e se acabando. O sítio urbano desestruturou-se, num processo desordenado de ocupação do solo, sob a égide do capital e dos interesses dos setores privados da economia moderna, que influenciavam diretamente também na distribuição dos benefícios coletivos e infra-estruturares.

Desta maneira, em Salvador, as invasões habitacionais urbanas passaram a ocupar diferentes tipos de espaço na cidade: inicialmente ocorriam em áreas próximas aos antigos bairros populares, nas imediações periféricas do centro urbanizado, e, posteriormente passaram a atingir as áreas mais longínquas, como, por exemplo, as áreas próximas às antigas colônias de pescadores, como é o caso de Itapuã e, conseqüentemente, da área do

Abaeté. A atração de grandes contingentes populacionais pobres - impossibilitados pela própria estrutura socioeconômica de participar dignamente do processo produtivo -, e o crescimento urbano levaram, assim, a uma anexação gradual dos arredores da cidade e dos recursos naturais que neles existiam, como os do ecossistema das dunas e lagoas do Abaeté. A definição das áreas de parques e de proteção não se faz acompanhar por ações necessárias, de garantia da proteção ambiental almejada e de resolução dos problemas da população excluída.

Às ações voltadas para o desenvolvimento econômico não corresponderam nem os investimentos sociais necessários nem o cuidado ambiental requerido. Percebe-se, assim, que o modelo de desenvolvimento hegemônico que embasou as políticas públicas na cidade de Salvador se caracterizou, de fato, pelo falta de cuidado com os recursos ambientais (utilizados de maneira predatória), pela geração de desigualdades sociais, pelo crescimento da pobreza e da miséria, resultando em um número cada vez maior de pessoas em vulnerabilidade, que, por sua vez, exercem uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Neste sentido, paradoxalmente, “os problemas ambientais que enfrentamos hoje derivam tanto da falta de desenvolvimento quanto de conseqüências inesperadas de certas formas de crescimento econômico” (BRUNDTLAND: 1991, p. 30-1).

O grande crescimento do déficit habitacional nas últimas décadas configura-se como um dos mais sérios problemas para a preservação das áreas verdes e, no nosso caso, para a preservação dos frágeis ecossistemas da Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté. A APA do Abaeté já tem em seu entorno imediato bairros como Nova Brasília, originário de invasões coletivas nas áreas das dunas, consolidadas há mais de 20 anos como um bairro extremamente populoso. É em Nova Brasília que se encontra, por exemplo, uma das mais novas entidades não governamentais que atuam na área de Itapuã e do Abaeté, a *Central Única das Favelas (CUFA) de Itapuã*, fundada em 2008 e proposta como uma entidade que trabalha em prol da construção de uma cultura de paz e de um espaço de cidadania.

Apesar da consolidação das primeiras invasões na área das dunas do Abaeté há décadas, apesar do enquadramento das suas dunas e lagoas como Área de Proteção Ambiental (tendo, portanto, seus recursos naturais protegidos por legislação ambiental específica), apesar ainda do empenho de ONGs e de militantes das áreas ambientais e do aumento da consciência crítica em relação à necessidade de preservação da natureza e da biodiversidade, as invasões da área do entorno do Abaeté continuam a acontecer cotidianamente.

Em maio de 2008, por exemplo, a área foi invadida por um grupo de famílias sem-teto, que construíram mais de cinquenta barracos improvisados de *madeirit* ⁹⁴. A ação das instâncias públicas de policiamento e de controle – atuaram, neste caso, a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - COPPA e a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo - SUCOM da prefeitura de Salvador– demoliu os barracos, mas, no dia seguinte, alguns deles já haviam sido levantados novamente⁹⁵. Assim à ação policial e de vigilância sobre a APA corresponde também uma ação de resistência dos invasores que, para erguerem seus barracos, desmatam a vegetação nativa.

O problema das invasões urbanas ganha, portanto, contornos diferenciados, quando se trata de ocupações de áreas de preservação ambiental, como é o caso das dunas do Abaeté.

(...) uma coisa é o pessoal invadir áreas públicas dentro de uma cidade, porque não tem onde morar, outra coisa é você invadir uma área de preservação... (Indira Niara, gestora da APA do Abaeté, em entrevista concedida ao autor, em 2008).



Fotografia 55 – Retirada de barracos de invasão urbana na Lagoa do Abaeté.
Autor: Fernando Vivas.
Data: 2008.
Fonte: Jornal A Tarde.

⁹⁴ Jornal *A Tarde*, 14 mai. 2008.

⁹⁵ Jornal *A Tarde*, 15 mai. 2008.

3.5 IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA PAISAGEM: DIAGRAMAS-SÍNTESES

Inserida no espaço urbano de Salvador, a Lagoa do Abaeté e todo um complexo ecossistema de dunas e restinga em seu entorno, vem sofrendo, ao longo dos últimos cem anos, diferentes processos de transformação, que têm impactado seu meio ambiente, gerando externalidades negativas que causam desequilíbrio, perda de biodiversidade, poluição, contaminação do lençol freático e outros problemas que aos poucos danificam os recursos naturais e comprometem a própria sobrevivência do ecossistema. Por meio do estudo de caso, analisou-se o processo de *turistificação dos lugares*, a partir da comunidade de Itapuã, na qual se insere a Lagoa. Em resposta à proposta inicial de analisar os impactos sócio-ambientais e culturais gerados nesta *paisagem*⁹⁶ ao ser transformada em lugar turístico, foram montados desenhos que sintetizam os processos históricos do uso e da ocupação da área, desde quando os usos tradicionais do lugar pela comunidade local (pescadores / moradores de Itapuã) o circunscreviam como um *sítio de pertencimento simbólico* no sentido do conceito de Zaoual (2003) -, até quando se insere na lógica da economia do turismo (tornado *mercadoria* e *espetáculo*) e à lógica do mercado, sofrendo todas as conseqüências da explosão urbana, do crescimento populacional e das determinações dos grandes interesses imobiliários.

CROQUI 1 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ ATÉ A DÉCADA DE 1930



⁹⁶ Ver YÁZIGI (2002, p. 34).

Até a década de 1930, a cidade de Salvador conservou uma coesão espacial bem tradicional, vinculada à herança colonial⁹⁷. No final da década (1940), Salvador possuía uma população de 290.443 hab. e a Lagoa do Abaeté era, então, uma *paisagem* ligada à comunidade de pescadores de Itapuã e aos fiéis do candomblé, para quem se constituía em *lugar sagrado* - morada de divindades das águas -, objeto de intenso uso ritual, além do uso 'econômico' das lavadeiras para complementar à renda familiar. Até então, a presença de "visitantes" exteriores ao sítio dava-se apenas em certas épocas do ano, quando alguns veranistas desfrutavam das belezas e da tranqüilidade do lugar, articulando-se à cultura local. Itapuã - e a Lagoa do Abaeté - mantinha-se relativamente isolado, com vias de acesso difíceis, constituindo-se como um *sítio de pertencimento simbólico* (Zaoual, 2003).

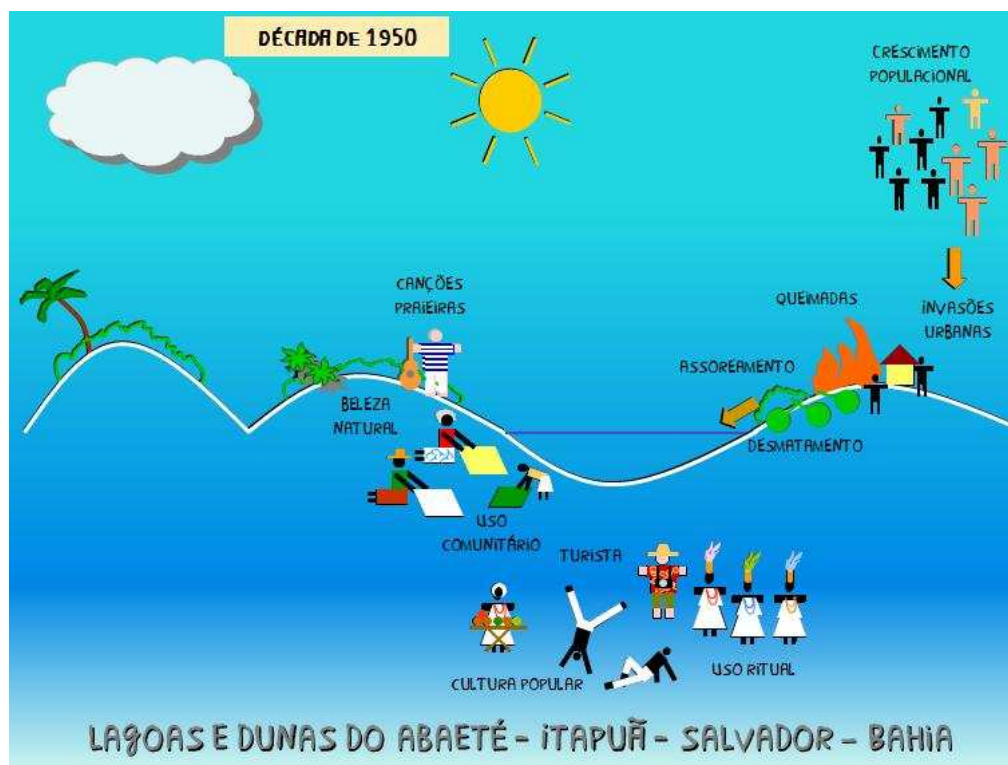
CROQUI 2 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ NA DÉCADA DE 1940



Na década de 1940, a Bahia mítica se afirma a partir das histórias de pescadores, de amores mestiços e de deuses africanos, presentes na literatura de Jorge Amado, nas canções de Dorival Caymmi. Em 1950, com taxa de crescimento anual de 3,7%, Salvador duplica a população (417.235 hab.). No Abaeté, o sítio aprazível e a diversidade cultural do *modus vivendi* da comunidade nativa atraem artistas locais (músicos, pintores, fotógrafos), iniciando o processo de visitação do *lugar*.

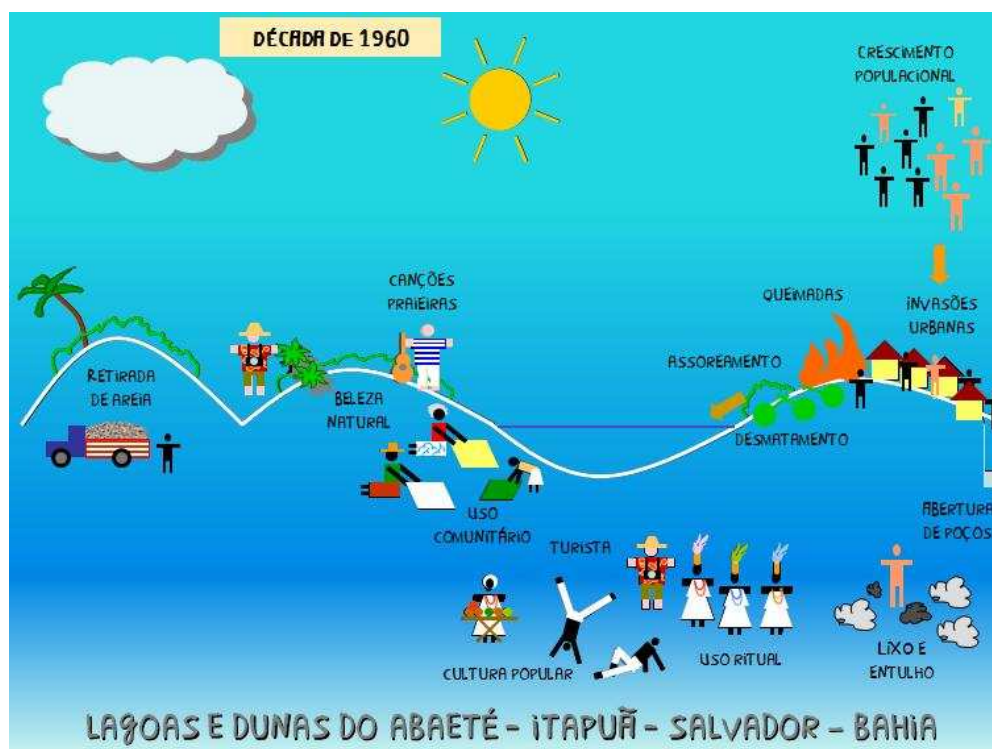
⁹⁷ Era uma Bahia pré-industrial, correspondendo ao "enigma baiano" de Pinto de Aguiar.

CROQUI 3 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ: DÉCADA DE 1950



A partir dos anos 1950, a Bahia insere-se na expansão nordestina da industrialização brasileira. Os múltiplos efeitos da atividade petrolífera começam a mudar a face de Salvador. Consolida-se a *imagem mítica* estabelecida pela produção das fotografias de Pierre Verger ou pinturas de José Pancetti dentre outras.

CROQUI 4 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ: DÉCADA DE 1960



A partir de 1960, a *indústria turística* apresenta-se como alternativa *limpa* de desenvolvimento, por supostos efeitos multiplicadores na geração de empregos e impostos e capacidade de dinamizar o mercado interno, disseminando-se entre os países uma expectativa de progresso via inserção no mercado internacional⁹⁸.

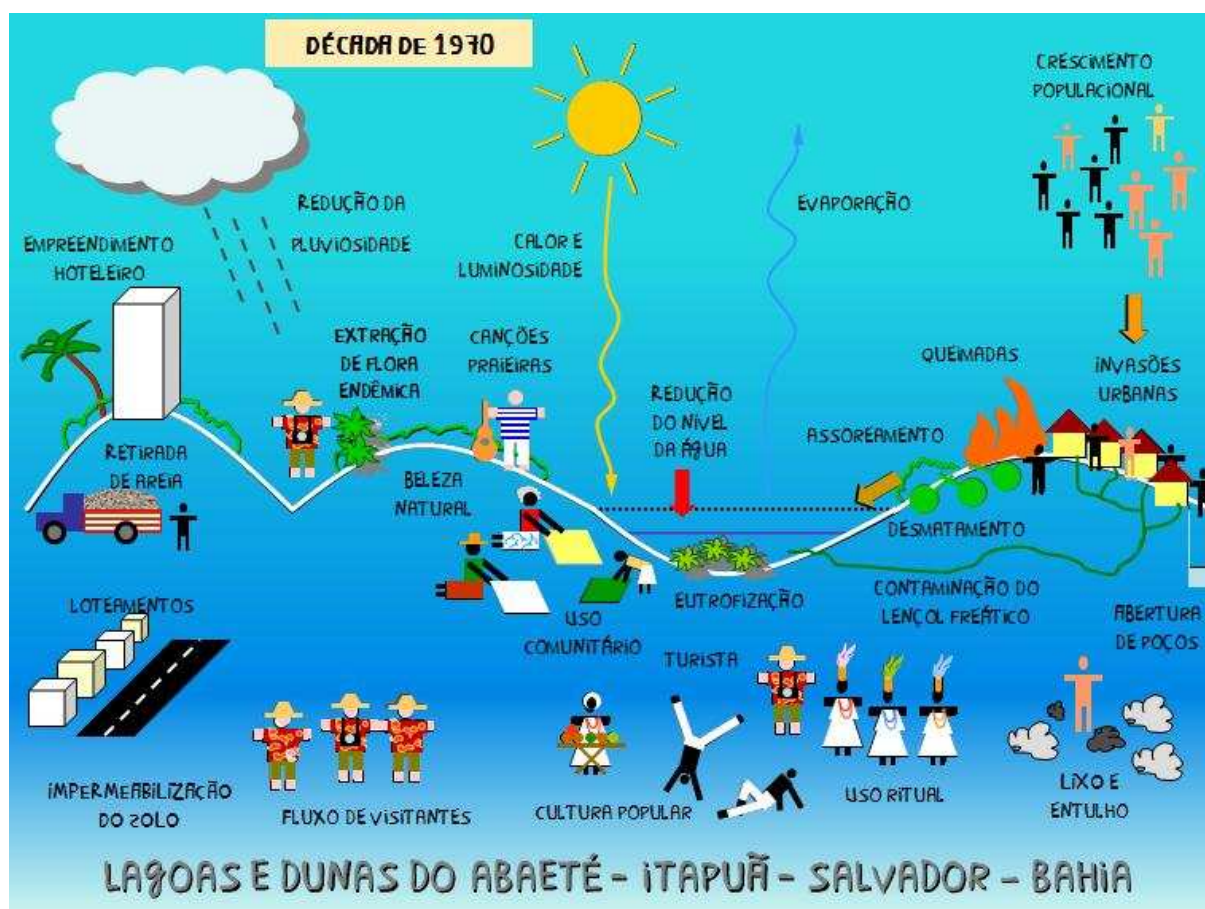
A pavimentação da rodovia Rio-Bahia encurta distâncias, possibilitando o acesso de levadas crescentes de visitantes, buscando os atrativos baianos: cenário tropical, praias, cultura popular exótica. O crescimento populacional começa a levar novos contingentes às regiões mais distantes do sítio urbano, e as dunas de Itapuã e do entorno do Abaeté começam a ser invadidas pela população mais pobre, resultando em desmatamento, em queimadas e em assoreamento da lagoa. Os usos mais tradicionais, contudo, ainda se mantêm, e o crescimento do turismo é relativo. O novo quadro da realidade baiana teve na *Petrobrás*, na *BR-324*, na *CHESF* e na *Sudene* os fatores básicos de transformação. O regime militar consolidou o processo de desenvolvimento capitalista associando capitais brasileiros e internacionais: com a implantação do Centro Industrial de Aratu (1967) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1976) a Bahia integra-se ao conjunto da economia nacional, redefinindo totalmente sua estrutura econômica e metropolizando a cidade, cujo crescimento populacional a taxas anuais de 4,5 % no período 1960-1970, eleva a população a 2.443.107 habitantes em 2000 (IBGE).

A expansão imobiliária e o crescimento populacional levam a cidade a se ampliar continuamente, alcançando localidades cada vez mais distantes, incorporando os bairros periféricos ao continuum urbano. A valorização crescente da orla marítima, tanto pelo desenvolvimento da atividade turística quanto pelas demais atividades econômicas vinculadas à indústria cultural e do lazer, foi levando a uma ocupação gradual dos vazios urbanos e, paulatinamente a região da orla foi se urbanizando, as distâncias tornando-se simbolicamente menores, e a malha urbana alcançou Itapuã em definitivo.

As praias que até então eram consideradas distantes passaram a ser mais freqüentadas, e, em paralelo a estes processos, as invasões coletivas de baixa renda foram se avolumando no percurso. O turismo, o lazer e as festas vão se firmando como forte componente da economia de Salvador. Novos impactos se impõem sobre a área do Abaeté, como o aumento paulatino da retiradas das areias das dunas, aumento do número de turistas, processos de invasão coletiva e um número crescente de moradores em seu entorno, gerando mais lixo, poluição, desmatamento e assoreamento.

⁹⁸ Denominada *indústria sem chaminés*, o turismo, crescendo à taxa de 10% a.a. nesse período, difundiu-se internacionalmente como solução para superar a condição de pobreza e dependência econômica, principalmente dos países subdesenvolvidos. Tais promessas não se realizariam assim.

CROQUI 5 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ: DÉCADA DE 1970

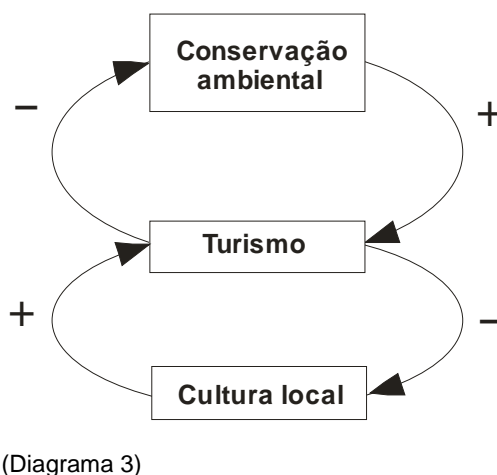


Na década de 1970, houve, em Salvador, uma significativa concentração de investimentos em infra-estrutura receptiva para o turismo (hotéis, centro de convenções etc.), impulsionada pelo esforço estatal que buscava transformar a Bahia em 'destinação turística', considerando a 'atratividade' existente (patrimônio histórico, recursos naturais e manifestações culturais).

Destacamos, aqui, o paradoxo intrínseco à própria atividade turística ao requerer, por um lado, uma constante oferta de sítios "atrativos" (recursos naturais + patrimônio histórico-cultural, *Diagrama 1*) para a visitação e o consumo de fluxos cada vez maiores de turistas e, por outro lado, ao exigir a preservação e conservação das qualidades originais que estabelecem a atratividade destes sítios. O *Diagrama 2* mostra esta situação paradoxal do turismo: quanto mais *paisagens* (na acepção que definimos), mais atividade turística e quanto mais atividade turística, menos *paisagem* (ou seja, mais impactos sócio-ambientais e culturais sobre a paisagem).



A tensão existente entre o Turismo e a *Paisagem* pode também ser visualizada a partir do *Diagrama 3*, desdobrando-se as variáveis envolvidas no conceito de *paisagem* (foco da atratividade turística): a conservação dos recursos naturais (beleza natural, biodiversidade etc) e a riqueza e diversidade da cultura local (patrimônio histórico, manifestações tradicionais, produção musical, artesanato, culinária etc.).



O período entre 1970 e 1980 é marcado tanto pelo aumento dos problemas já existentes no entorno da Lagoa do Abaeté, quanto pelo enfrentamento de outras questões que ainda mais prejudicavam os recursos naturais e o ecossistema, como crescente extração da flora endêmica, redução do nível de água das lagoas, novos empreendimentos de impacto na área, vários loteamentos de classe média, impermeabilização do solo e contaminação do lençol freático.

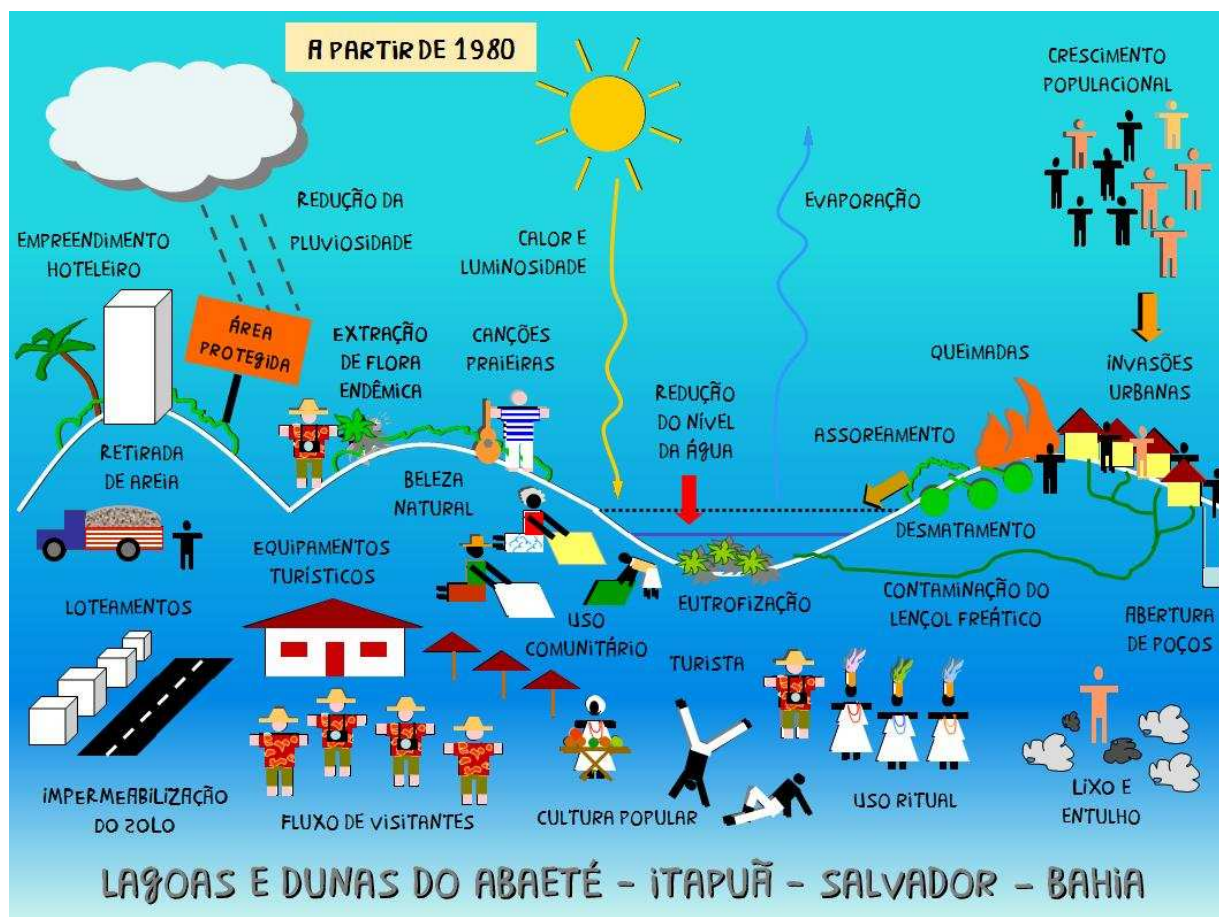
A efetiva transformação da economia de Salvador, com a consolidação do Pólo Petroquímico de Camaçari, alterou radicalmente a configuração urbano-industrial da capital, acelerou a fragmentação Salvador-Recôncavo, dissolveu "a *noção de uma região de Salvador, exceto como espaço urbano e industrial*", sucateou "o *patrimônio ambiental, urbano-viário intra-regional e arquitetônico do Recôncavo*", liquidou a rede produtiva⁹⁹ regional, comprometendo perspectivas de sustentabilidade industrial, de valorização ambiental e até do desenvolvimento turístico em sua orla interior. Salvador voltou-se para o

⁹⁹ Agricultura alimentar, pesca e produção de materiais de construção eram atividades dependentes do complexo de vias e cidades da região.

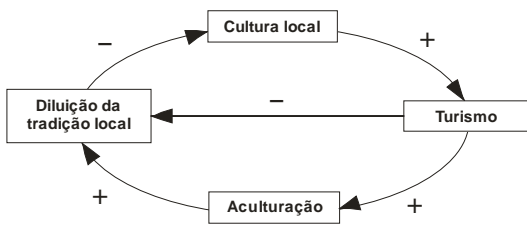
litoral norte, separando-se do Recôncavo, tornando-se "uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido" (Brandão, 2002:192).

Os problemas avolumam-se na Lagoa do Abaeté, mas só na década de 1980 a ação estatal volta-se à proteção, porém sem o envolvimento e a participação comunitária necessários, priorizando interesses do *trade* turístico.

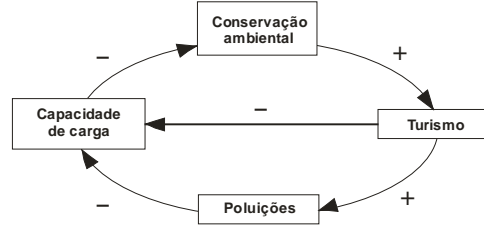
CROQUI 6 - LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ: A PARTIR DA DÉCADA DE 1980



Enquanto *lugares turísticos* são construídos conforme modelos globalizados, a *paisagem* local transforma-se, perdendo elementos de identidade original, distanciando-se de suas raízes territoriais e culturais (*Diagrama 4*). Os problemas se exacerbam quando associam patrimônios simbólicos e culturais a belezas naturais e ambientais dos lugares de atração turística. O contato com a natureza (beleza paisagística e riqueza de biodiversidade) e o patrimônio cultural singulares dos lugares são fatores extremamente valorizados no contexto contemporâneo das viagens, embora o turismo gere impactos e externalidades negativas sobre tais ambientes (*Diagrama 5*).

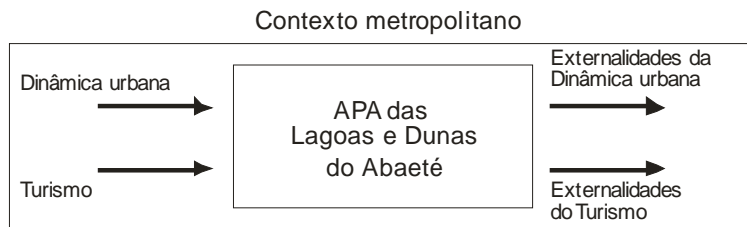


(Diagrama 4)



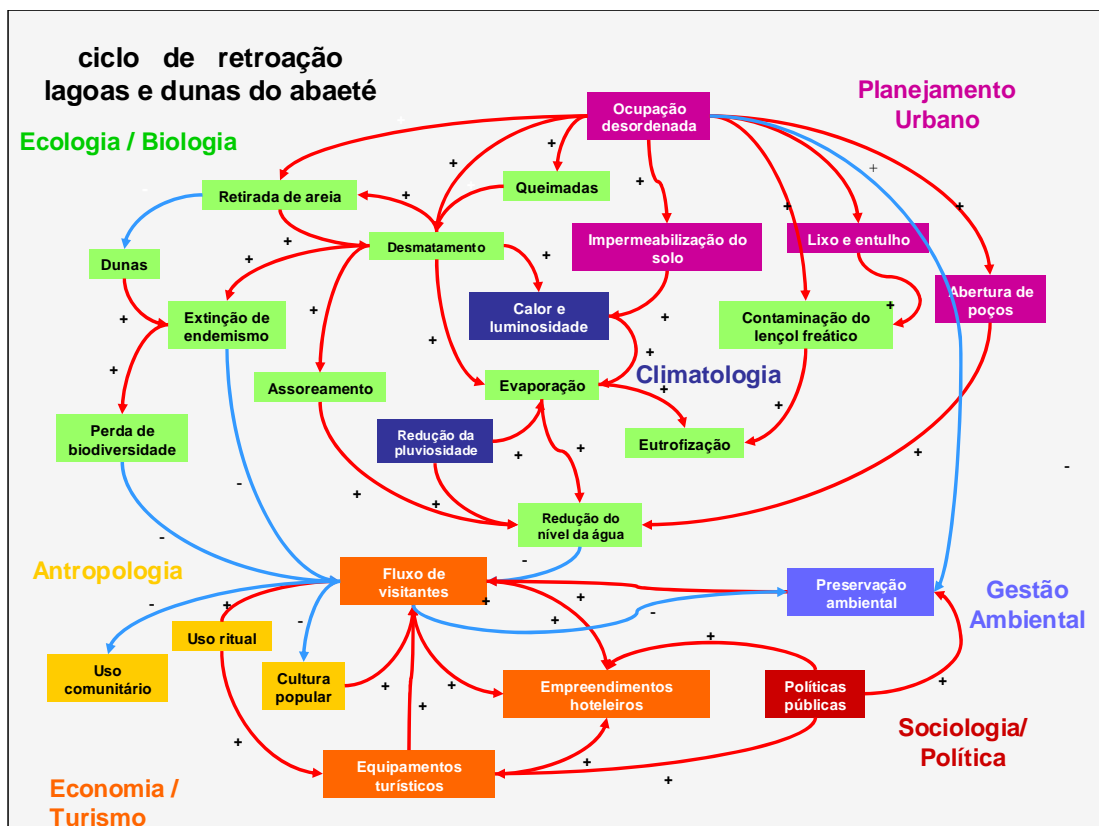
(Diagrama 5)

Buscando aplicar o conceito de **sistema** para compreender as *entradas e saídas* envolvidas no problema desta pesquisa, foi elaborado o *Diagrama 6*, em que a APA das Lagoas e Dunas do Abaeté integra um sistema mais amplo (o próprio contexto metropolitano da cidade de Salvador), possuindo duas *entradas* (*Dinâmica Urbana* e *Turismo*) e *saídas* principais (*Externalidades* da Dinâmica Urbana e do Turismo).



(Diagrama 6)

O diagrama abaixo, construído a partir da análise sistêmica, apresenta uma síntese da diversidade de âmbitos envolvidos na realidade da APA do Abaeté, considerando-se as várias áreas do conhecimento que devem se articular interdisciplinarmente.



(Diagrama 7)

CONCLUSÃO

As bases simbólicas que dão suporte aos elementos da identidade partilhada do bairro de Itapuã, sendo do âmbito da cultura, remetem às práticas efetivas dos habitantes e aos processos históricos que foram modificados pelo alcance da metropolização. Um dos suportes para o imaginário partilhado e para a re-atualização dos signos de referência é o Abaeté, com suas dunas e lagoas, lugar que assume um caráter especial no imaginário e na memória coletiva.

As simbologias relacionadas ao Abaeté adquirem várias dimensões. De início, há um forte apelo cultural, que relaciona o lugar, desde os primórdios de sua ocupação, às lembranças coletivas de uma forma particular de viver. Esta *localidade nostálgica*, ainda que situada no passado, vive uma existência encantada, numa circunstância atemporal típica dos mitos, pois não se perde no tempo, mas, antes, continua a emanar sentidos e a vitalizar identidades, na contramão do desencantamento da modernidade. Assim, a simbologia da cultura (local ou mesmo regional) tem grande peso na representatividade da área, considerando que, em seu sentido mais amplo, cultura é uma forma de falar sobre identidades coletivas (Kupper, 2002). A Lagoa do Abaeté (e toda a sua Área de Proteção Ambiental) é tomada como *nicho cultural simbólico*, que adquire um peso ainda maior quando contraposto a um contexto mais amplo, o da vida moderna urbanizada, traduzido pela falta de enraizamento da vivência na metrópole e pela desvinculação com a natureza.

A relação com a natureza se constitui, em seguida, a outra dimensão simbólica fortemente relacionada ao Abaeté. Signo de beleza natural, o lugar é tomado simbolicamente como *nicho ecológico* a ser preservado, associando os elementos do meio biofísico ao patrimônio cultural, no conflito direto com as demandas e as conseqüências de uma urbanização desigual, que geraram processos visíveis de degradação física da área das dunas e lagunas do Abaeté.

Por outro lado, percebe-se que atualmente se torna generalizada a percepção de que muitos lugares parecem o mesmo, como um dos efeitos do processo de globalização, que tenta impor uma única racionalidade no mundo pela força da evolução de tecnologias e modismos. A transformação do lugar em turístico - *turistificação* - comandada pela lógica do mercado, por empreendedores isolados e, geralmente, à revelia de qualquer planejamento ou de um planejamento crítico, com efetiva participação comunitária, desvinculado dos interesses privados, tem gerado estereótipos e forjado identidades turísticas dos lugares numa construção socialmente complexa de tradições inventadas e de artefatos culturais com interesses diversos. Questões relativas à identidade, etnicidade, autenticidade e

artificialidade, que não se restringem à esfera da indústria do turismo, mas integram fenômenos sociais mais amplos, apontam para a necessidade de compreensão mais aprofundada dos efeitos do processo de globalização, na medida em que "parece improvável que a globalização simplesmente destrua as identidades nacionais. É mais provável que ela produza, simultaneamente, identificações globais e locais *novas*" (HALL, 1995, p.61, grifo do autor).

Em Salvador, a implantação de uma política de turismo que priorizou o lado econômico - visando lucros em curto prazo - resultou na introdução de planos e projetos que nem sempre compreenderam e valorizaram efetivamente as especificidades da cultura local, que, embora utilizadas para construir a imagem turística do *produto Bahia*, foram tomadas, muitas vezes, de forma meramente caricatural e espetacularizada (Debord, 2006). O percurso das intervenções no sítio da Lagoa do Abaeté seguiu esta trajetória, estabelecendo uma incorporação do lugar à constituição da destinação turística da cidade de Salvador, construída espetacularmente a partir de referências culturais, históricas e naturais que se articulam com signos e símbolos que remetem à imagem da Bahia mítica (paisagens marinhas, beira do mar, natureza exuberante, presença afro...) que são descontextualizados neste processo. Se, por um lado, tais ícones de 'atratividade' puderam ser aplicáveis à propaganda e aos panfletos turísticos com os resultados pretendidos, por outro, estes símbolos generalizantes não correspondem, necessariamente, às especificidades reais da vida sociocultural da comunidade local, utilizada superficialmente.

Pretendendo-se ampliar o entendimento da importância dos valores culturais na re-vinculação do homem com a natureza, chegou-se à compreensão de que novas alternativas para o planejamento e para a existência das atividades turísticas devem incorporar aspectos simbólicos e materiais – e não apenas econômicos. A demanda turística contemporânea tem, paulatinamente, "agregado" valores que se distanciam do modelo configurado como *turismo de massa*. Há mudanças expressivas nas tendências do mercado, talvez como decorrência da ampliação do grau de consciência sobre os problemas ambientais ou como resultado de uma re-valorização da diversidade cultural. Há, portanto, uma relativa oposição entre essas novas expectativas turísticas e o modelo que se baseia na busca desenfreada do lucro imediato, o que pode ser percebido como uma perda do 'atrativo' do turismo de grande distância e de massa, uniformizador e pasteurizado. Afinal, o consumo turístico contemporâneo guia-se, pouco a pouco, por critérios diferenciados de qualidade (Zaoual, 2008).

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que a atividade turística em Abaeté, - que já se constituiu como elemento de impacto negativo sobre a área na época em que o número de visitantes estava além da capacidade de suporte daquele ecossistema -, atualmente está

em declínio. A crise da atividade turística na região está associada também ao modelo de turismo que foi aplicado historicamente a Itapuã e à Lagoa do Abaeté, pois o paradigma utilizado gerou a degradação paulatina do sítio, a despersonalização do lugar e ignorou o seu entorno, ocasionando, com o tempo, contatos culturais cada vez mais superficiais e rápidos.

O declínio do número de visitantes ao sítio, decorrente das desfigurações locais e da impossibilidade de se encontrar de fato os elementos de atração relacionados ao lugar, implica que os impactos diretos relativos à visita tornaram-se menores frente aos problemas oriundos da precarização das atuais formas de ocupação e uso do entorno imediato, incompatíveis com a capacidade de suporte do ambiente. Menos que a visita direta, os impactos que a atividade turística acarreta ainda para a APA do Abaeté referem-se mais ao modelo oficial de turismo que foi implementado na cidade da Bahia, conforme descrito anteriormente. Para que possam surgir novas alternativas para o turismo, é preciso repensar tanto as questões conceituais (teorias e modelos) quanto as formas de gestão da diversidade (ineficientes e incapazes no modelo padrão), impondo-se a necessidade de valorização de um pluralismo e de um enfoque de “harmonia de diversidade” (ZAOUAL, 2008).

As potencialidades turísticas dos locais estão além das manifestações consideradas como ícones de cada destino. Há sempre novas e maiores possibilidades de ‘atrativos’ turísticos a depender do enfoque, da perspectiva e do ponto de vista. A dinâmica turística é mais densa e mais ampla do que os limites estabelecidos nos folhetos, prospectos e produtos da propaganda, estes construtores, na maior parte das vezes, de imagens *glamourizadas*, mas empobrecidas, porque incompatíveis com a realidade do lugar.

Embora o discurso do desenvolvimento sustentável apareça na política de turismo, a sua utilização tem assumido um caráter superficial e ideológico, de certa forma, mais legitimador das intervenções do que uma diretriz de planejamento efetiva. Na prática, a ação pública tem resultado na valorização do solo urbano e na ampliação do consumo turístico de segmentos sociais qualificados (econômica e culturalmente), em detrimento da grande maioria excluída. No caso analisado, a ação se concentra em lugares “atrativos” – paisagens naturais e históricas –, que ao serem dotados de condições adequadas de recepção aos visitantes (infra-estrutura de equipamentos e serviços) acabam por promover a descaracterização de sua imagem e a despersonalização do lugar.

Uma vez que sustentabilidade ambiental implica em equidade social, na realidade, como visto, as políticas oficiais seguem na contramão deste princípio, face ao seu alinhamento à lógica do mercado, dos interesses privados e do consumo privilegiado de recursos naturais e bens simbólicos.

Diante da transição entre paradigmas, nos debatemos em busca de um pensamento da complexidade, envolvidos na construção de epistemologias e metodologias para reunificar natureza e cultura. Novos esquemas de pensamento (complexo e interdisciplinar), com inter-relações, interações e retroalimentações entre o material e o simbólico que permitam compreender o mundo como conjunto de ordens híbridas entre o orgânico, o simbólico e o tecnológico. Ou seja, novas formas capazes de novas abordagens para compreender a articulação de processos materiais, ultrapassando os limites dos paradigmas científicos particulares e da razão instrumental e incorporando princípios éticos e valores culturais.

Num sentido amplo, podemos tomar os processos sofridos pela Lagoa do Abaeté como uma síntese representativa dos problemas ecológicos do planeta. A crise ambiental contemporânea pode ser claramente percebida pela análise das singularidades históricas, culturais e ambientais do Abaeté (Itapuã, Salvador), manifestando-se pelos recursos naturais impressados e consumidos pela metropolização, ficando marcado, assim, o apelo ao princípio da precaução, à proteção do meio ambiente, à busca de políticas urbanas mais justas, democráticas e participativas, bem como à valorização das diversidades (culturais, étnicas, socioambientais) e à preservação da vida em seu mais amplo aspecto.

Tanto em Itapuã quanto no Abaeté transparecem todas as mazelas da urbanização desigual, eivada pela exclusão social e pelo consumo desenfreado dos recursos naturais. Elegendo o Abaeté como signo agudo da articulação entre cultura, meio ambiente e turismo, e compreendendo a ampla imbricação destes campos simbólicos, tais elementos podem ser contrapostos à força de um mundo globalizado, desencantado, poluído e desvinculado com a natureza. A centralidade do processo de urbanização/metropolização deve ser analisada criticamente, abrangendo também as dinâmicas relativas à capacidade de resistência e de reinvenção da vida, nutridas pelas especificidades dos sítios de pertencimento simbólicos e dos vínculos enraizados das identidades culturais revigoradas.

Uma rede inesgotável de possibilidades se apresenta à análise acadêmica quando se pretende discutir a complexidade dos sistemas ecológicos e sócio-culturais localmente circunstanciados: cultura popular; comunidades locais; impactos ambientais; condições econômicas de existência; história e política na articulação com o mito desenvolvimentista; determinações do mercado; paradigmas ideológicos; esferas burocráticas administrativas e a busca de soluções seriam algumas delas. Na perspectiva da sustentabilidade, analisar a trajetória da Lagoa do Abaeté pelos caminhos tortuosos da modernidade leva à abordagem de questões fundamentais, como a qualidade de vida, a distribuição equânime dos bens econômicos e naturais, a necessidade do estabelecimento de novas relações com a natureza, a valorização dos sentimentos de pertença e de enraizamento ou das identidades culturais ameaçadas pela sociabilidade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Pedro. **Embarcações do Recôncavo**: um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. **Planejamento**. Salvador, v.5, n.4, p. 122-135, out/dez. 1977.

AMADO, Jorge; DAMM, Flavio e CARYBÉ. **Bahia, boa terra, Bahia**. Rio de Janeiro: Imagem, [1966].

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). **Pós-liberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hana. **A condição Humana**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ASCANIO, Alfredo. **Turismo, la naturaleza y las comunidades**: nuevas maneras de parcelar el territorio. *Os Urbanitas Revista de Antropologia Urbana*. [on line]. 2005, vol.2, n.1.

_____. **Turismo**: la reestructuración cultural. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. [on line]. 2003, vol.1, n.1, pp.33-7. ISSN 1695-7121.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papius, 1994.

AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix/INL-MEC, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert C. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe 1859**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. 3 ed. Salvador: Itapuã, 1969.

_____. A cidade do Salvador no começo do século XIX. In: **Cidade do Salvador**: aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 69-75.

BAHIA. Fundação CPE. **Turismo em Salvador**. Salvador: Fundação CPE, 1989.

BALASTRERI, Adyr. Desafios para os Estudiosos do Turismo. In: _____ (org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.

_____. Percalços do Planejamento Turístico: o Prodetur-NE. In: _____. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001b.

_____. (org.). **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Prodetur-NE**: descrição, objetivos, metas e componentes. Fortaleza, 1995

BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarita. (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

BARROS, João Teixeira. A pesca da baleia na Bahia. **Revista do Norte**, Salvador, v.1, n.1, 1910.

BARTHOLO JR. Roberto e BURSZTYN, Marcel. Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade. In: BURSZTYN, M. (org). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: PNUMA, 1995.

BIANCHI, Raoul V. Place and power in tourism development: tracing the complex articulations of community and locality. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. [on line]. 2003, vol.1, n.1, pp. 13-32. ISSN 1695-7121.

BOAS, Franz. **Cuestiones fundamentales de Antropología Cultural**. Buenos Aires: Solar/Hachete, 1964.

BOULLÓN, Ricardo. **Planificación del espacio turístico**. Mexico: Trillas, 1985.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v.6, n.2, p.155-72, abr/jun, 1978.

_____. Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbano-regionais. **Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 179-93, set. 2002.

_____. (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado/Academia de Letras da Bahia/UFBA, 1998.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Política Nacional de Turismo**: diretrizes e programas. Brasília: EMBRATUR, 1996.

BRITO, João Rodrigues de. Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio na Bahia (1821). In: CALMON, F. M. de Goes (ed.). **A economia brasileira no alvorecer do século XIX**. Salvador: Progresso, 1960.

BRITTO, Ivomar Carvalhal *et al.* Flora fanerogâmica das dunas e lagoas do Abaeté Salvador, Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.11, p.31-46, jan./jun. 1993.

BRUNDTLAND, Gro H. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BURSZTYN, Marcel. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 2 ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CAMPOS, Arminda E. e BARTHOLLO JR, Roberto. O que é um intelectual?. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

CAROSO, Carlos e RODRIGUES Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no litoral norte da Bahia. **Turismo em Análise 9**. São Paulo, 1998.

CARVALHO, M.L.A.M. de e PONTES, B.M.S. Os esforços de planejamento da área soteropolitana e o espaço do verde. In: GERARDI, L.H. de O. e MENDES, I.A. (orgs.). **Teoria, técnica, espaços e atividades**: temas da Geografia contemporânea. Rio Claro: Unesp/AGETEO, 2001. p.223-68.

CASTELLUCCI Jr. Wellington. Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos, Itaparica: 1860-1888. **Afro-Ásia**, 33 (2005), 133-168.

CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarita. (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 2 ed. Campinas: Papirus, 2002. pp. 117-126.

CAYMMI, Dorival. **Cancioneiro da Bahia**. 5 ed.rev. e amp. Rio de Janeiro: Record, 1978.

CAYMMI, Stella. **Dorival Caymmi**: o mar e o tempo. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CAZES, George. Turismo e Subdesenvolvimento: tendências recentes. In: BALASTRERI, Adyr. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CERRO, Francisco Leno. **Técnicas de evaluación del turismo**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y turismo, 1993.

CONTRASTES de Itapoan: é esplêndida a natureza; o poder público, displicente. **A Tarde**. Salvador, caderno 3, 24 dez. 1958.

CRICK, Malcom. Representations of international tourism in the social sciences: Sun, sex, sights, savigns and servility. **Annual Review of Anthropology**. v.18, p. 307-344, october 1989.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 7 reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. [1997].

DIAS TAVARES, Luís Henrique. **História da Bahia**. 10 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial II. **Revista de História**. São Paulo, v. XVI, n.33, p 149-175, janeiro 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI Versão 3.0**. Rio de Janeiro: Lexikon Informática/Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIROLA PALOMO, Manuel. **Teoría económica del turismo**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1985.

FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. de. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de salvador no século XIX. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v.3, n.4/5, 1990, p. 9-19.

GABRIELLI, José Sérgio. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia**: uma tentativa de interpretação histórica. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. (mimeo.).

GANDON, Tania Almeida. O índio e o negro: uma relação legendária. **Afro-Ásia**, 19/20 (1997), 135-164.

GAZETA MERCANTIL, **Balanço Anual Bahia 94/95**, 1(1), São Paulo, 29/set./1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Augusta L. S. A importância do planejamento governamental do turismo: o Prodetur na Bahia. **Análise & Dados**. Salvador, v. 12, n. 2, p. 101-14, set. 2002.

GORDILHO SOUZA. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, BA, SEI, v.9, n.4, p. 53-73, março 2000.

GOVERNO DO ESTADO. Bahia. Seplante/Conder. **Área de Proteção Ambiental Litoral Norte**: relatório síntese do Plano de Manejo. Salvador, s/d.

GREENWOOD, Davydd J. Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization. In: SMITH, Valene e EADINGTON, William. (Ed.). **Tourism alternatives: potential and problems in the development of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

GUIMARÃES DA SILVA, Paulo R. Identidade, territorialidade e ecologismo: o caso da Lagoa do Abaeté. **Caderno CRH**. Salvador, v.6, n.18, p.117-37, 1983.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. **Textos Didáticos**. n.18. Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transacional. **Mana**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.7-39, 1997.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBÁÑEZ, Tomás. **Por qué A?** Fragmentos dispersos para un anarquismo sin dogmas. Barcelona: Anthropos, 2006.

INVASORES são expulsos da Área de Proteção do Abaeté. **A Tarde**, Salvador, 14 mai. 2008. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=884030>>. Acesso em 14/05/2008.

INVASORES ameaçam reconstruir no Abaeté. **A Tarde**, Salvador, 15 mai. 2008. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=884553>>. Acesso em 15/05/2009

ITAPUÃ é uma festa. **A Tarde**. Salvador, 22 jul. 1967.

ITAPUÃ, onde Salvador vai mais longe. **Jornal da Bahia**. Salvador, set.1978.

ITAPUÃ também tem sua festa que é de N. S. da Conceição. **A Tarde**, Salvador, 27 jan. 1970.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império**: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: BALASTRERI, Adyr. (org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

KUPPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002

LABATE, Beatriz C. A antropologia e o tema das viagens. In: LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (org.). **Turismo e meio ambiente**. Campinas, IFCH/Unicamp, Textos Didáticos n.31, 1997.

LANCI DA SILVA, Maria da Glória. **A imagem da cidade turística**: promoção de paisagens e de identidades culturais. Arquitectos 053, Texto especial 263, outubro de 2004. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp263.asp> >. Acesso em 12/06/2008.

LANFANT, Marie-Françoise. Identité, memoire, patrimoine et touristification de nos sociétés. **Sociétés 46**: 433-9. Paris, 1994.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e Desenvolvimento. **Análise & Dados**. Salvador, v. 11, n. 2, p. 56-80, set. 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P.(org.). **Turismo e meio ambiente**. Campinas, IFCH/Unicamp, Textos Didáticos n. 31, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A Bahia**; a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDINA, Manuel. **Tecnociencia, retos, modelos**. Disponível em <<http://www.ub.es/prometheus21/articulos/RetosTC%AADF.pdf>>. Acesso em 12/08/2006.

MCKEAN, Philip F. Toward a theoretical analysis of tourism: economic dualism and cultural involucion in Bali. In: SMITH, V. L. **Hosts and guests, the Antropology of tourism**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1995.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. Geografia, Turismo e Crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. **Teoría y práxis del espacio turístico**. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana /Xochomilco, 1989.

_____. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In: BALASTRERI, Adyr. (org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NICOLESCU, Basarab. Fundamentos Metodológicos para o Estudo Transcultural e Transreligioso. In: **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: Triom, 2002.

_____. Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. In: **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000a. (9-25).

_____. A prática da transdisciplinaridade. In: **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000b. (129-142).

NOVA estrada para Itapoan. **A Tarde**, Salvador, 26 dez.1940.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os Quilombos Brasileiros**. Salvador: PMS-Departamento de Cultura da SEMEC, 1972.

PENTEADO FILHO, Paulo de Arruda. Planejamento Urbano em Salvador. **Veracidade**. Salvador, v.1, n.2, p. 5-11, out./dez. 1991.

PLANO de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Salvador e Entorno. 2003. . Disponível em: < <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/> >. Acesso em 15/05/2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Breves informações turísticas**. Salvador: PMS, 1949.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. **Análise & Dados**. Salvador, v. 11, n. 2, p. 20-28, set. 2001.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador: Progresso, 1955.

_____. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

REISINGER, Yvette. Social contact between tourist and hosts of different cultural backgrounds. In: SEATON, Anthony V. **Tourism: the state of the art**. Chichester, UK: John Wiley and Sons, 1994. p. 743-54.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, 15 (1992), p. 100-26.

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi**: uma utopia de lugar. São Paulo: Perspectiva; Salvador: COPENE, 1993.

_____. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, Simone S. **O Turismo na Prainha do Canto Verde (CE)**: comunidade e sustentabilidade. 2003. Dissertação (Mestrado) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROCHA PITA, Sebastião da. **História da América portuguesa**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1965.

RODRIGUES, José Carlos. **Antropologia e comunicação: princípios radicais**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 12 ed. Campinas: Papyrus, 2005.

SACHS, Ignacy **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

_____. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBAMA, 1996.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana**, v.3, n.2, p.103-150, 1997.

SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador: Beneditina, 1949.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo XXI, 1991.

SANTANA TALAVERA, Agustín. **Turismo cultural, culturas turísticas**. *Horizonte Antropológico*. [online]. 2003, vol.9, n.20, pp. 31-57. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf> >. Acesso em 15/07/2007.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: estudo de Geografia Urbana**. Salvador: Unba, 1959.

_____. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS SILVA, Jorge A. Nova dinâmica espacial da cultura e do turismo na Bahia: o planejamento segundo os conceitos e práticas de *cluster* econômico. **Análise & Dados**. Salvador, v. 11, n. 2, p. 41-54, set. 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 373-406.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Tapanhus, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. **Afro-Ásia**, 29/30 (2003), 13-40.

SEM o encanto de antes Itapuã faz sua lavagem. **A Tarde**, Salvador, 8 fev. 1974.

SERPA, Angelo. Gestão territorial do sistema de parques públicos em Salvador Bahia: contradições e paradoxos. **Ra'ega**. Curitiba, n.12, p.7-19, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar, sécs. XVII ao XIX. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA SANTOS, Mário Augusto da. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v.3, n.4/5, 1990.

SMITH, Valene e EADINGTON, William. (Ed.). **Tourism alternatives**: potential and problems in the development of tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e ressitência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, 17 (19967), 57-71.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2(2):46-71, mai.-ago. São Paulo: USP, 1988.

SPINOLA, Noenio D. **30 anos da indústria, comércio e turismo na Bahia 1966/1996**. Salvador: Governo do Estado da Bahia/Secretaria da Indústria Comércio e Mineração, 1997.

STRONZA, Amanda. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. **Annual Review of Anthropology**. [on line]. 2001, n.30, pp. 261-83. Disponível em: < <http://arjournals.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.anthro.30.1.261> >. Acesso em 28/05/2009.

SUAREZ, Marcus Alban. (coord.). **Salvador, uma alternativa pós-industrial**: cultura, turismo, alta tecnologia. Salvador: Governo do Estado-SICT/UFBA, 1990.

_____. **Petroquímica e tecnoburocracia**: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1986.

TAVARES, Odorico. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Ediouro, [196-?].

TEIXEIRA, Cid. **Bahia em tempo de província**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, SEI, jul. 2000.

TURNER, Victor. **Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society.** Ithaca, NY: Cornell University Press, 1974.

TURNER, Louis e ASH, Gordon. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer.** Madrid: Endymaion, 1991.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GeoUSP Espaço e Tempo.** São Paulo, n.20, p. 19-30, 2006.

VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de cultura nas sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato.** Rio de Janeiro, n.1, p.4-9, 1978.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XV a XIX.** 2 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

_____. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo.** Salvador: Corrupio; São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

VIANA, Blandina; SILVA, Fabiana O. da; e KLEINERT, Astrid de M.P. A flora apícola de uma área restrita de dunas litorâneas, Abaeté, Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Botânica.** São Paulo, v.29, n.1, p.13-25, jan.-mar. 2006.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII.** Salvador: Itapuã, 1969. 3 vol.

WHEELER, Brian. Egotourism, sustainable tourism and the environment: a symbiotic, symbolic or shambolic relationship. In: SEATON, Anthony V. **Tourism: the state of the art.** Chichester, UK: John Wiley and Sons, 1994. p. 647-54.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo.** v.8, n.2, 2008, Instituto Virtual de Turismo. Disponível em <www.ivt-ri.net>. Acesso em 18/08/2008.

_____. **Nova economia das iniciativas locais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ANEXO

RELAÇÃO DE GRUPOS CULTURAIS E ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS AO ABAETÉ E A ITAPUÃ

NOME / SITE OU E-MAIL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPOSTA / ÁREA DE ATUAÇÃO
Associação dos Pescadores da Colônia Z-6	("há mais de 100 anos")	Esta associação ultrapassa os limites do bairro e agrega profissionais da pesca artesanal num espectro que vai desde a Boca do Rio até a Praia do Flamengo. Com 100 anos de história, a colônia consegue maior fôlego para negociar com fornecedores e consumidores, apostando em novas frentes de reivindicação, como o subsídio do óleo diesel e assistência médica, sendo fundamental este último, dado o perigo da atividade pesqueira artesanal.
Sociedade Cultural, Recreativa e Carnavalesca MALÊ DEBALÊ (bloco afro) <i>maledebale@terra.com.br</i>	1979/1980	O Malê Debalê é um dos mais tradicionais blocos afro-baianos, e propicia aos moradores do bairro de Itapuã um importante apoio sócio-educativo, oferecendo, em sua sede, cursos de dança, oficinas de teatro e de percussão, inclusão digital, alfabetização de adultos, aulas sobre cidadania e informações sobre herança africana. Inspirado na coragem dos que tombaram a Salvador escravista por grito de liberdade, o bloco afro Malê Debalê leva a voz de Itapuã para o Carnaval no centro da cidade. Se não é possível reivindicar a herança muçulmana, tendo em vista que o Islã africano praticamente foi eliminado da tradição baiana, o bloco leva adiante a luta contra o racismo e pelos direitos civis. O Malê tem relação com todo o aspecto cultural do bairro, o que engloba desde a festa da Baleia até a Lavagem de Itapuã.
Associação Livre dos Moradores de Nova Brasília	1980	Foi criada em 1980, em virtude da política municipal de desapropriação dos moradores da área naquela época. Com cerca de mil associados, o objetivo principal da associação é minimizar a influência dos políticos em favor da liberdade de ação dos próprios moradores.
Terreiro Guarebetã Gume Soagboadã	1980	Localizado na Invasão de Nova Brasília, esse terreiro da nação mina/jêje deu origem a uma associação de mesmo nome. Além de proteger o patrimônio cultural e religioso da nação jêje, o Soagboadã faz projetos de distribuição de cestas básicas para as pessoas mais carentes da comunidade (cerca de 350 por mês), além de projetos de distribuição de preservativos e realização de cursos profissionalizantes.
GERMEN - Grupo de Recomposição Ambiental <i>http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/germen/index.html</i>	1981	Organização Ambientalista não-governamental reconhecida de utilidade pública por leis estadual e municipal, sem fins lucrativos, que se dedica a defesa da natureza e a luta pela necessária harmonia entre o desenvolvimento da sociedade e o equilíbrio do meio ambiente

(continuação)

NOME / SITE OU E-MAIL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPOSTA / ÁREA DE ATUAÇÃO
Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ <i>http://ospiti.peacelink.it/zumbi/org/gamba/home.html</i>	1981	Entidade para trabalhar de forma coletiva em defesa do meio ambiente. O GAMBÁ começou seu trabalho a partir de denúncias e protestos de ações degradantes ao meio ambiente. Com a ampliação das ações, tornou-se importante um trabalho mais sistemático e participativo nos espaços de diálogo e negociações, assim como a profissionalização de sua equipe. Tem a missão de lutar pelo uso ecologicamente sustentável do meio ambiente, visando à satisfação das necessidades básicas, presentes e futuras, de todos os seres vivos, com a máxima participação da sociedade e a constante avaliação das relações entre homens, mulheres e a natureza.
Associação de Moradores do Jardim Abaeté	1985	A associação pretende atuar em toda a área da Administração Regional -10, desde a Praia do Flamengo até a Praia da Segunda Ponte. Com cerca de 780 associados, a organização realiza trabalhos ambientais e educacionais na comunidade, além de atividades desportivas e profissionalizantes. Em parceria com outras instituições, a associação participa de iniciativas para a revitalização ecológica e cultural da área do Abaeté
Conselho de Ação Comunitária do Alto do Coqueirinho	1986	Fundado em 27 de abril de 1986, o conselho luta pela organização da área. Uma das principais conquistas do Conselho é a entrega de 2300 escrituras, numa área que começou a ser povoada como invasão em 1981. O Conselho promove atividades comunitárias relacionadas à capoeira, à dança e também torneios de futebol e atletismo.
Grupo Ecológico NATIVO <i>http://www.nativo.k6.com.br/</i>	1988	Fundado com o objetivo de proteger e conservar os pontos naturais de Itapuã especialmente a Lagoa do Abaeté, que vinha sofrendo várias depredações, com a retirada de suas dunas, plantas características como orquídeas, aterro de lagoas, etc. Desenvolve o projeto ABAHORTO que tem o objetivo de reflorestar toda área do Abaeté e áreas similares em Salvador.
Associação dos Moradores da Vila Romana	1988	A Associação surgiu em 1988, influenciada pelas idéias de um morador gaúcho que se instalou na região nessa época. Inicialmente vinculada à Igreja Católica, hoje a Associação dos Moradores da Vila Romana atua de forma independente, buscando a articulação com diversos tipos de instituições no bairro de Itapuã. Desenvolve aulas de reforço escolar para crianças e eventos recreativos.
Grupo de Capoeira Kirubê	1989	Instalado provisoriamente no Centro Comunitário da Família, na vila dos Ex-combatentes, o grupo é dirigido pelo Mestre Orelha. O grupo ministra aulas de capoeira para a comunidade, e além das aulas práticas e teóricas, realizam palestras, pesquisas e seminários, abrangendo a comunidade de Itapuã e adjacências.

(continuação)

NOME / SITE OU E-MAIL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPOSTA / ÁREA DE ATUAÇÃO
Espaço Centro Comunitário Esportivo de Itapuã	198 ?	O espaço do Centro Comunitário era inicialmente chamado de Campo de Itapuã, depois, passou a se chamar Estádio de Futebol de Itapuã. Por fim, o espaço ganhou o nome atual. Nele se concentram atividades de caratê, capoeira, boxe, tae-kwon-do, ginástica e futebol, entre outros, atendendo a um público de idade diversificada. Aos domingos, o centro disponibiliza suas atividades para a comunidade.
Meninos de Abaeté (Projeto do Grupo Ecológico Nativo) <i>http://br.geocities.com/gruponati_vodeitapua/meninos.html</i>	1991	Crianças e adolescentes que moram na comunidade integram a equipe do projeto. Batizado de Meninos de Abaeté, eles são preparados para atuar na conscientização da preservação ambiental do Abaeté e manutenção dos contos mitológicos que a cercam. Desenvolvendo um trabalho informativo sobre as lendas e projetos ambientais da lagoa, para freqüentadores e turistas, como há um conjunto de histórias que envolvem a formação da localidade, outras serão sempre criadas como parte de um processo espontâneo
GALERA DO MAR Núcleo de Atividades Sócio-Culturais de Itapuã	1995	O grupo cultural Galera do Mar foi criado em 1995 por moradores e amigos da comunidade de Itapuã com a intenção inicial de participar com alegria e irreverência da Lavagem do bairro. Com o grande número de idéias que surgiram pelos membros do grupo, se tornou necessária a criação de elementos culturais ligados à comunidade que pudessem ser incorporados às festas populares. Com uma performance marcante e inovadora, o Galera do Mar é responsável pela coordenação da Festa da Baleia de Itapuã, além de promover e participar de atividades diversas na área cultural no bairro com entidades representativas, Ongs, empresas públicas e privadas
Grupo Meninos de Itapuã	1999	Iniciativa de alguns profissionais liberais com o apoio pela comunidade, o grupo visa desenvolver atividades sócio-educativas e culturais que atenda a crianças, adolescentes e jovens em desvantagem social da comunidade de Itapuã. Esse projeto é mantido através de colaborações da comunidade, comerciantes e pequenos eventos realizados. O grupo Meninos de Itapuã tem o objetivo de construir uma sede, onde as crianças e jovens que não recebem a atenção da família e do poder público possam adquirir conhecimentos básicos de cidadania através da arte (dança, musica teatro e capoeira). Entre seus objetivos específicos estão o incentivo e integração de crianças e jovens de baixa renda, divulgar em diversos âmbitos o bairro de Itapuã através de atividades educativas, integrar a comunidade e seus artistas, estimular a capacitação educacional e profissional da comunidade, além de viabilizar recursos para a execução dos projetos.

(continuação)

NOME / SITE OU E-MAIL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPOSTA / ÁREA DE ATUAÇÃO
<p>Organização Sócio-Ambientalista Jogue Limpo</p> <p>http://www.joguelimpo.org.br</p>	2002	<p>Associação civil de direito privado de caráter sócio-ambientalista, sem fins lucrativos, suprapartidária, autônoma e com personalidade jurídica. É constituída por profissionais especialistas e estudantes universitários das mais diversas áreas, formando uma equipe multidisciplinar. Além da limpeza das praias, a Jogue Limpo atua em várias frentes, participando da maioria dos eventos de Itapuã, atuando em escolas da região e também se articulando com outras instituições, a fim de proteger o ecossistema do bairro.</p>
<p>Bando de Papel (Instrumentos Re-Percussivos)</p>	2002	<p>O Bando de Papel é um projeto do artista plástico Ives Quaglia e existe há 2 anos, envolvendo jovens de 15 a 22 anos da comunidade de Itapoã. O grupo constrói os próprios instrumentos percussivos, através da metodologia da arte-educação, utilizando materiais re-utilizáveis, madeira, tecidos, e papéis variados no acabamento. Nas 'peles' são re-utilizadas garrafas plásticas, radiografias e outros materiais similares.</p>
<p>Centro de Ensino Camugerê Capoeira</p> <p>http://www.camugerecapoeira.com.br/site/organiza.php?resolu=maior</p>	2002	<p>Instituição sem fins lucrativos que visa difundir a cultura popular através de projetos de pesquisas e mostras, utilizando como principais técnicas de trabalho: capoeira, samba de roda, maculelê, puxada de rede entre outras. Realiza trabalhos sociais com crianças a partir dos quatro anos de idade e é dividido em três núcleos (Jenipapeiro, Loteamento Dona Rosa e Malê Debalê), tendo o trabalho com as crianças recebido o nome de Ginga Menino.</p>
<p>Associação Cultural As Ganhadeiras de Itapuã</p> <p>http://ganhadeirasdeitapua.blogspot.com/</p>	2004	<p>Iniciativa cultural que surgiu em março de 2004, nos terreiros das casas de Dona Cabocla e de Dona Mariinha, onde um grupo de pessoas motivadas pelo interesse no fortalecimento da identidade cultural de Itapuã se reunia semanalmente para trocar informações sobre as antigas tradições do lugar. Tem como missão resgatar, preservar e fortalecer as raízes e tradições histórico-culturais do bairro de Itapuã, para através da arte contribuir com a construção de uma sociedade capaz de gerar trabalho e renda, transmitindo os saberes entre gerações.</p>
<p>Associação Cultural Atalaia</p>	2004	<p>A Associação Cultural Atalaia começou com a organização de uma rádio comunitária, a Atalaia FM, visando à integração da comunidade. No começo, os fundadores fizeram um mutirão para arrecadar fundos e comprar equipamentos. Com o tempo, surgiu a necessidade de realizar um evento maior e que fosse voltado para a comunidade. Assim surgiu o "Impacto Social", no qual a população tem acesso a uma série de serviços, como o atendimento médico e jurídico.</p>
<p>Central Única das Favelas CUFA -Itapuã</p> <p>http://cufaitapua-bahia.blogspot.com/</p>	2008	<p>Entidade que trabalha em prol da construção de uma cultura de paz e de um espaço de cidadania a todos os moradores do bairro. Desenvolve atividades nas áreas de educação, saúde, cultura, música e lazer.</p>

(continuação)

NOME / SITE OU E-MAIL	ANO DE CRIAÇÃO	PROPOSTA / ÁREA DE ATUAÇÃO
Associação Crianças Raízes do Abaeté / ACRA http://blogdoacra.blogspot.com/2009/06/sobre-o-acra.html	?	A Associação Crianças Raízes do Abaeté é uma iniciativa sócio-educacional que visa a implantação de condições infra-estruturais que otimizem a legitimação dos valores comunais do bairro de Itapuã, e através dessa ação, promover o desenvolvimento físico-emocional da população infanto-juvenil base das projeções de futuro dessa territorialidade. Criada pelo Grupo Descolonização e Educação (UNEB), acolhe perspectivas de linguagens sócio-educativas que afirmam a dinâmica sócio-histórica e cultural do bairro de Itapuã. A principal meta é legitimar aspectos fundamentais à compreensão do lugar, a saber: o espaço-tempo que inauguraram o bairro através da presença indígena e africana, os vínculos de sociabilidade através da pesca, referência original do modo de produção coletiva; a dimensão ético-estética da capoeira desdobramento da tradição africana.
Grupo de Capoeira Vadiação	?	Instalado no Centro Esportivo de Itapuã, o grupo realiza aulas de capoeira voluntária atendendo principalmente moradores do Km 17 e Alto do Coqueirinho. Possui cerca de 400 associados, com aulas de segunda a quinta, além da roda de capoeira realizada na sexta-feira.
Grupo Naieco Capoeira	?	Grupo que atua com a proposta de resgatar a auto-estima de jovens e crianças de baixa renda, a fim de contribuir com a comunidade para um melhor desenvolvimento social e para a preservação das tradições culturais locais.
Reserva Ecológica do Sariguê	?	Criada a partir de uma associação de moradores que atua no Parque do Abaeté, Alto da Bela Vista, Região da Rua do Penedo e Paleta, a reserva não existe oficialmente, mas funciona como um importante instrumento de conscientização dos moradores da área para a preservação ambiental. Além da proteção ao sariguê (considerado um animal resistente, porém maltratado pelas pessoas do bairro), a reserva se propõe a proteger outras espécies da fauna da região, como a coruja, o mico, a paca e o tatu. As campanhas da Associação também já promoveram o replantio de mais de 1,5 mil mudas de plantas nativas na reserva, como o coqueiro, a pinha e o cambuí. A principal iniciativa da Reserva é a revitalização de uma área de seis mil metros quadrados, relativa à antiga lagoa chamada Barragem, que já foi a principal fonte de água potável do bairro e hoje está reduzida a pouco mais do que uma poça d'água.